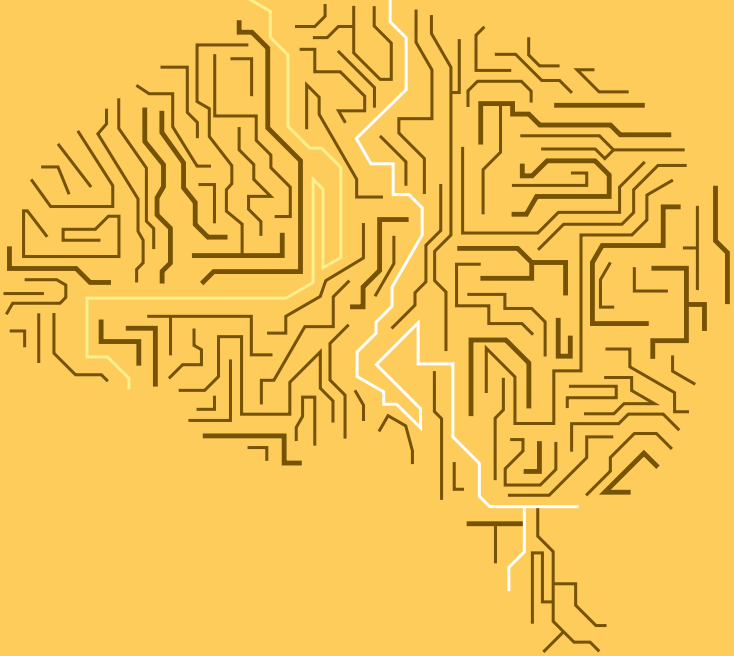
ANÁLISE ASSOCIATIVA



TEMA EM DESTAQUE

ASSOCIATIVISMO POPULAR E ENVELHECIMENTO ATIVO

N.º 8 · MAI 2021

CPCCRD

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ANÁLISE ASSOCIATIVA

TEMA EM DESTAQUE

ASSOCIATIVISMO POPULAR E ENVELHECIMENTO ATIVO

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FICHA**TÉCNICA**

ANÁLISE ASSOCIATIVA
2021 (N.º 8)
"ASSOCIATIVISMO POPULAR E ENVELHECIMENTO ATIVO"

DIRETOR:
SÉRGIO PRATAS

CONSELHO CIENTÍFICO:
AMÉRICO MENDES
Universidade Católica – Porto

ARTUR CRISTÓVÃO
UTAD

ARTUR MARTINS
GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO
Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA
Investigadora

JOSÉ ORNELAS
ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS
ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO
Universidade Lusófona

LUÍS MORENO
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:
Confederação Portuguesa das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.
Tiragem: 500 exemplares

ISSN – 2183-413X – Análise Associativa

Depósito legal: 384231/14

Impressa em Maio de 2021

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor

ÍNDICE

4 NOTA DE ABERTURA, *Augusto Flor*

10 EDITORIAL, *Sérgio Pratas*

16 **TEMA EM DESTAQUE – *ASSOCIATIVISMO POPULAR E ENVELHECIMENTO ATIVO***

18 O CASO DO DISTRITO DE LEIRIA - Estudo OBAP, *Jéssica Pereira, Artur Martins, Natália Martins, Lara Querido, Paulo Mendes Pinto, Sérgio Pratas e Nuno Nunes*

48 COMO ENVELHECER PRODUZINDO?, *Artur Martins*

52 A QUALIDADE DO ENVELHECIMENTO E O ASSOCIATIVISMO - um ponto de vista, *Clementina Henriques*

56 NÃO ME REFORMEI. Deixei apenas de ter preocupações com a vida profissional, *Diamantino Estanislau*

60 **GRANDE ENTREVISTA – *JOANA DIAS PEREIRA***

70 **ESTUDOS**

72 DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO DE ASSOCIADOS E ATIVISTAS - O caso da Associação José Afonso, *Ana Ribeiro*

88 PARA UMA VALORIZAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL: O caso da Sociedade Filarmónica União Pinheirense, *Fernando Lopes*

104 O PODER ASSOCIATIVO - Uma reflexão sobre o Concelho de Almada, *Carlos Gomes*

120 O ASSOCIATIVISMO E A PANDEMIA, *Eduardo Fernandes*

132 PLANO DE COMUNICAÇÃO GERAP - Gerontologia Associativa Preventiva, *Natália Martins*

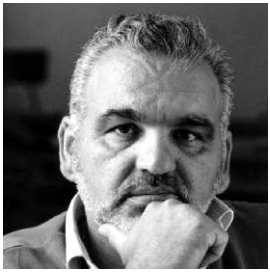
146 O VALOR ECONÓMICO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELAS COLETIVIDADES GAIENSES NAS MARCHAS DE SÃO JOÃO, *Paulo Rodrigues*

158 **BIBLIOTECA COSMOS**

160 IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO - Os casos de Portugal e Brasil, *Jéssica Pereira, Luana Taborda e Sérgio Pratas*

186 CASAS REGIONAIS EM LISBOA - Repositórios Rurais em Espaços Culturais Urbanos, *Luís Esteves*

200 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO



AUGUSTO FLOR

PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO
DA CPCCRD

NOTA DE ABERTURA

ENVELHECIMENTO ACTIVO E SAUDÁVEL O PAPEL INSUBSTITUÍVEL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

A escolha do tema em destaque na Análise Associativa nº 8 "Associativismo Popular e envelhecimento activo" parece-me inteligente, necessária e oportuna. Quando me foi proposto fazer a nota de abertura veio-me, de imediato, à ideia dois casos que entendo meu dever partilhar com o leitor. O primeiro caso deu-se quando, numa representação da Confederação a uma filiada no concelho de Olhão, o Presidente da instituição me mostrou as instalações e as potencialidades de poderem crescer. Defendia que deveriam aproveitar para ali instalar um equipamento para os associados mais idosos por duas razões: as actuais instalações, embora em boas condições, não tinham acesso fácil a pessoas com mobilidade reduzida; a comunidade e os associados com mais de 65 anos eram a larga maioria e a tendência era para manter. Ele próprio, já com 60 anos, sentia essa necessidade.

Outro caso foi quando fui convidado pelo Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial para a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Activo e Saudável (2017/2025) a participar e intervir numa Conferência, em Lisboa, sobre o tema. Naquela conferência tive a oportunidade de conhecer experiências riquíssimas de várias entidades e instituições que, estando no terreno, apresentaram propostas muito inovadoras sobre a temática.

Estes dois casos têm em comum a preocupação de terem que existir políticas e medidas concretas para uma faixa da população portuguesa que, em média, vive mais anos que os seus pais ou avós. Nota-se que existe maior sensibilidade e consciência do seu valor para a sociedade, não obstante terem terminado a sua vida profissional activa. Foi isso que senti em Olhão e na Conferência de Lisboa.

No caso de Olhão, no regresso a casa já me interrogava como poderia a Confederação promover um plano ou programa que fosse disseminado a nível nacional e que tivesse em conta a experiência riquíssima que temos na organização de actividades recreativas, culturais e desportivas, para os nossos associados idosos. Estimo que sejam centenas de milhar que se encontram todos os dias, jogam, debatem, conversam, discutem e assim vencem o isolamento, a solidão e dão sentido à vida. É uma acção preventiva que não tem valor estimado, não tem apoio do Estado, nem reconhecimento dos meios de comunicação social.

No caso da Conferência em Lisboa, tive a oportunidade de caracterizar o Movimento Associativo Popular em Portugal e demonstrar que temos a maior rede de instituições e de voluntariado com experiência e vontade de

colaborar num Plano que permita a todos os cidadãos, homens e mulheres, sentirem-se úteis, activos, vivos e, por isso, mais saudáveis.

Foi assim que surgiu a ideia do GERAP – Gerontologia Associativa Preventiva na nossa Confederação; e que consiste em conhecer os dados etários dos nossos Dirigentes e dos associados das nossas colectividades. As medidas que se preconizam visam ter um caracter preventivo, ou seja, planear e agir antes de se atingir a idade de reforma que gera em muitos casos uma quebra anímica seguida de quebra física, por vezes agravada com o surgimento de doenças próprias do envelhecimento, a perda de um dos cônjuges ou o afastamento da família.

Quando olhamos para os dados fornecidos pela estatística, ficamos ainda mais cientes da importância de refletirmos e agirmos sobre este público e torná-lo alvo das nossas medidas.

Como se afirma no estudo do OBAP (publicado na secção tema em destaque): "Portugal é um país envelhecido. Em 2019, 22% da população tinha 65 e mais anos e cerca de 7% mais de 80 anos". São dados que nos devem fazer pensar.

Por outro lado, socorrendo-nos dos dados estatísticos do Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes de 2015, com uma amostra de 614 Delegados, identificamos que os Dirigentes Associativos em Portugal com mais de 65 anos correspondem a 17,26%. Outro dado interessante desta amostra é que 28% destes dirigentes exercem cargos há 15 anos consecutivos e 22% exercem cargos há mais de 15 anos. Estes dados mostram que 50% dos cargos desempenhados têm uma

regularidade e fidelidade de média e longa duração e tal só é possível com homens e mulheres com uma vida familiar e profissional estabilizada e com disponibilidade, o que converge nas pessoas com 65 ou mais anos. São por isso sinónimo de estabilidade e de continuidade do Associativismo Popular.

Por fim, talvez seja de reflectir sobre a qualidade destes Dirigentes que na sua vida associativa já enfrentaram muitas dificuldades e crises. Lembremos a crise dos anos 60 com a partida para a guerra colonial ou para a emigração forçada que arrancou violentamente milhares de jovens associativistas das suas terras, famílias e associações.

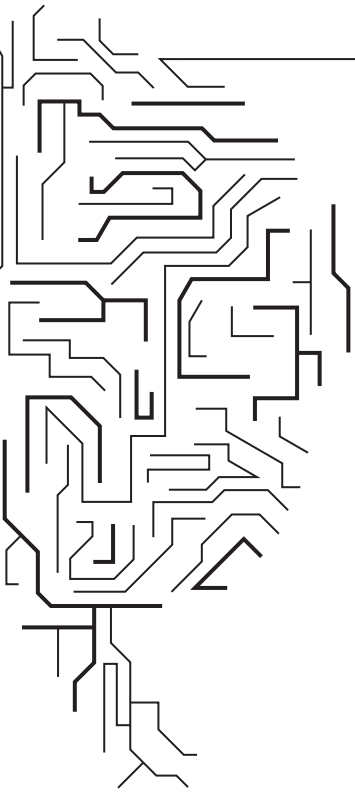
A crise dos anos 80 em que os salários em atraso e o encerramento de parte da nossa indústria atiraram para o desemprego e emigração milhares de associativistas.

As deslocalizações de empresas e desregulação dos horários de trabalho que os impedem de assumir responsabilidades directivas, uma vez que grande parte são trabalhadores por conta de outrem.

Ou, mais recentemente, a crise da "Lei do Tabaco", em 2007, ou a crise imposta pela "Lei das Rendas", em 2013, que gerou despejos em massa de Colectividades, algumas delas centenárias, enraizadas nos seus bairros ou aldeias. Resistimos a todas as crises que, sendo da sociedade e não do associativismo, acabaram por ter impactos no associativismo.

A crise que se vive com a pandemia da Covid.19 veio encontrar milhares de Colectividades e centenas de milhar de Dirigentes experientes,

caldeados na vida forjada de acontecimentos políticos, económicos e sociais, que lhe dão a fibra para resistir e enfrentar com determinação os desafios de hoje e do futuro. E porque o futuro é amanhã e tem que contar com todos, respeitando as diferenças, os idosos e os mais ou menos jovens, enquanto agentes de transformação social, devem convergir no objectivo de, através da cultura, recreio e desporto, construir uma sociedade mais justa, mais solidária e mais feliz.



SÉRGIO PRATAS

DIRETOR

EDITORIAL

1 A Análise Associativa chega ao seu sétimo ano de vida – e ao seu n.º 8. Sempre com o mesmo propósito: promover a investigação e a visibilidade do associativismo popular; e capacitar os dirigentes associativos voluntários. E com uma linha editorial constante: aposta na diversidade dos temas em debate; em autores de diferentes proveniências (académicos, dirigentes associativos, técnicos); e na acessibilidade (textos dirigidos a um público-alvo abrangente).

Trata-se de um projeto já consolidado. E que surge articulado com dois outros importantes projetos da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD): o projeto da capacitação (em particular, os cursos de estudos avançados em gestão e dinamização associativa); e o Observatório do Associativismo Popular (OBAP).

Este n.º 8 da Análise Associativa é claramente tributário dessa articulação. São publicados dois estudos realizados pelo OBAP (um sobre o associativismo popular e o envelhecimento ativo; e outro sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 nas associações de cultura, recreio e deporto). Dois temas de grande interesse e atualidade. E são, ainda, publicados os melhores trabalhos da última edição do curso de estudos

avançados em gestão e dinamização associativa (realizada em Lisboa e no Porto). Seis estudos de caso que vale a pena conhecer:

a) Sobre os desafios da mobilização de associados e ativistas; o caso da Associação José Afonso (Ana Ribeiro);
b) Sobre a cultura organizacional; o caso da Sociedade Filarmónica União Pinheirense (Fernando Lopes);
c) Sobre o poder associativo; o caso do associativismo popular do Concelho de Almada (Carlos Gomes);
d) Sobre os efeitos da pandemia; o caso das associações de Vila Nova de Gaia (Eduardo Fernandes);
e) Sobre a comunicação; o plano de comunicação do GERAP (Natália Martins); e
f) Sobre o valor económico do trabalho desenvolvido pelas associações; o caso das coletividades gaienses nas Marchas de São João (Paulo Rodrigues).

2 Este número da Análise Associativa tem como tema em destaque *o associativismo popular e o envelhecimento ativo*. Pretende-se compreender o contributo do associativismo popular na promoção de práticas para um envelhecimento ativo, saudável e produtivo. E responder a várias interrogações: as pessoas com mais idade participam nas associações? São praticantes das modalidades desenvolvidas? Que atividades? Envolvem-se no exercício de funções dirigentes? E de que forma é que esse envolvimento contribui para serem mais felizes e terem mais saúde?

Para além do estudo realizado pelo OBAP, e que teve a coordenação científica dos Professores Nuno Nunes e Paulo Mendes Pinto, serão ainda apresentados três testemunhos, de dirigentes associativos com larga

experiência (e com mais de 65 anos): Artur Martins, Clementina Henriques e Diamantino Estanislau.

3 No final de 2020, foi publicada uma obra de referência sobre a história do associativismo popular em Portugal, da autoria de Joana Pereira: Associativismo Livre. Uma História de Fraternidade e Progresso (1834-1926). Obra que teve o apoio da CPCCRD, da Fundação Montepio e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

E está já em curso um novo projeto de investigação, a cargo do OBAP, e com a coordenação da mesma autora, que visa a elaboração de um segundo volume da história do associativismo popular – referente ao período entre 1926 e 2024. Obra que será publicada no âmbito das comemorações do centenário da CPCCRD.

Neste contexto, entendeu-se que seria do maior interesse entrevistar Joana Pereira, especialista na história do movimento associativo operário e popular. Sobre a obra que acaba de ser publicada; sobre o projeto de investigação em curso; e sobre a história do associativismo popular, em Portugal. Serão esses os temas centrais da GRANDE ENTREVISTA.

4 A sessão denominada BIBLIOTECA COSMOS visa, no essencial, a promoção da educação cívica e da "cultura integral do indivíduo". E integra dois estudos originais e de grande interesse:

a) Um trabalho sobre os efeitos da pandemia nas associações (comparando a situação portuguesa e a brasileira); e

b) Um estudo sobre as Casas Regionais de Lisboa, da autoria de Luís Esteves. Investigação que procura saber o que estas associações fazem, "premissa para conhecer quem são, como se expressam e para que servem".
E para nos abrir as portas desta realidade associativa, tão importante (e ainda pouco conhecida).

5 Para terminar, algumas palavras de agradecimento. Agradecer, em primeiro lugar, aos autores. São eles os protagonistas principais da Análise Associativa. É do seu esforço e trabalho/investigação que vive a revista.

Agradecer à Fundação Montepio, que nos apoia desde o primeiro dia. Apoio que foi essencial quer no lançamento, quer, depois, na consolidação deste projeto.

Agradecer, também, ao Conselho Científico, que garante a qualidade e rigor científico dos artigos publicados.

Agradecer ao coletivo que prepara e organiza a revista (e a sua apresentação e divulgação): ao Artur Martins, à Deolinda Nunes, à Elvira Magusto, à Helena Isabel, à Aldina Nunes e ao Carlos Galvão.

E agradecer, também, aos nossos leitores. A Análise Associativa conseguiu fidelizar um número alargado de leitores, sobretudo dirigentes associativos. Leitores que nos fazem chegar comentários e sugestões. E que nos dão alento para persistir e procurar fazer sempre melhor.

TEMa EM DeStaQuE

ESTUDO OBAP

JÉSSICA PEREIRA
CIES-ISCTE

ARTUR MARTINS
CPCCRD

NATÁLIA MARTINS
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE LEIRIA

LARA QUERIDO
CIES-ISCTE

PAULO MENDES PINTO
UNIVERSIDADE LUSÓFONA

SÉRGIO PRATAS
CIES-ISCTE e CPCCRD

NUNO NUNES
ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA E CIES-ISCTE

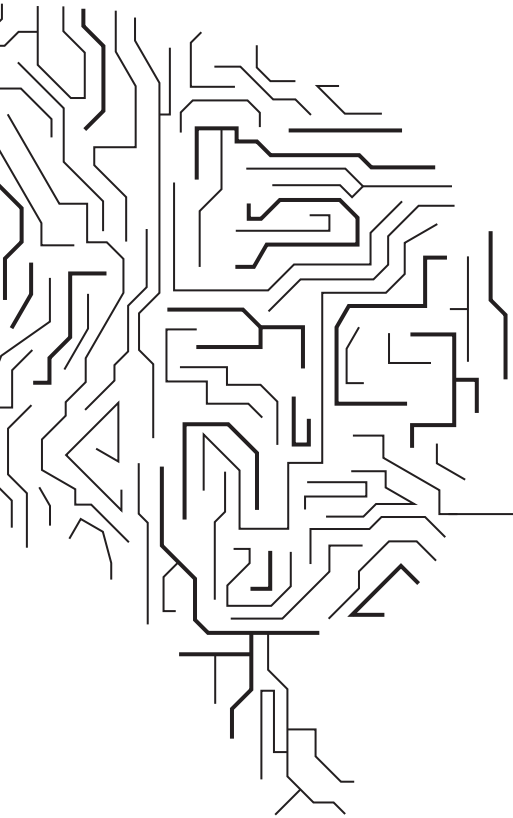
OPINIÃO

ARTUR MARTINS
MEMBRO DO OBAP E DO CONCELHO CIENTÍFICO DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

CLEMENTINA HENRIQUES
CONSELHEIRA NACIONAL DA CPCCRD E PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA CPES

DIAMANTINO ESTANISLAU
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS COLETIVIDADES DO DISTRITO DE SETÚBAL

ASSOCIATIVISMO POPULAR E ENVELHECIMENTO ATIVO



ESTUDO OBAP

JÉSSICA PEREIRA
CIES-ISCTE

ARTUR MARTINS
CPCCRD

NATÁLIA MARTINS
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE LEIRIA

LARA QUERIDO
CIES-ISCTE

PAULO MENDES PINTO
UNIVERSIDADE LUSÓFONA

SÉRGIO PRATAS
CIES-ISCTE e CPCCRD

NUNO NUNES
ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
E CIES-ISCTE

ASSOCIATIVISMO POPULAR E ENVELHECIMENTO ATIVO: O CASO DO DISTRITO DE LEIRIA

Sumário:

1 ¬ **INTRODUÇÃO**

2 ¬ **CONTRIBUTOS DO ASSOCIATIVISMO PARA UM ENVELHECIMENTO ATIVO E PRODUTIVO**

2.1 Origens e contexto social do conceito

2.2 A realidade portuguesa e as respostas europeias

2.3 O lugar e os desafios do associativismo

3 ¬ **METODOLOGIA**

3.1 Campo de análise e unidades de observação

3.2 Processo de recolha de dados

4 ¬ **ASSOCIATIVISMO POPULAR NO DISTRITO DE LEIRIA: CARACTERIZAÇÃO**

5 ¬ **ATIVIDADES DE ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL**

6 ¬ **CONCLUSÃO**

¬ **BIBLIOGRAFIA**

1 ¬ INTRODUÇÃO

Portugal é um país envelhecido. Em 2019, 22% da população tinha 65 e mais anos. E uma das explicações está relacionada com o aumento gradual da esperança média de vida. Vive-se mais tempo – e esse dado é positivo. Mas importa também questionar como se vive – como vivem as pessoas com mais idade. E que políticas (públicas e sociais) têm sido desenvolvidas para assegurar um envelhecimento ativo e produtivo.

O presente estudo parte desses conceitos centrais (envelhecimento ativo e produtivo); e visa compreender o contributo do associativismo popular na promoção de práticas para um envelhecimento ativo, saudável e produtivo. As pessoas com mais idade participam nas associações? São associadas? São praticantes das modalidades desenvolvidas? Que atividades? Envolvem-se no exercício de funções dirigentes (como dirigentes associativos voluntários)? E de que forma é que esse envolvimento contribui para serem mais felizes e terem mais saúde? E para conseguirem ter um envelhecimento ativo e produtivo?

Optou-se por circunscrever o estudo (nesta primeira fase) ao associativismo popular do distrito de Leiria – às associações de cultura, recreio e desporto sediadas e com atividade nesse espaço geográfico, face à realidade pandémica (o que colocou vários constrangimentos ao desenvolvimento de projetos de investigação como este), bem como porque não existem ainda muitas outras experiências (ou investigações) com este enfoque: o estudo da específica relação entre o associativismo popular português e o envelhecimento ativo.

Para esse efeito, e face aos objetivos subjacentes à investigação, concluiu-se que uma análise de tipo quantitativo seria a opção mais adequada – tendo sido aplicado um inquérito por questionário (*online*) a uma amostra de 100 associações inquiridas. A aplicação do questionário foi particularmente dificultada pelo contexto da pandemia da COVID-19, já que muitas associações se encontravam encerradas e frequentemente sem perspetivas de quando retomar a atividade.

O presente estudo foi desenvolvido no ano de 2020 (e integrado na atividade do Observatório do Associativismo Popular – OBAP)[1]. Pretende-se testar

[1] Projeto da responsabilidade conjunta da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, do ISCTE-IUL e da Universidade Lusófona.

esta estratégia metodológica numa área circunscrita (o distrito de Leiria), para depois (e será já em 2021) estender a investigação – e este conjunto de interrogações – à realidade do associativismo popular em Portugal.

2 ¬ CONTRIBUTOS DO ASSOCIATIVISMO PARA UM ENVELHECIMENTO ATIVO E PRODUTIVO

2.1 Origens e contexto social do conceito

O "envelhecimento ativo" é hoje um conceito abordado por várias áreas do saber, por diferentes profissionais e investigadores dos mais diversos setores de atividade, mas também palavra- chave usada pelos decisores políticos. Ao nível da União Europeia, a importância do "envelhecimento ativo" está mais patente, desde a proclamação do ano de 2012 como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações.

Este "novo" conceito foi impulsionado por medidas concretas que têm por base três grandes mudanças macrossociais:

- Em primeiro lugar, pelo envelhecimento demográfico que tem suscitado diversas preocupações junto de atores políticos nacionais e supranacionais, bem como junto de alguns académicos.
- Em segundo lugar, pela substituição progressiva do modelo de Estado-Providência europeu por um novo modelo, designado por "Estado Social Ativo" (Cassiers, 2005), nomeadamente nas responsabilidades que lhe são adstritas, mas em grande parte das vezes delegando-as para o mercado.
- Em terceiro lugar, pelo advento do paradigma do "envelhecimento positivo" (Börsch- Supan et al., 2013), apoiado parcialmente numa cultura de "anti-envelhecimento" (Katz e Laliberte-Rudman, 2009).

Assim, um envelhecimento de qualidade depende, em larga escala, da otimização das interações societais sobre esta realidade, incluindo comportamentos e atitudes face ao idoso.

É consensual que nas sociedades contemporâneas onde há menos preconceitos e estereótipos sobre a velhice, ocorrem mudanças progressivas e positivas no planeamento estratégico do envelhecimento das comunidades (Bandeira et al., 2014). Nestes contextos, as perceções sobre a velhice estão

relacionadas com um período de liberdade, no qual idoso se revela ativo e participativo na sociedade.

2.2 A realidade portuguesa e as respostas europeias

Portugal é um país envelhecido[2]: em 2019, 22% da população tinha 65 e mais anos e cerca de 7%, mais de 80 anos. Mais de metade dos idosos vivem sozinhos ou em companhia de pessoas da mesma faixa etária. São sobretudo as mulheres viúvas que vivem sós devido à maior esperança de vida feminina. Vivem principalmente em meio rural e semiurbano, embora estejam a aumentar os idosos que vivem nas áreas predominantemente urbanas. O número de indivíduos que vivem em instituições ainda é relativamente reduzido. Tal é mais frequente para os maiores de 80 anos, para as mulheres mais velhas e em regiões do interior de baixa densidade populacional.

Segundo Maria João Quintela[3] , o conceito de "envelhecimento ativo" da Organização Mundial da Saúde procura transmitir uma mensagem mais abrangente do que "envelhecimento saudável", e reconhecer, que para além da idade e dos cuidados com a saúde, muitos outros fatores individuais, familiares, sociais, ambientais, climáticos, de desenvolvimento ou de conflito, influenciam e determinam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem.

A ONU expressa a preocupação de que, apesar da previsibilidade do envelhecimento da população e do seu ritmo acelerado, o mundo não está suficientemente preparado para responder aos direitos e necessidades das pessoas com mais idade. Salienta ainda que o envelhecimento da população afeta os nossos sistemas de saúde, mas também muitos outros aspetos da sociedade, incluindo os mercados de trabalho e a procura por bens e serviços, como educação, habitação, cuidados de longa duração, proteção social e informação. Requer-se, portanto, uma abordagem multidimensional por parte de toda a sociedade e das suas instituições.

---

[2] (https://www.ffms.pt/FileDownload/0e1a5575-ea81-4e93-ba6a-052c41e67fac/como-envelhecem-os-portugueses, pag 62)

[3] Grupo de Intervenção Comunitária (GIC) – Idosos da Fundação Portuguesa de Cardiologia http://www.fpcardiologia.pt/envelhecimento-ativo-2/

As políticas[4] que promovem o envelhecimento ativo conheceram um novo impulso com base no documento "Europe 2020. A Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth", onde se destaca o desafio de promover um envelhecimento saudável e ativo, permitindo a coesão social e uma maior produtividade.

A participação social, dimensão fundamental do envelhecimento ativo, tem sido apontada como uma das fragilidades da população idosa. Os constrangimentos do estado de saúde, que afetam esta população, levam a uma menor capacidade para se ter uma vida autónoma e independente. Em 2018, Portugal estava em 24.º lugar, em 28 países, na dimensão "participação na sociedade" do Índice de Envelhecimento Ativo[5], o que denota dificuldades no desenvolvimento de atividades sociais no seio desta comunidade.

2.3 O lugar e os desafios do associativismo

O associativismo, nas suas múltiplas expressões, e em especial as coletividades de cultura, recreio e desporto, constituem uma poderosa realidade social e cultural. Para muitas centenas de milhares de portugueses, o associativismo constitui a única forma de acesso a atividades desportivas, culturais, recreativas, ou de ação social. Para além disso, é através do exercício do direito de associação por muitos cidadãos que são asseguradas formas de participação cívica da maior relevância.

É inquestionável que as associações promovem a inclusão social e assumem um papel determinante na promoção da cultura, do recreio, do desporto e na área social, substituindo a própria intervenção do Estado. Porém, há cada vez maiores dificuldades para levar as pessoas a participar na vida associativa. O associativismo requer aprendizagem, treino, interiorizarão de uma postura de partilha, sendo também entendido como uma questão cultural.

O associativismo é um exercício da cidadania. A ação que as coletividades de cultura, recreio e desporto têm vindo a desenvolver ao longo do tempo na sociedade portuguesa, junto das populações, constitui um património nacional específico de valor social incalculável. São várias as iniciativas por parte de

---

[4] https://www.ffms.pt/FileDownload/b45aa8e7-d89b-4625-ba91-6a6f73f4ecb3/processos-de-envelhecimento-em-portugal

[5] https://www.ffms.pt/FileDownload/0e1a5575-ea81-4e93-ba6a-052c41e67fac/como-envelhecem-os-portugueses (página 65).

associações não governamentais que visam informar, integrar e estimular os idosos em Portugal.

Dado que o envelhecimento é um processo normal da condição humana, deverá ser visto e respeitado como tal, e não considerado uma perda permanente e inevitável de capacidades e aptidões do indivíduo. Se as capacidades físicas diminuem, a experiência e o bom senso podem melhorar consideravelmente com a idade. Descobertas científicas, invençõese desenvolvimentos técnicos, têm sido alcançados por pessoas idosas; uma série de artistas, políticos e outras personalidades conhecidas atingiram a sua melhor fase em idades avançadas. A Década do Envelhecimento Saudável das Nações Unidas (2021-2030) é uma oportunidade para reunir governos, sociedade civil, agências internacionais, profissionais, academia, média, coletividades e sector privado, potenciando ações de cooperação que visem melhorar as vidas das pessoas idosas, das suas famílias e das comunidades em que se inserem. Aproximar grupos de várias faixas etárias é também um objetivo das coletividades, que procuram, assim, quebrar barreiras geracionais, eliminar preconceitos e vencer discriminações.

As coletividades tendem a seguir orientações socioeducativas que visam promover uma sociedade mais inclusiva e solidária para todas as idades.

Teiga (2012) refere que a imagem social das pessoas mais velhas e o papel que lhes é atribuído na sociedade em que estão inseridas determina a forma como cada um envelhece e condiciona as suas atitudes.

A intergeracionalidade tem este potencial de reverter os estereótipos e avaliações negativas que os mais novos têm das pessoas idosas, possibilitando aos mais velhos um contacto com pessoas de outras gerações, propiciando a troca mútua de saberes.

As gerações mais velhas têm uma função de transmissão de conhecimentos e saberes às novas gerações, e essa transmissão é imprescindível para a preservação da cultura e das identidades. As gerações mais novas podem ser transmissoras de conhecimentos e promotoras de bem-estar, participação social e de auto valorização dos idosos (Rodrigues, 2012).

Sistematizemos os campos em que o associativismo pode ter um papel fundamental na criação e desenvolvimento de um "envelhecimento ativo":

- A par das atividades dirigidas para seniores, os próprios corpos sociais são, muitas vezes, ocupados por cidadãos dessa faixa etária, o que em si mesmo é muito positivo para o seu bem-estar;

- A transmissão de conhecimento e de valores com a presença de seniores nas associações, seja como utentes, seja como dirigentes;
- A construção de "comunidade" que se obtém, quando os cidadãos seniores se integram nas atividades associativas.

3 ¬ METODOLOGIA

3.1 Campo de análise e unidades de observação

A presente investigação teve por objetivo compreender o contributo do Movimento Associativo Popular do distrito de Leiria na promoção de práticas para um envelhecimento ativo e saudável. O campo de estudo circunscreveu-se, assim, ao associativismo popular do distrito e as unidadesde observação às associações sediadas e com atividade nesse espaço geográfico (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Face à impossibilidade de alcançar o universo do objeto de estudo, isto é, o número total de associações populares sediadas no distrito de Leiria, utilizou-se a técnica de amostragem não probabilística por bola de neve. Neste sentido, com base em informações e contactos obtidos de associações e dirigentes procurou-se sucessivamente mapear o maior número possível de organizações associativas (Goodman, 1961).

A partir de informações disponibilizadas pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto sobre as suas confederadas; por uma lista construída no âmbito de um estudo sobre "Liderança Comunitária" (Ornelas et al., 2013); por *websites* e dados fornecidos por eleitos[6] das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do distrito, assim como através de outras páginas de internet alcançou-se uma listagem com um total de 425 associações. Dada a ausência de qualquer contacto atualizado para cerca de 50 associações, estas não foram incluídas no presente estudo. Considerou-se, assim, como ponto de partida, uma amostra de 375 associações a inquirir (*n=375*).

---

[6] A Câmara Municipal de Porto de Mós disponibilizou especificamente para o âmbito deste projeto uma listagem atualizada de associações presentes no concelho.

3.2 Processo de recolha de dados

Em virtude dos objetivos subjacentes à investigação, uma análise de tipo quantitativo revelou ser o método mais apropriado e a aplicação de um inquérito por questionário acabou por ser a técnica de recolha de dados mais adequada (Bryman, 2012; Creswell e Creswell, 2018).

O instrumento de recolha de dados foi produzido em plataforma digital (*Qualtrics*) e validado em estágio preliminar. O inquérito foi estruturado em sete secções: i) a caracterização da entidade, visando a identificação da associação, do concelho e da respetiva freguesia; ii) a filiação, com o objetivo de analisar as ligações com outras associações, federações e/ou confederações, bem como o seu número de associados; iii) a composição da estrutura organizativa, considerando a caracterização sociodemográfica dos elementos dos órgãos sociais; iv) os recursos, para identificar a tipologia e o regime de utilização de instalações; v) o tipo de modalidades promovidas, o seu âmbito (se de cultura, desporto, lazer e recreio) e a caracterização dos participantes; vi) o tipo de atividades desenvolvidas na área do envelhecimento ativo e saudável e os seus participantes; e vii) o âmbito geográfico de atuação da coletividade.

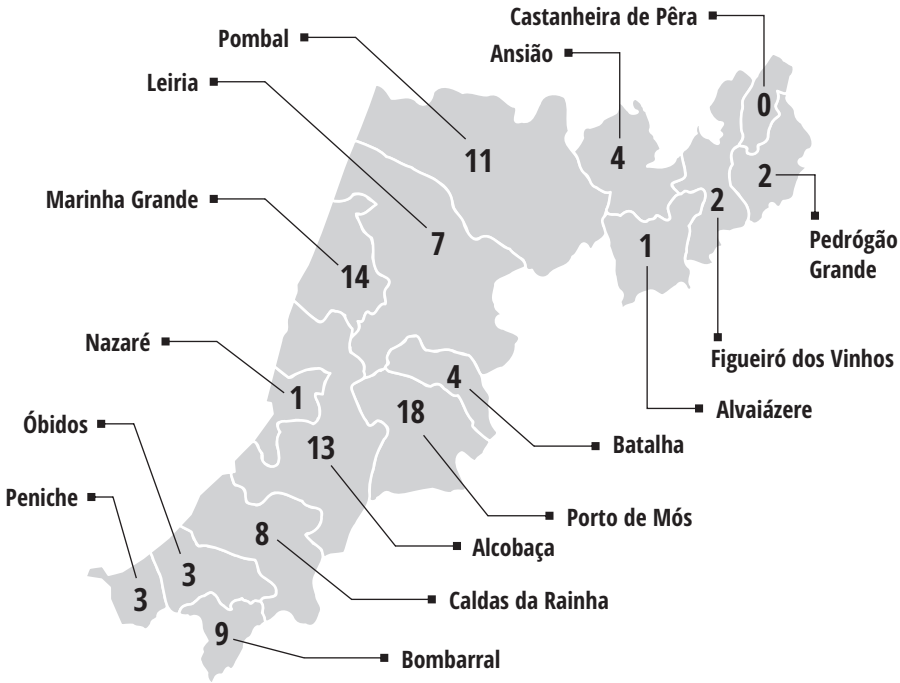
A participação das 375 associações no estudo foi solicitada por correio eletrónico, tendo sido realizados inúmeros contactos (por e-mail e telefónicos) durante o período em que o questionário se encontrou ativo, visando alcançar o maior número de respondentes.

Da amostra inicial, 147 associações iniciaram o preenchimento do inquérito, mas somente 100 o completaram em mais de 50%, sendo esse o critério para considerar a sua validade. Obteve-se, assim, um total de 100 inquéritos preenchidos por associações existentes no distrito de Leiria (*n=100*).

Importa referir que a aplicação *online* do questionário em período pandémico implicou dificuldades acrescidas no processo de comunicação e de recolha de informação, visto que um elevado número de coletividades, à data da realização do inquérito, tinha os contactos desatualizados e/ou se encontravam encerradas, frequentemente sem perspetivas de quando a sua atividade seria retomada. A contribuição dos dirigentes associativos locais foi fundamental para a divulgação do estudo junto de outras coletividades e, consequentemente, para o incremento do número de questionários completos.

Em termos de distribuição territorial (Figura 1), Porto de Mós, Marinha Grande, Alcobaça, Pombal, Bombarral, Caldas da Rainha e Leiria foram os concelhos com maior percentagem de participação, acumulando 84% do total de

Figura 1: Mapa de distribuição das associações inquiridas por concelho (%)



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

inquéritos completos. No sentido inverso, destaca-se Alvaiázere e a Nazaré com apenas um inquérito completo e o município de Castanheira de Pera sem nenhuma resposta registada.

Relativamente à tipologia, perto da totalidade das associações inquiridas (*n*=96) são coletividades de natureza exclusivamente cultural, desportiva e/ou recreativa. Verifica-se aexistência de associações que são atualmente Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) (*n*=4), em função de valências que assumiram ao longo do tempo. Todavia, destas, apenas uma não mantém quaisquer atividades culturais, desportivas e/ou recreativas. Do universo das associações inquiridas, 44% são filiadas na Confederação Portuguesa das Coletividades.

Para o tratamento dos dados utilizou-se o programa informático de análise estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), que permitiu realizar dois tipos de análise: univariada e bivariada. Para os dados provenientes de respostas de tipo aberto, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo e posterior análise categorial (Guerra, 2006; Bardin, 2016).

4 ¬ ASSOCIATIVISMO POPULAR NO DISTRITO DE LEIRIA: CARACTERIZAÇÃO

Constituídas por vontade popular, sob valores de entreajuda e solidariedade, as associações têm-se mantido como entidades privilegiadas de contacto e proximidade com a comunidade. Nesse sentido, abordar o associativismo popular e o seu contributo para um envelhecimento ativo e saudável implica, pois, considerar a sua ação (direta e indireta) e capacidade interventiva para o bem-estar das populações. Em linha com os objetivos da investigação, importa desenvolver uma análise caracterizadora do tecido associativo do distrito de Leiria, a partir de um retrato dos associados e da estrutura organizativa das coletividades, com um maior enfoque sobre as faixas etárias mais avançadas, mas também sobre a intervenção e as atividades que desenvolvem.

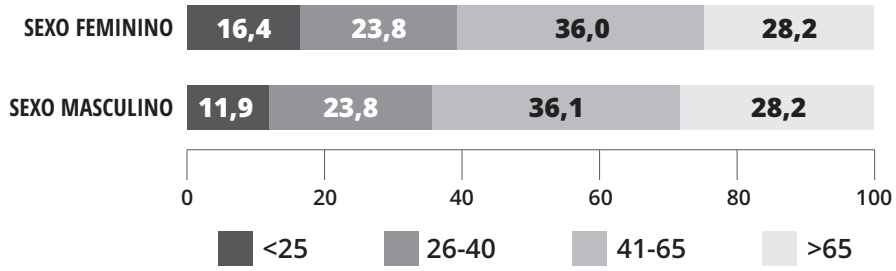
A participação social tem um impacto generalizado sobre a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva, constituindo um fator particularmente importante para o processo de envelhecimento ativo, saudável e produtivo,

através do contributo para a diminuição de sintomas depressivos, de solidão e de declínio cognitivo (Santos *et. al.*, 2019). Este envolvimento na vida associativa pode passar pela adesão (formal ou informal) dos indivíduos às coletividades, como associados, mas também pela participação nos órgãos sociais e/ou nas atividades que as mesmas promovem.

Considerando a primeira forma de envolvimento, cerca de 80% das associações do distrito têm entre 1 e 500 associados. Os associados encontram-se heterogeneamente distribuídos por todos os escalões etários, com uma predominância nos segmentos etários entre 41 e 65 anos e mais de 65 anos, independentemente do sexo (Figura 2). Observa-se que cerca de 36% dos associados têm entre 41 e 65 anos. Esta percentagem diminui substancialmente emambos os sexos quando se avança para o escalão seguinte, todavia, existe uma maior presença dos associados do sexo masculino, em relação ao sexo feminino (28,2% de homens associados para 24,7% de mulheres associadas). Enquanto que os homens com mais de 65 anos compõem mais de ¼ do total de associados, as mulheres ficam abaixo desse valor. Esta análise permite perceber que as pessoas com idade mais avançada continuam associadas nas coletividades de Leiria. Em

futuras investigações seria importante perceber se esta participação é contínua ao longo do tempo e das fases da vida.

Figura 2: Distribuição dos associados segundo o escalão etário e o sexo (%)



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

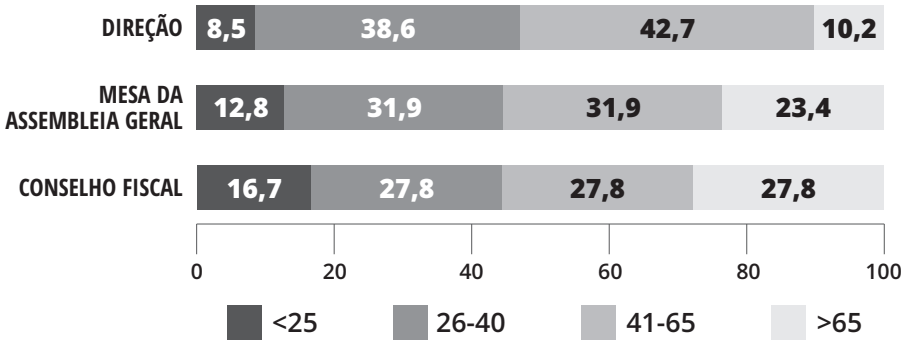
Quando se atenta na participação na estrutura organizativa, segundo o sexo, constata-se que os dirigentes associativos no conjunto das associações inquiridas são maioritariamente homens, independentemente do órgão social a que pertençam. A exceção ocorre na Mesa da Assembleia Geral, onde se encontra maior paridade. Em valores médios encontram-se 6 homens em cada 9 membros da Direção; 2 homens em cada 4 membros da Mesa da Assembleia Geral e 2 homens em cada 3 membros do Conselho Fiscal. Esta realidade está em consonância com outros estudos que têm sido produzidos em torno do movimento associativo popular em Portugal. Porém, observa-se também uma cada vez maior presença e participação feminina nestas estruturas[7].

No que diz respeito à caracterização da estrutura organizativa segundo o escalão etário das associações do distrito de Leiria, verifica-se que a maioria dos dirigentes associativos tem entre 26 e 65 anos, em todos os órgãos, sendo que esse valor é menor no Conselho Fiscal (Figura 3). Observa-se igualmente, que a participação dos indivíduos com mais de 65 anos é mais significativa nesse mesmo órgão, o Conselho Fiscal (27,8%) e na Mesa da Assembleia Geral (23,4%), do que na Direção (10,2%). Neste sentido, depreende-se que no campo associativo

[7] Se o número de dirigentes nos vários órgãos sociais corresponde ao valor apresentado em estudos a nível nacional, encontra-se, todavia, um aumento em relação à presença feminina nos mesmos órgãos (16,7% e 19,1%) (Leitão *et. al.*, 2009; Ornelas et. al., 2013).

inquirido, os indivíduos com mais de 65 anos ocupam mais os cargos fiscalizadores, do que os executores.

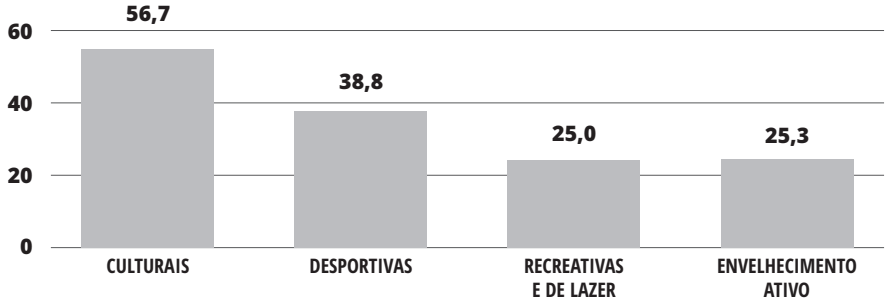
Figura 3: Distribuição por escalão etário dos elementos nos diferentes Órgãos Sociais (%)



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

O campo associativo do distrito de Leiria diversifica-se quanto ao tipo de atividades que desenvolve e que vão para além da natureza da sua fundação, isto é, as organizações associativas inquiridas não se dedicam exclusivamente a atividades circunscritas à sua área de atuação, desenvolvendo tanto atividades de âmbito cultural (56,7%), como desportivo (38,8%) e/ou recreativo e de lazer (25%), mas também atividades enquadradas na área do envelhecimento ativo e saudável (25,3%) (Figura 4).

Figura 4: Distribuição das associações por tipo de atividade desenvolvida (%)



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020
Nota: Dados calculados a partir do número total de associações que indica desenvolver cada uma das atividades enunciadas.

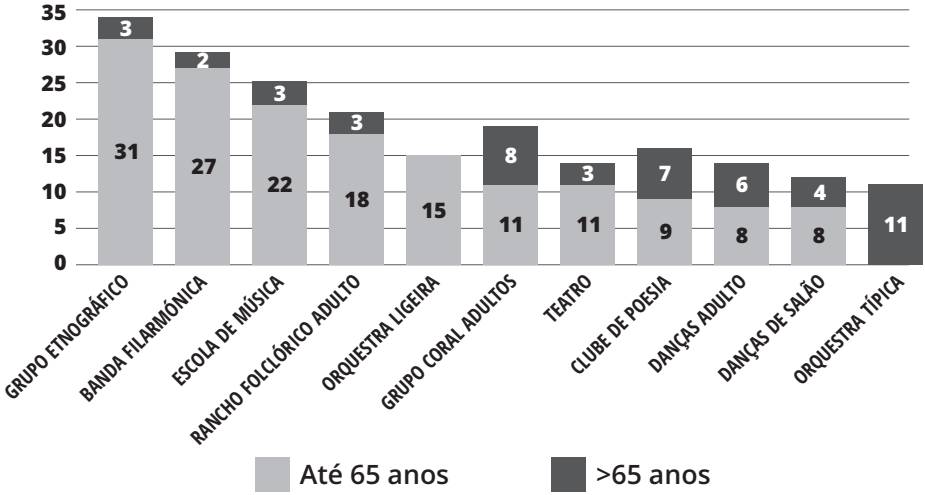
A maior parte das coletividades afirma promover atividades de caráter cultural (56,7%). Neste âmbito apuraram-se cerca de 16 atividades diferentes (Figura 5). Ainda que no seu conjunto predominem as atividades musicais e de dança, o «Grupo Etnográfico» é aquela que maior número médio de participantes contempla (34 participantes).

Atentando, por exemplo, na Banda Filarmónica ou na Escola de Música, que são das atividades com maior número de participantes (em média 28 e 25 elementos, respetivamente) verifica-se, contudo, que têm uma diminuta participação de indivíduos acima dos 65 anos, sendo essencialmente frequentadas por membros abaixo dos 25 anos. Destaca-se ainda, que o Grupo Coral de Adultos (19 participantes) constitui a atividade cujo número médio de participantes com idade superior a 65 anos é o mais elevado, comparativamente com outras atividades que têm participantes de vários escalões etários. Por seu turno, a Orquestra Típica é a única atividade que é exclusivamente frequentada por maiores de 65 anos. Embora se observe uma ligeira disparidade na média de participantes entre a diversidade de atividades, estas últimas são maioritariamente frequentadas por participantes do sexo feminino com idade superior a 65 anos.

Em suma, não obstante a participação mais ou menos generalizada do público sénior nas atividades culturais promovidas pelas associações, a sua participação média tende a ser bastante inferior à de outros escalões etários. Note-se, que as atividades em que existe um número médio mais elevado de participantes seniores, são também as que integram mais participantes do sexo feminino.

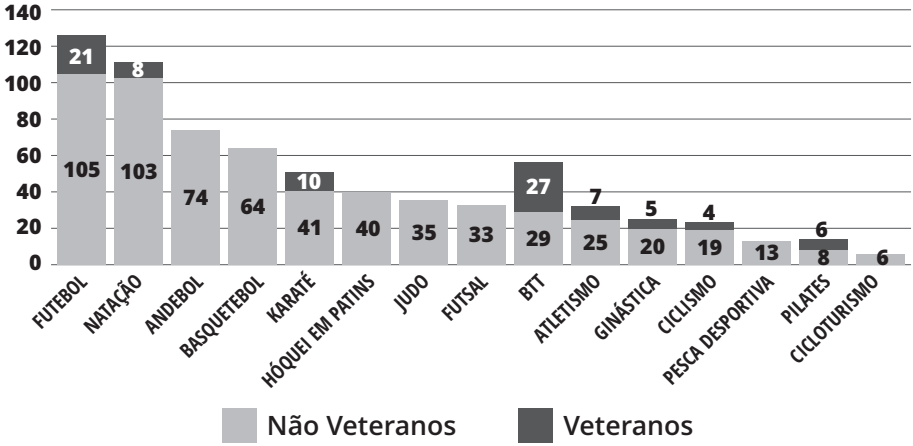
Analisando as atividades desportivas, verifica-se que aproximadamente 39% das associações referem providenciar este tipo de atividades. Neste âmbito, o Futebol, o Basquetebol, o Andebol e a Natação, são as atividades que contam com o número médio de participantes federados mais elevado (Figura 6). Destas, somente o Futebol e a Natação incluem participantes com idades correspondentes ao escalão etário «Veteranos», detendo em média 21 e 9 participantes do sexo masculino, respetivamente, e apenas a Natação integra elementos do sexo feminino neste escalão etário (8 participantes em média). Para além destas modalidades, o BTT, o Karaté, o Atletismo, o Ciclismo, a Ginástica e o Pilates são outras atividades desportivas que também incluem participantes mais velhos e de ambos os sexos. De destacar a atividade de BTT, que dispõe do número médio de veteranos mais elevado, mas apenas do sexo masculino (27 elementos). No que se refere ao sexo feminino, a Ginástica e Pilates apresentam a média de participantes superior (8 elementos).

Figura 5: Número médio de participantes por modalidade cultural



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

Figura 6: Número médio de participantes por modalidade desportiva[8]



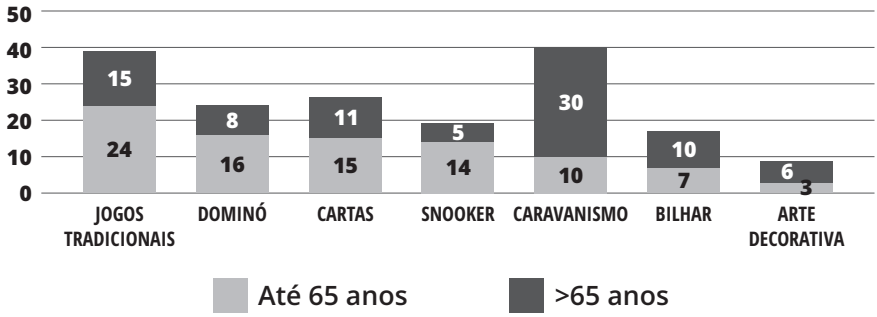
Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

[8] O grupo «Não Veteranos» compreende o agrupamento dos seguintes escalões: Benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis, Juniores e Seniores.

Apesar dos valores relativos à promoção de atividades culturais (56,7%) e desportivas (38,8%) serem coincidentes com as vertentes de atuação da grande parte das associações inquiridas (cultura, recreio e desporto), observa-se um cenário contrastante das últimas, relativamente às atividades culturais: a participação do escalão etário mais avançado nas atividades desportivas envolve mais elementos do sexo masculino do que do sexo feminino.

As atividades recreativas e de lazer[9] são aquelas que, dentro da natureza tradicional associativa popular, menor número de associações refere desenvolver (25%). Todavia, são aquelas que contemplam uma participação mais acentuada do público sénior (Figura 7). Salienta-se o Caravanismo enquanto atividade que contempla o número médio de participantes mais elevado (40 elementos). Jogos tradicionais (39 elementos), Cartas (26 elementos) e Dominó (24 elementos) são outras atividades promovidas e com maior número de participantes. Com participação mais reduzida, mas aproximada entre si, encontram-se as atividades de Snooker[10] (19 elementos) e Bilhar (17 elementos). À semelhança das atividades desportivas, os participantes que integram as atividades de recreio e lazer são maioritariamente homens, uma vez que à exceção da Arte Decorativa (9 elementos) que envolve participantes de ambos os sexos, as restantes são unicamente participadas por elementos do sexo masculino.

Figura 7: Número médio de participantes por modalidade recreativa



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

[9] Note-se, que os dados apresentados se reportam a período pré pandémico e, por esse motivo, não se deverá considerar que os dados apresentados possam refletir uma redução na promoção destas atividades.

[10] De entre as atividades recreativas e de lazer, o Snooker é única em que a maior parte dos que nela participam tem menos de 25 anos.

Centro Pardilhó

Em traços gerais, os dados refletem que as associações populares do distrito de Leiria têm procurado expandir a participação a todos os escalões etários na generalidade das suas atividades, o que demonstra a atenção face à inclusão e ocupação dos seus associados seniores. Essa adaptação é ainda mais relevante no contexto da região de Leiria, cuja população é das que apresenta uma maior longevidade aos 65 anos (mais 20,13 anos) (INE, 2020). Não obstante, e dado que as mulheres continuam a ter uma esperança de vida à nascença superior relativamente aos homens (de 5,56 anos) (INE, 2020), importa adotar estratégias que estimulem a participação associativa feminina, tanto nas atividades, como nas estruturas organizativas. Por sua vez e frequentemente como complemento ao conjunto das suas atividades, cerca de ¼ das associações desenvolve atividades orientadas para promoção do envelhecimento ativo. Nesse sentido, entende-se que as associações estão atentas às necessidades da população em idade avançada, ainda que possa não constituir a atividade principal ou uma das prioridades estratégicas das restantes associações inquiridas.

Ademais, se o envolvimento social e associativo tem também uma importância fundamental em fases mais avançadas da vida, é relevante salientar que esses processos participativos são dinâmicos e bilaterais na relação indivíduos-organizações, pelo que se torna fundamental promover o caráter adaptativo das últimas, de forma a promover a adaptação a situações em que as condições físicas, sociais, económicas e/ou culturais dos indivíduos já não sejam tão favoráveis à participação (Santos *et. al.*, 2019). Neste sentido, se o associativismo popular e as coletividades têm um papel fundamental na promoção de atividades de cultura, recreio e desporto, também para as camadas mais idosas da população, sabe-se que estas organizações têm estendido frequentemente e ao longo do tempo a sua resposta social para apromoção de um envelhecimento ativo e saudável diretamente através de atividades específicas, analisadas no ponto seguinte.

5 ¬ ATIVIDADES DE ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL

Todos envelhecemos, mas não envelhecemos da mesma maneira. Conforme se envelhece pode surgir da necessidade de viver em ambientes promotores de um nível de suporte que atenue e compense as mudanças associadas ao envelhecimento (Fonseca,2020 in Faria *et al.*, 2020). Considerando que o processo

de envelhecimento é multidimensional, vivê-lo com qualidade assume-se como um caminho para o retardamento dos seus efeitos mais nefastos. A franja da sociedade mais envelhecida, procura permanecer ativa e participativa na vida social enquanto for física e mentalmente capaz. Por um lado, porque "estão hoje em dia muito menos predispostas a aceitar o envelhecimento como um processo inevitável de decadência do corpo" (Giddens, 2004:165) e, por outro, porque tais compromissos mantêm-nas ativas, facilitam a manutenção de atitudes saudáveis e proporcionam-lhes a sensação de ainda serem úteis e reconhecidas.

Assim, criar e manter contextos favoráveis e facilitadores do envelhecimento são, assim, aspetos indispensáveis à promoção da saúde e do bem-estar bio-psico-social dessa população, para que possa pelo maior período possível manter a autonomia e a participação social (Fonseca, 2020 *in* Faria *et al.*, 2020). É, neste sentido, que importa salientar o papel social das associações populares, bem como a importância da sua intervenção na promoção daquilo que na prática contribui efetivamente para um envelhecimento ativo e saudável.

Alicerçado em valores de entreajuda, fraternidade, solidariedade e cooperação, o associativismo popular desempenha um papel fundamental na integração e coesão social e territorial (Santos *et al.*, 2020). Ao estimularem a participação dos indivíduos na vida local, as associações promovem não apenas a cidadania ativa, como possibilitam a criação e o desenvolvimento de capital social. As coletividades locais compõem-se como espaços de partilha privilegiada de conhecimentos, de convívio e de ocupação de tempos livres. Neste contexto, contribuem para a construção social da velhice e do envelhecimento, promovendo novas formas de gestão e não o limitando simplesmente a um mero indicador do prolongamento da vida (Santos, 2016).

Ao desenvolverem estratégias e atividades que visam a integração, a participação e o envolvimento contínuo dos idosos na vida social (Veloso, 2015), as organizações associativasconstituem-se como um espaço de suporte coletivo e individual, que vai permitindo aos seus membros a aquisição de uma maior capacidade adaptativa face aos desafios relacionados com o avanço da idade. Deste modo, a pertença associativa possibilita o desenvolvimento da autonomia e da capacitação. A intervenção associativa é, assim, fundamental para a implementação de estratégias voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população em geral e da idosa em particular, seja em virtude dos recursos e competências detidas, seja pelas relações de proximidade com a comunidade ou pela sua capacidade de mobilização dos atores (Feio e Chorincas, 2009; Bárrios e Fernandes, 2014).

Importa assim, identificar quais as atividades desenvolvidas pelo movimento associativo do distrito de Leiria que contribuem para a manutenção de práticas promotoras de um envelhecimento ativo e saudável. De entre as associações que indicam integrar ou desenvolver atividades enquadradas neste âmbito (25,3%), identifica-se um alargado leque de atividades destinadas ao público sénior, como ilustra a Figura 8.

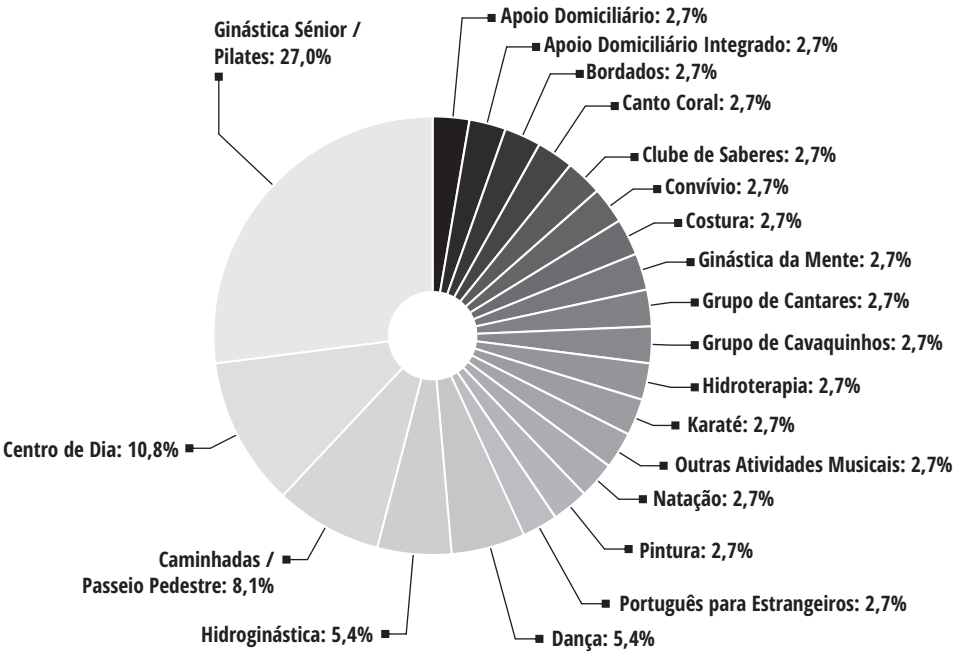
Numa análise detalhada, verifica-se que a ginástica/pilates são as atividades que a maior parcela de associações (27%) proporciona aos seus associados. Esta atividade reflete uma preocupação real com a promoção e manutenção de um estilo de vida saudável que se associa a hábitos de exercício físico e contribui para a redução dos danos decorrentes do avançar do ciclo de vida. Neste contexto, refiram-se de igual modo atividades desportivas como a natação e o karaté, ainda que com expressão mais reduzida (2,7%). O centro de dia apresenta-se como a segunda atividade mais disponibilizada (10,8%), o que é indicativo do seu empenho em ações que possibilitem a ocupação, o entretenimento, o convívio, a partilha de experiências, o desenvolvimento de competências socio-relacionais e a resposta a necessidades básicas pessoais, enquanto aspetos relevantes para a vida social e quotidiana dos seus associados seniores. As caminhadas/passeios pedestres (8,1%), a hidroginástica (5,4%) e a dança (5,4%) são outras atividades que contribuem para a motricidade, comportando implicitamente uma componente relacional. Por serem desenvolvidas em grupo são igualmente estimuladoras de múltiplas e diversas interações sociais.

No conjunto das atividades menos expressivas (2,7%) destacam-se, a título de exemplo, as atividades musicais e artísticas, como o canto coral, a música ou a pintura; e as atividades ocupacionais e de lazer, como o clube de saberes, a ginástica da mente ou os bordados e a costura. A panóplia de atividades identificadas na Figura 8, permite aferir que se trata de práticas que procuram abarcar a pluralidade de interesses e/ou aptidões individuais dos associados, além de atuarem sobre as múltiplas dimensões do envelhecimento. De destacar, odesenvolvimento físico-motor, a partilha de saberes e experiências e a revitalização/estimulação cognitiva e intelectual.

As atividades de apoio domiciliário (2,7%) são reveladoras de que no plano do envelhecimento ativo, existe uma preocupação expressa para também acompanhar aqueles que apresentam fragilidades, que se encontrem fisicamente incapacitados ou que carecem de cuidados. Noutro prisma, é de salientar que não

se identificou, por exemplo, a realização de atividades orientadas para a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ou áreas de carácter formativo, como o ensino de línguas estrangeiras – áreas que contribuem, entre outros aspetos, para a manutenção de dinâmicas de interação, de socialização e de estimulação intelectual.

Figura 8: Distribuição das associações por atividades destinadas ao público sénior (%)



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

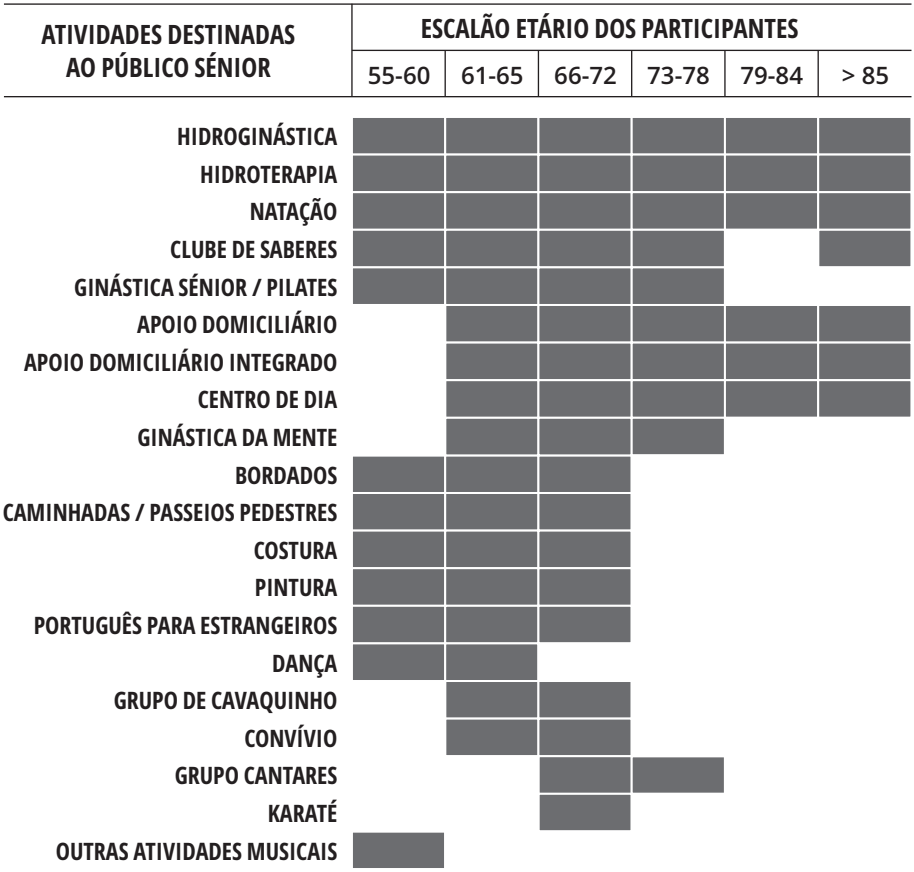
No que se refere à faixa etária dos participantes (Figura 9), verifica-se que as diferentes atividades desenvolvidas pelas associações são maioritariamente frequentadas por pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 72 anos (entre 12 e 18 num total de 20 atividades). É nas atividades aquáticas como a hidroginástica, a hidroterapia e a natação, que se encontra umamaior heterogeneidade etária, o que indica que são atividades ajustadas a um maior ou menor grau de capacidade dos praticantes para a sua concretização.

Importa referir que os participantes com idade inferior a 73 anos são os que praticam o maior conjunto de atividades oferecidas pelas associações. Observa-se

que as atividades praticadas por indivíduos acima dos 72 anos são também realizadas por pessoas das demais faixas etárias.

Constata-se igualmente que o segmento etário que corresponde ao período de transição para a aposentação (66-72) é o que reflete a participação no conjunto mais variado de atividades (18 em 20 atividades). Não obstante, neste mesmo segmento são retratadas diferentes realidades: enquanto uns praticam qualquer atividade, outros com a mesma idade necessitam de apoio domiciliário. Assim, promover atividades de envelhecimento ativo e saudável, implica necessariamente o ajuste e a diversificação da oferta associativa às diversas situações individuais.

Figura 9: Distribuição dos participantes nas atividades destinadas ao público sénior, por segmento etário (%)



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

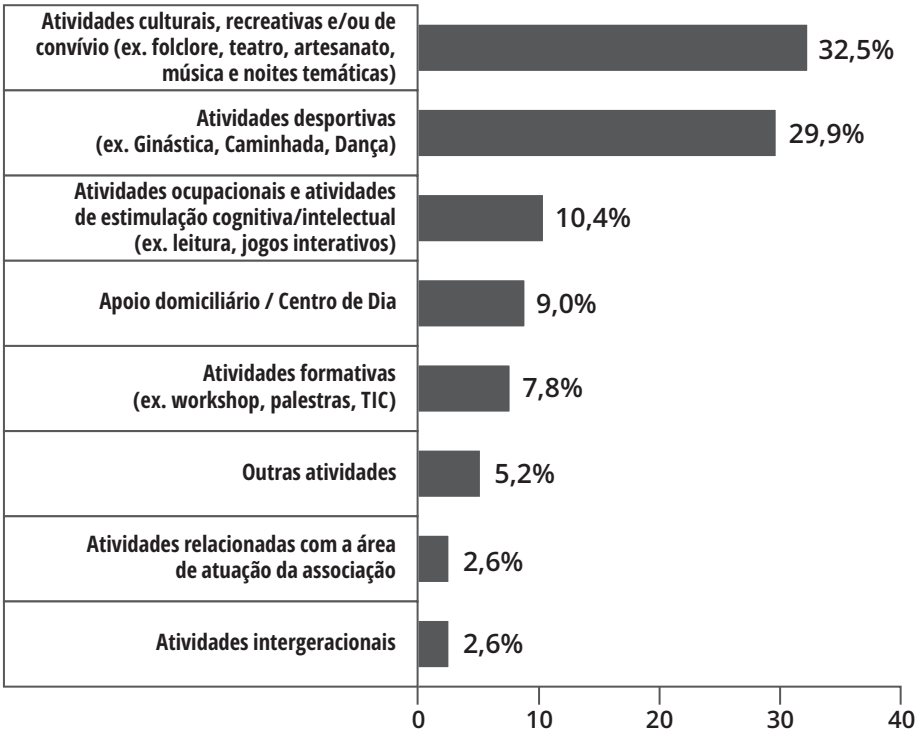
Como já referido, as associações influenciam e são também influenciadas pelo meio, pela implantação territorial, social e cultural em que atuam. Tendo um cariz popular, o seucomprometimento com o servir a comunidade tem um impacto que vai para além da vida pública, afetando também os indivíduos e as suas famílias. Este compromisso é ainda mais essencial num quadro nacional em que a resposta e o apoio às carências das camadas mais idosas da população são insuficientes. As coletividades assumem em Leiria, como noutros locais, a prestação de serviços e resposta a necessidades a que o Estado central e o mercado não atendem (Santos *et al.*, 2020).

Este profundo enraizamento na realidade local dota as associações e os seus dirigentes com um amplo conhecimento sobre as necessidades dos seus membros, mas também da comunidade envolta. Neste sentido, não é inesperado que a grande maioria dos dirigentes associativos demonstre disponibilidade para participar em protolocos (≅64%) e para apresentar regularmente sugestões em plataformas interativas, no âmbito da promoção do envelhecimento ativo e saudável (≅60%).

A atenção a este campo é identicamente visível quando se tem em consideração a variedade de atividades propostas pelos dirigentes (Figura 10).

Em primeiro lugar, destaca-se que a maioria das sugestões estão enquadradas na área de atuação das coletividades inquiridas, ou seja, são atividades de cultura, recreio e desporto (62,4%). Essa ideia é novamente reforçada quando 2,6% dos dirigentes sugerem atividades dentro do âmbito de ação da associação. Isto, por um lado, demonstra que as coletividades estão atentas à necessidade de se adaptarem e adequarem as suas atividades para as alargar à participação de membros mais idosos; e, por outro, reforça a ideia de que as associações se constituem como espaços abertos, independentemente das determinantes sociais e económicas.

Figura 10: Propostas de atividades a realizar pelas associações no âmbito da promoção do envelhecimento ativo e saudável (%)



Fonte: Inquérito às associações do distrito de Leiria, 2020

De seguida, com menor peso surgem as atividades ocupacionais e de estimulação cognitiva, como a prática de leitura e de jogos interativos (10,4%); e as atividades formativas como workshops, palestras e ações de formação ligadas

às novas TIC (7,8%). Propostas que ressaltam a importância de uma formação contínua que estimule intelectual, cognitiva e socialmente os membros que nelas participem. Por fim, mas não menos importante, destaca-se ainda a atenção dada às atividades relacionadas com a prestação de cuidados domiciliários e reforço dos centros de dia (9%), assim como a atividades que incentivem e tirem proveito da confraternização e socialização intergeracional, não somente numa lógica de promoção de um envelhecimento ativo e saudável, mas também de redes de proximidade e solidariedade.

6 ¬ CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu concluir que as associações de cultura, recreio e desporto do distrito de Leiria contribuem de forma significativa para o envelhecimento ativo e produtivo – e por várias vias.

Em primeiro lugar, por via da participação das pessoas com mais idade como associados (acompanhamento da atividade, participação em assembleias gerais, etc.). Verificou-se que as pessoas quando atingem uma idade mais avançada se mantêm como associadas. E que constituem (atualmente) cerca de ¼ dos associados existentes no referido tipo associativo – no distrito em estudo. Verificou-se também que existe uma maior presença dos associados do sexo masculino, em relação aos do sexo feminino (28,2% de homens associados, para 24,7% de mulheres associadas).

Em segundo lugar, por via da participação dessas pessoas nos corpos sociais das associações. Neste âmbito, observou-se que a participação dos indivíduos com mais de 65 anos é mais significativa nos órgãos conselho fiscal (27,8%) e mesa da assembleia geral (23,4%), do que na direção (10,2%). Ou seja, neste campo associativo, os indivíduos com mais de 65 anos ocupam mais os cargos fiscalizadores, do que os executores.

Em terceiro lugar, por via do envolvimento (e participação) nas atividades disponibilizadas pelas associações: quer atividades abertas a todos (a todas as gerações), quer atividades dirigidas especificamente para um público sénior. Concluiu-se que a participação do público sénior nas atividades culturais e desportivas tende a ser (em média) bastante inferior àde outros escalões etários. E que é nas atividades de lazer que se verifica uma maior participação das pessoas com mais idade (e onde há menor discrepância com os outros escalões etários).

Verificou-se, por outro lado, que as associações populares do distrito de Leiria têm procurado expandir a participação a todos os escalões etários na generalidade das suas atividades – o que demonstra uma particular atenção à inclusão e ocupação dos seus associados com mais idade. A par disso, há um conjunto significativo de associações (25,3%) que indicam integrar ou desenvolver atividades promotoras de um envelhecimento ativo e saudável – atividades destinadas ao público sénior.

A participação dos mais idosos nestes três planos (ou níveis) de envolvimento associativo tem um impacto generalizado sobre a melhoria da

qualidade de vida individual – diminuição de sintomas depressivos, de solidão, declínio cognitivo; mais saúde e maior felicidade, relacionada com os laços sociais que se estabelecem (Lima, 2019). Mas tem também um impacto positivo nas associações: desde logo, por via da transmissão de conhecimentos e saberes às gerações mais novas.

Há muitas outras associações que garantem o envelhecimento ativo e participativo (por exemplo, as associações de pensionistas e idosos). As associações de cultura, recreio e desporto fazem-no, todavia, num quadro específico (e com vantagens para todos): o da participação inter-geracional.

BIBLIOGRAFIA

Bandeira, M. L., Azevedo, A. B., Gomes, C. S., Tomé, L. P., Mendes, M. F., Baptista, M. I., Cabral, M. V. (2014), *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, FFMS.

Bardin, L. (2016), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

Bárrios, M., e Fernandes, A. (2014), "A promoção do envelhecimento ativo ao nível local: análise de programas de intervenção autárquica", *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 32(2): 188-196. https://dx.doi.org/10.1016/j.rpsp.2014.09.002

Börsch-Supan, A. *et al*. (2013), "Share: a European policy device in turbulent times", *in* A. Börsch-Supan, *et al*. (eds.), *Active Ageing and Solidarity Between Generations in Europe. FirstResults from share after the Economic Crisis*, Berlin/Boston, http://www.degruyter.com/view/product/18506.

Cassiers, I. (2005), "De l'État providence à l'État social actif : quelles mutations sous-jacentes ?", *Regards Économiques*, 36 : 1-13.

Creswell, J.W., e Creswell, J.D. (2018), "Data analysis procedures", in J.W. Creswell e J.D. Creswell, *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications, pp. 190-198.

Faria, M., Ramalho, J., Nunes, A. e Fernandes, A. (coords.) (2020), *Visões sobre o Envelhecimento [e-book]*, Beja, IP Beja Editorial.

Feio, P. e Chorincas, J. (2009), "Governação territorial e inovação das políticas públicas",

Prospetiva e Planeamento, 16: 137-157.

Fernandes, E. (2003), "O associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática", *Intervenção Social*, 24: 159-190.

Giddens, A. (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Goodman, L. (1961), "Snowball sampling", *The Annals of Mathematical Statistics,* 32(1): 148- 170.

Guerra, I. (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso*, São João do Estoril, Principia.

INE (2020), *Destaque: Tábuas de Mortalidade 2017 – 2019*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Katz, S. e Laliberte-Rudman, D. (2009), "Exemplars of retirement: Identity and agency between lifestyle and social movement", *in* S. Katz (ed.), *Cultural Aging. Life Course, Lifestyle, and Senior Worlds*, Ontario, University of Toronto Press, pp. 140-160.Leitão, S., Pereira, G., Ramos, J. e Silva, A. (2009), *Coletividades de Cultura e Recreio - Uma Caracterização do Associativismo Confederado em Portugal*, Lisboa, CPCCRD.

Lima, Luísa (2019), "Associem-se! Pela vossa saúde!", *Análise Associativa*, 6: 14-27.

Martins, R., Andrade, A.I., e Rodrigues, M. L. (2010), "A Vida... Vista pelos Idosos", *Millenium*, 39: 121 – 130.

Ornelas, J. (coord.), Duarte, T., Seixas, T., Jerónimo, J., Martins, A., Matos, C., Nunes, D., Varela, F. e Costa, L. (2013), *Liderança Comunitária – Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos*, Lisboa, CPCCRD.

Rodrigues, M. (2012), "Atividades Intergeracionais – O Impacto das Atividades Intergeracionais no Desempenho Cognitivo dos Idosos", *Tese II Ciclo de Estudos em Gerontologia Social Aplicada*, Braga, Universidade Católica Portuguesa.

Quivy, R., e Campenhoudt, L. (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

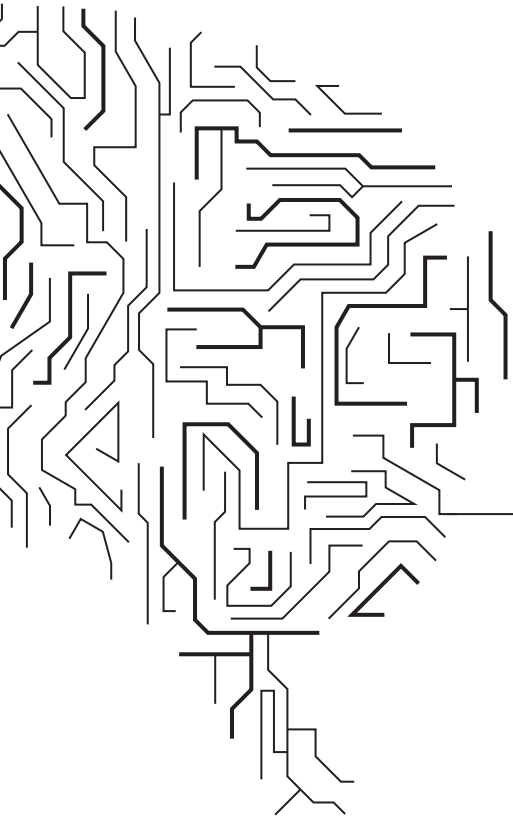
Santos, A., Abrantes, E., Capucha, L., Nunes, N., e Ávila, P. (2020), *Estudo do Movimento Associativo Popular do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures.

Santos, C. (2016), *Construção Social da Velhice e do Envelhecimento. Interpretações e Significados na Atualidade*, Florianópolis-SC, Universidade Federal de Santa Catarina.

Santos, J., Cachioni, M., Yassuda, M., Melo, R., Falcão, D., Neri, A., e Batistoni, S. (2019), "Participação social de idosos: associações com saúde, mobilidade e propósito de vida", *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20(2): 367-383.

Teiga, S. (2012), "As Relações Intergeracionais e as Sociedades Envelhecidas", *Dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária*, Lisboa, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa.Veloso, A. (2015), *Envelhecimento, Saúde e Satisfação: Efeitos do Envelhecimento Ativo na Qualidade de Vida - Dissertação de Mestrado*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

WHO (2002), *Active Ageing: A Policy Framework*, Geneva, World Health Organization.



ARTUR MARTINS

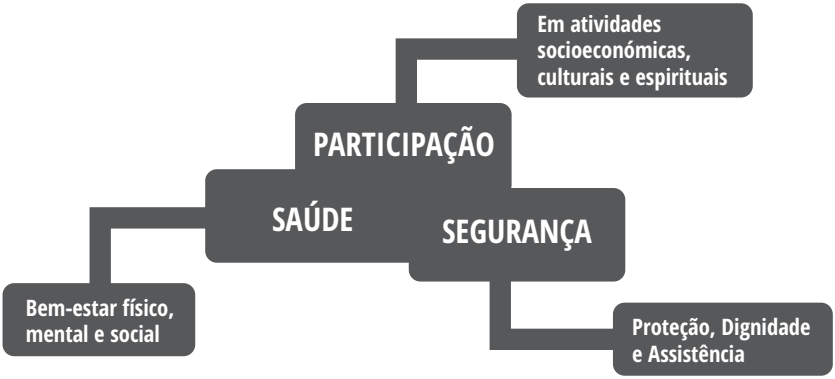
MEMBRO DO OBAP E DO CONCELHO CIENTÍFICO
DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

COMO ENVELHECER PRODUZINDO?

COMO ENVELHECER PRODUZINDO?

É recorrente falar-se em envelhecimento pelo que importa, de modo muito sintético, aflorar o que se tem teorizado à volta do tema.

Envelhecimento Ativo, segundo a Organização Mundial de Saúde (2005), é o processo de otimização das oportunidades para a saúde, a participação e a segurança. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem.



O termo "envelhecimento produtivo" tem sido largamente utilizado para significar uma tendência crescente de estilo de vida numa sociedade que envelhece.

Caro e Chen (1993) dão-nos a seguinte definição: "[...] todo o tipo de atividades que contribui para produzir bens e serviços, ou que desenvolve a capacidade para os produzir, sejam remuneradas ou não essas atividades". Em 2001, estes autores acrescentam, ainda que só se consideram as atividades com "valor económico" no sentido em que "[...] se nenhum indivíduo ou grupo as executar, haverá necessidade de que outro indivíduo ou grupos as realize"[1].

No caso das atividades não remuneradas (voluntariado associativo) permitimo-nos seguir Lima (2019) que nos diz: "O voluntário tem um papel importante nas relações sociais, sinónimo de suporte social, tendo uma influência positiva no bem-estar e saúde, para além de contribuir para a redução do isolamento social"[2].

---

[1] Simões, António (2006). A nova velhice. Um novo público a educar. Porto: Ambar

[2] Lima, Maria Luísa Pedroso (2019). "Associem-se! Pela Vossa Saúde!". In Análise Associativa N.º 6 – FEV2019, pp.15-27. Lisboa: CPCCRD

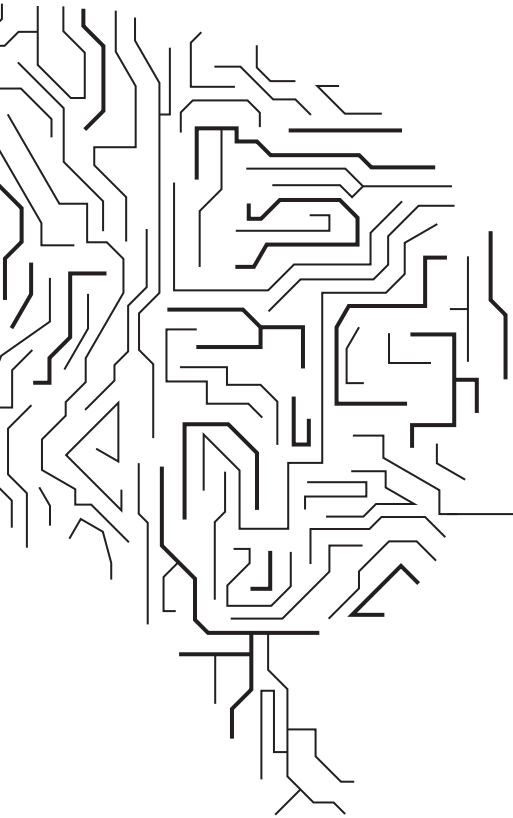
Para consubstanciar a ideia de envelhecimento produtivo, atualmente integramos, em representação da CPCCRD, o grupo de trabalho constituído a partir de uma parceria estabelecida entre a Confederação e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) para elaboração do Guia de Boas Práticas para os Arquivos das Associações de Cultura, Recreio e Desporto; integramos ainda o Conselho Científico da Análise Associativa; e fazemos parte do Observatório do Associativismo Popular (OBAP), assente na parceria estabelecida entre CPCCRD, Universidade Lusófona e ISCET – IUL.

No que respeita ao Guia foi publicado o módulo 1 – Gestão de Documentos de Uso Corrente (via Internet) em 13-07-2019 co-autor. Está em fase final a elaboração do Módulo 2 - Gestão de Documentos de Conservação Permanente.

Quanto à Análise Associativa foram publicados sete números, de 2014 a 2020, em que tivemos intervenção direta na sua elaboração.

Breve enunciado de comunicações que foram produzidas em 2019: 1) Bombarral, Março - Desenvolvimento Humano passa por aqui (...) pelas associações; 2) Porto, Junho - Ciclo de Conferências: "Associativismo e Democracia", 2019: "A Estrutura Associativa passado, presente e futuro"; 3) Lisboa, Julho - Ciclo de Conferências: "Associativismo e Democracia", 2019: "O Estado Novo e o Associativismo"; 4) Lisboa, Novembro – X Colóquio Ibérico da Economia Social do CIRIEC/ I Colóquio Internacional da Economia Social da Fundação INATEL – Duas comunicações: a) "Rotas do Associativismo"; b) "Análise Associativa - Breve Reflexão".

A atividade que temos vindo a desenvolver prefigura o envelhecimento produtivo com benefícios que se revertem a nível coletivo e pessoal. Parece-nos uma ótima forma de envelhecer produzindo...



CLEMENTINA HENRIQUES

CONSELHEIRA NACIONAL DA CPCCRD
E PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL
DA CPES

A QUALIDADE DO ENVELHECIMENTO E O ASSOCIATIVISMO

UM PONTO DE VISTA

A QUALIDADE DO ENVELHECIMENTO E O ASSOCIATIVISMO UM PONTO DE VISTA

O avançar na curva da idade enquadra-nos, por vezes com pouco respeito, numa categoria etária designada velhice. Nada contra, se esse enquadramento não tiver subjacente uma carga valorativa negativa. Nada contra, se essa formulação não nos estigmatizar criando processos de exclusão.

A meu ver, embora o envelhecimento seja uma problemática que está na ordem do dia, conceptualmente é, ainda, pouco forte e consubstanciada, fundamentalmente, na idade. Tenho dificuldades em aceitar, de ânimo leve, essa designação e sou levada, muitas vezes, a questionar se é legítimo esse enquadramento. É velho quem atingiu a idade da reforma; é velho quem não contribui para o enriquecimento do país; ou, é velho quem perdeu os objetivos de vida, por razões diversas, independentemente do número de anos? Ou não "será que a velhice começa quando sentimos que estamos a começar a desistir dos outros ou que os outros estão a desistir de nós"? Deixo para reflexão, mas permitam-me alertar que há jovens de espírito velho e velhos que propagam juventude, garantindo que "Envelhecer é um privilégio e bem envelhecer uma dádiva, da genética ou de uma vida cuidada e responsável", o que também permite afirmar que "se envelhece conforme se vive". E com poucas dúvidas corroborar que envelhecer é uma arte!

Importante, nesta abordagem, e na minha opinião, convocar Grossman e encontrar alguma similitude com o seu modelo sobre avaliação da saúde relacionada com a economia. O autor faz um enquadramento sobre a saúde, e um designado volume global de capital saúde. O capital de saúde, para além de um stock inicial, resulta da diferença entre o investimento realizado em saúde, e os fatores que a depreciam. O indivíduo, tal como nasce jovem nasce portador de um determinado volume de capital saúde que, ao longo dos tempos, poderemos dizer com o avançar na curva da idade, se vai desgastando até que se esgota. Contudo, os ritmos de depreciação são influenciados por diversos fatores. Uns que o indivíduo pode controlar outros não. Uns, como o contexto em que se vive, a atividade física, as condições alimentares, ou seja, os indicadores de prevenção que impedem o desgaste mais acelerado da saúde e prolongam a curva. Outros que remetem para a saúde curativa, já sujeitos a muitas categorias de avaliação que não podemos, ou podemos com dificuldades, controlar e, sobretudo, dependentes das políticas adotadas para o sector.

Será, pois, legítimo construir um cenário, no processo de envelhecimento, recorrendo ao autor. Comprovadamente este processo, o envelhecimento, está

relacionado com a saúde, tanto física como mental. Então, envelhecer com qualidade depende de inúmeras variáveis.

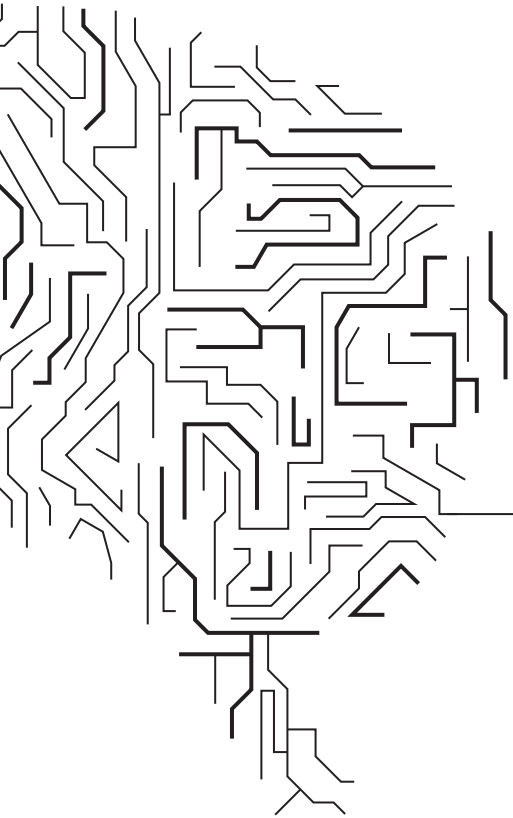
Ancorada nesta aprendizagem, mais teórica, mas assente num saber de experiência feito, diria que dinâmicas que, de qualquer modo, contribuam para manter a atividade dos indivíduos, são fundamentais para a progressão na curva da idade, com dignidade e sem exclusão, e portadoras de um forte manancial de saberes que poderão ser transmitidos, apropriados e disseminados, contribuindo para o reforço das identidades.

Estas premissas, por deliberação própria, por convicção, por natureza, encaminharam-me para uma escola de vida, não apenas dos idosos, mas de quem sente o coletivo e faz da socialização uma missão, que é o Associativismo.

Aqui, desde os catorze anos na Associação de Estudantes, mais tarde, como sindicalista, Dirigente da Animar, na APAV, Vice-presidente da CPPME, Vice-presidente da CPCCRD, ou hoje como membro do CN, na CPES, aprendi e aprendo, todos os dias. Capacito-me, valorizo-me, incremento a minha autoestima. Aqui aprendi e aprendo a olhar o mundo de outro modo, um mundo onde todos temos um papel a desempenhar. Aqui, transmito os meus saberes, aqueles que me foram emprestados. Aqui, no Associativismo, caminho e faço o percurso do meu envelhecimento, correlacionado com o meu processo de vida, gradual e progressivo, norteado por valores e princípios, onde o coletivo é uma realidade, é uma evidência.

Garanto, alegre e feliz, que a minha vida poderia ter outras escolhas, mas não teria a mesma intensidade, o mesmo conteúdo, o mesmo retorno. Aqui, no Associativismo, coletivamente, criamos incentivos atrativos para o envolvimento de cidadãos com 65 anos ou mais, produzimos cultura, promovemos o voluntariado inter-geracional como forma de valorização do património material e imaterial e das culturas locais, reafirmamos que a idade não é impeditiva para viver com sentido e utilidade.

O envelhecimento faz parte do processo de vida, é gradual e progressivo, é um saber ser e estar, é um privilégio, aprendi, experimentando, no Associativismo. Aprendo, todos os dias, que, envelhecer com qualidade, é uma arte!



DIAMANTINO ESTANISLAU

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO
DAS COLETIVIDADES DO DISTRITO
DE SETÚBAL

NÃO ME REFORMEI. DEIXEI APENAS DE TER PREOCUPAÇÕES COM A VIDA PROFISSIONAL

NÃO ME REFORMEI. DEIXEI APENAS DE TER PREOCUPAÇÕES COM A VIDA PROFISSIONAL

O meu percurso no Movimento associativo, começou na minha infância. O meu pai era músico na SIMBA, coletividade da minha aldeia. Tocava na Orquestra residente, que abrilhantava os bailaricos aos domingos e eu acompanhava-o nos ensaios. (O meu avô paterno foi um dos fundadores). Com a mobilização dos militares para as ex-colónias, um dos músicos foi chamado e a Orquestra ficou sem baterista. Como eu ia a todos os ensaios, o maestro perguntou-me se eu queria aprender a tocar bateria. Eu disse que sim e o meu pai e o meu tio ensinaram-me os primeiros compassos e ritmos e foi assim que comecei na música, com 11 anos, tendo exercido até 2010.

Esta experiência foi contagiante e motivou-me para o associativismo e daí começar o meu interesse pela causa. Em 1981 integrei pela 1ª vez os Órgãos Sociais da coletividade. Após a Revolução do 25 de Abril, e até ao presente, passei por várias direções, de associações, como Vice-presidente e Tesoureiro. Como Secretário e Presidente da Assembleia Geral. Passei também pelo movimento cooperativo, durante 18 anos, como Vice-Presidente da Assembleia Geral. Atualmente sou Presidente da Assembleia Geral de uma IPSS, desde 2003, uma Associação Escola de Samba, desde 2011 e Presidente da Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal, desde 2011.

Ao longo da minha vida associativa, tive o privilégio de contactar com muitos jovens. Tínhamos de os ir buscar e levá-los para os treinos e Jogos, fornecer os equipamentos, lanches e pagar todas as despesas. Hoje a situação é totalmente diferente, são os pais que assumem parte dos encargos. Numa outra coletividade, de índole cultural, aprendi como é possível, como amadores, fazermos cultura com tanta qualidade, desde a Banda Filarmónica, o Grupo Coral, a Escola de Música, o Teatro, o Ballet, entre outras. Na IPSS, que ainda represento, tem sido outra experiência muito interessante, com os idosos, assim como com a equipa Técnica e seus trabalhadores.

Outra experiência tem sido a Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal, através da qual adquiri novos conhecimentos e me tem proporcionado perceber a importância da nossa Confederação e das suas Estruturas no Movimento Associativo Popular, quer a nível Regional, quer a nível Nacional.

Com o fim da minha atividade profissional e a passagem à reforma, nada mudou na minha vida pessoal e comportamental, apenas passei a ter mais

disponibilidade para o Movimento Associativo Popular. Hoje consigo conciliar a minha disponibilidade de tempo, com a família, estar mais tempo com os netos, desenvolver a atividade associativa na Federação e associações e ir fazendo alguns trabalhos dentro da minha profissão. Costumo dizer que não me reformei, mas que deixei apenas de ter preocupações com a vida profissional.

Ser dirigente associativo é uma experiência única, eu não seria a pessoa que sou hoje se não tivesse passado por ela. Aprendi a ser mais tolerante, mais compreensivo e a perceber melhor alguns dos problemas relacionados com os jovens e os idosos. Ser dirigente associativo é uma honra e uma grande responsabilidade, temos de dar o exemplo, principalmente aos mais novos e aos outros.

O ano de 2020 com o aparecimento da pandemia, foi um ano atípico, que nos impediu de desenvolver quase na totalidade, as nossas atividades programadas. As reuniões passaram a ser na sua maioria por via online, desde março até ao presente. Faço votos para que em 2021, consigamos ultrapassar este pesadelo que hoje estamos a viver.

LIVRE
ASSOCIATIVISMO
PSICOLOGIA

Grande Entrevista

JOANA DIAS PEREIRA

BREVE NOTA BIOGRÁFICA

Licenciada em História, variante de Arqueologia (2000), pós-graduada em Ciências Documentais (2007), defendeu um mestrado (2008) e um doutoramento em História Contemporânea (2013).

Entre as questões levantadas na sua investigação, destaca-se o papel da «sociedade civil» na construção da sociedade contemporânea. Atualmente, analisa a evolução do repertório de ação coletiva institucionalizada, analisando as instituições duradouras durante o período contemporâneo, sob a forma de sociedades de entreajuda e cooperativa. Analisando o seu funcionamento interno e detalhes institucionais, quer reconhecer e compreender a sua eficácia em relação aos modernos "dilemas sociais".

Áreas de Investigação: História Social; História institucional e Ciência cidadã.

***Análise Associativa* (AA): O associativismo é uma das suas áreas de interesse. O que a levou a seguir esta temática nas suas investigações?**

Joana Dias Pereira (JDP): Comecei por estudar a emergência do movimento operário nos finais do século XIX e alvorada do século XX, quando iniciei o meu mestrado em 2000, uma vez que era um campo de investigação pouco explorado e cujos únicos estudos recuavam já às décadas de 1970 e 1980. Essa investigação, que aprofundei no doutoramento, permitiu-me identificar profundas conexões entre as diferentes tipologias de ação coletiva e percecionar o seu papel no processo afirmação das classes populares como sujeitos políticos. Estou convicta de que é um objeto de estudo essencial para compreender a construção das sociedades democráticas contemporâneas.

AA: O que a impulsionou a produzir a obra "Associativismo Livre – Uma História de Fraternidade e Progresso"?

JDP: No âmbito da minha investigação sobre este tópico, que se tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos vinte anos, identifiquei lacunas na historiografia portuguesa que julgo que este livro ajuda a mitigar, ou pelo menos a impulsionar mais investigações sobre esta matéria. Essencialmente, pareceu-me importante ensaiar uma análise histórica integrada das diferentes tipologias associativas para compreender a sua origem e natureza comum, bem como o seu papel conjunto no processo histórico.

AA: Nesta obra dá-nos conta dos antecedentes do associativismo tal como o conhecemos hoje. Quais foram, em sua opinião, os principais fatores que levaram ao associativismo livre?

JDP: Achei relevante levar a cabo a revisão da literatura sobre os antecedentes do associativismo moderno justamente para ilustrar as continuidades e roturas que reflete face às instituições para a ação coletiva pré-modernas. O associativismo livre herda redes e normas de reciprocidade ancestrais, patentes nos seus protagonistas e estatutos, mas também, por influência do movimento iluminista e das revoluções liberais, aprofunda as práticas de gestão democrática, esbate as hierarquias internas e adota novos

propósitos, entre os quais se destaca o progresso social.

AA: Verificamos que os vários tipos de associativismo (montepios, cooperativas e associações) se interligam. Quais as razões para que tal aconteça?

JDP: Como já argumentou o historiador francês Maurice Agulhon, as primeiras associações voluntárias que surgem após a revolução liberal assumem uma natureza multifuncional, sendo a especialização um processo mais tardio, que se aprofunda sobretudo a partir da última década do século XIX, muito por influência do próprio Estado e dos enquadramentos legais impostos. É de destacar que os pioneiros do movimento acreditavam que a associação era o instrumento ideal para dar resposta às necessidades dos individuos e agregados em todas as esferas da vida social.

AA: Uma das fontes da sua obra são os estatutos das associações. Qual a evolução das normas estatutárias no período em referência?

JDP: A evolução das normas estatutárias na longa duração distingue-se em vários aspetos. Em primeiro lugar, e no que respeita aos propósitos, como referido, a tendencia principal é a da especialização, o que está na origem da ramificação do movimento. Em segundo lugar, no que respeita às condições de admissão, verifica-se uma crescente abertura das associações a diferentes grupos e estratos sociais, em que se destaca a progressiva integração das mulheres. Finalmente, no que respeita aos deveres e direitos dos sócios, normas sancionatórias, administração, verifica-se sobretudo uma uniformização normativa imposta pelos regulamentos legais.

AA: No período estudado ter-se-ão verificado algumas ligações entre os movimentos e partidos políticos e as associações emergentes. Como foi esse relacionamento?

JDP: Sim, sem dúvida. Desde logo com a maçonaria e as designadas associações para-maçónicas, as academias científicas e as sociedades patrióticas, que ainda antes da revolução liberal se constituiram como associações voluntárias, podendo-se considerar embriões do associativismo moderno. Mais tarde, é

de sublinhar a relação entre o primeiro surto de sociedades mutualistas e o projeto Regenerador, como reflete o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, fundado em 1852 por elementos desta corrente política e contando com a participação das associações recém-criadas entre a comunidade artesanal. Na década de setenta, surgem os movimentos socialista e republicano, que terão uma influência inequívoca no associativismo, sendo a sua concorrência, aliás, um fator de emulação que muito contribuiu para a expanção e articulação à escala nacional do tecido associativo.

AA: Na obra divide as associações em três grupos: 1) cooperação e reciprocidade; 2) instrução, sociabilidade e civismo; 3) progresso e emancipação. Quais as razões que a levaram a essa classificação?

JDP: Esta categorização é sobretudo operacional, ou seja, uma forma de organização dos conteúdos, já que, como referido, as interseções entre os movimentos são muito profundas. Não obstante, teve em consideração o peso relativo dos propósitos das diferentes tipologias associativas, o que permite de facto agrupá-las em três grupos distintos, nos quais tendem a assumir uma maior relevância as experiências de coadjuvação económica e social com base na reciprocidade, no caso das mutualidades e cooperativas, a crença no papel da instrução e da sociabilidade instrutiva como motor de aperfeiçoamento individual e coletivo, no caso das coletividades de cultura e recreio, e, finalmente, no que respeita ao sindicalismo, a reivindicação e promoção de reformas sociais e políticas de caráter progressivo.

AA: Nesta obra refere valores que ainda hoje são a base do associativismo, tais como, a autonomia, solidariedade, independência, liberdade, igualdade etc. Como explica a sua longevidade?

JDP: A emergência do associatismo livre é um fenómeno que caracteriza o alvorecer da modernidade. (Quando uso o conceito de modernidade refiro-me ao nosso período histórico, ainda que alguns autores defendam que vivemos já um tempo pós-moderno. Embora seja discútivel, não encontro na história contemporânea nenhum outro ponto de viragem semelhante às

revoluções liberais e industrial, que alteraram simultaneamente os sistemas produtivos, a organização social e os regimes políticos). Por essa razão, os nossos "repertórios de ação coletiva", naturalmente com especificidades em diferentes espaços e tempos, enquadram-se ainda no processo evolutivo marcado por este ponto de viragem. Segundo Charles Tilly, um investigador que influencia bastante o meu trabalho, o surgimento de novas formas das pessoas se manifestarem, incluindo por meio de organizações formais, relaciona-se com três fatores: a industrialização, a urbanização e a construção do Estado Moderno. As associações surgiram para mitigar os efeitos da desagregação das redes e instituições que asseguravam a proteção social no "Ancién Regime", substituir as organizações corporativas que regulamentavam as relações produtivas e laborais, como novos espaços de sociabilidade e lazer nos novos contextos urbanos, mas rapidamente se articularam à escala nacional para influir nas opções das políticas públicas, crescentemente interventivas nas esferas económica e social.

As associações, de diferentes tipologias, a partir das últimas décadas do século XIX, tornaram-se o principal meio de relação entre os individuos e entre os individuos e o Estado, como comprova a "Era dos Congressos", amplamente decrita no livro. As suas reclamações, como afirmam, não diferem substancialmente das atuais aspirações dos ativistas associativos e as formas de as representar aos poderes políticos também não, felizmente com mais canais de representação!

AA: Na sua opinião, como é que esses vários tipos associativos contribuíram para as mudanças sociais e para as condições de vida das populações, durante o período em causa?

JDP: Julgo que a resposta anterior ajuda a responder também a esta pergunta. Acrescento apenas que o processo de especialização já referido induziu o aprofundamento da intervenção do associativismo em diferentes eixos, ainda que interligados, em que se se destacou: a organização e defesa da previdencia social, por parte do mutualismo; a cooperação económica, como alternativa à livre concorrência; a reivindicação da regulação das

relações laborais, pelo sindicalismo; a criação e fruição cultural e desportiva, a organização do lazer e o "simples prazer de estar em conjunto", como diria Michel Verrer, no caso do associativismo de cultura, recreio e desporto.

AA: Considera que o movimento associativo também influenciou as políticas públicas e sociais?

JDP: Sem dúvida que, entre outras coisas, o movimento mutualista está na origem dos Estados de Providência, o cooperativo impôs o reconhecimento e proteção legal do "terceiro setor" e do conceito de reinvestimento dos excedentes no progresso social em detrimento da sua privatização, o sindicalismo assegurou a proteção legal dos trabalhadores e dos seus direitos fundamentais, o associativismo de cultura, recreio e desporto foi decisivo para a consagração destes direitos na própria Constituição da República.

AA: Como é que o estudo do associativismo tem marcado o seu percurso pessoal e académico?

JDP: Absolutamente, ao longo dos últimos vinte anos, o estudo do movimento associativo e a minha própria atividade associativa proporcionaram-me ferramentas de organização do trabalho coletivo, fixação de objetivos comuns, regulação das relações interpares, etc. Para além disso, os diagnósticos que o movimento associativo fez da realidade social em que intervinha – que encontramos nas fontes históricas produzidas pelos ativistas, individual e coletivamente (por exemplo em congressos) – ofereceram-me uma perspetiva radicalmente diferente de outras fontes históricas, como as produzidas pelos organismos estatais ou pelas elites intelectuais. É aquela perspetiva que E. P. Thompson designou "a partir de baixo", o que obviamente não assume um cariz pejorativo, mas antes pelo contrário, se trata de uma perspetiva mais lata, da ampla realidade, representações e aspirações das classes populares.

AA: Foi, entretanto, estabelecido um protocolo entre a CPCCRD e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, para continuação deste trabalho. Quais são os objetivos e como se vão concretizar?

JDP: O principal objetivo é desobscurecer o papel das associações voluntárias na resistência à mais longa ditadura europeia e na construção da democracia, através de uma metodologia participativa. Com efeito, considerando as limitações das fontes escritas sobre uma ação coletiva que se viu dramaticamente cerceada pelo regime autoritário, não é possível recuperar a memória deste período sem um forte envolvimento das estruturas e ativistas associativos. Por outro lado, a sua invisibilidade na historiografia não corresponde à relevância do processo de mobilização que protagonizaram após o 25 de abril de 1974, o que só poderá ser desafiado pela sua ativa intervenção na construção da memória coletiva.

Estamos a reunir uma equipa de investigação interdisciplinar e interinstitucional composta por investigadores em história, sociologia, antropologia, psicologia e urbanismo e representantes das principais "famílias" associativas, entre as quais o mutualismo, o cooperativismo, o sindicalismo, o associativismo de cultura, recreio e desporto, de mulheres, em defesa da Paz, etc.

Temos a ambição de construir e disponibilizar instrumentos que promovam a pesquisa, produção e partilha de conhecimentos, como roteiros bibliográficos e de fontes, criar círculos de investigação temática, incluindo investigadores e ativistas, e dar corpo a um fundo oral baseado em histórias de vida de ativistas que se destacaram pela longevidade e resiliência da sua participação associativa.

Este projeto inspira-se num movimento social e científico que encontra as suas raízes na conceção de investigação participante desenvolvida desde a década de 1960 por ativistas-cientistas como Paulo Freire ou Orlando Fals Borda. Segundo estes, os agentes sociais emancipam-se desde logo do lugar de objetos de análise para se assumirem como coprodutores de um novo conhecimento intercultural e emancipador. Aspira assim concorrer para um persistente esforço comum de tradução, debate e difusão de distintos saberes entre investigadores de diferentes áreas do conhecimento, agentes sociais e ativistas que protagonizam distintos repertórios de ação coletiva. Este esforço tem como objetivo principal a co-construção de uma agenda de investigação comprometida e emancipatória.

Estudos

ANA RIBEIRO

GESTORA DE PROJETOS
INTERNACIONAIS NAS ÁREAS
DA FORMAÇÃO E INOVAÇÃO
E DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO
JOSÉ AFONSO

EDUARDO FERNANDES

ENGENHEIRO DE SOFTWARE
E DIRIGENTE DO GRUPO
FOLCLÓRICO DE DANÇAS
E CANTARES DE MAFAMUDE

FERNANDO LOPES

TÉCNICO SUPERIOR NO MUNICÍPIO
DE ODIVELAS E DIRIGENTE
DA SOCIEDADE
FILARMÓNICA UNIÃO
PINHEIRENSE

NATÁLIA MARTINS

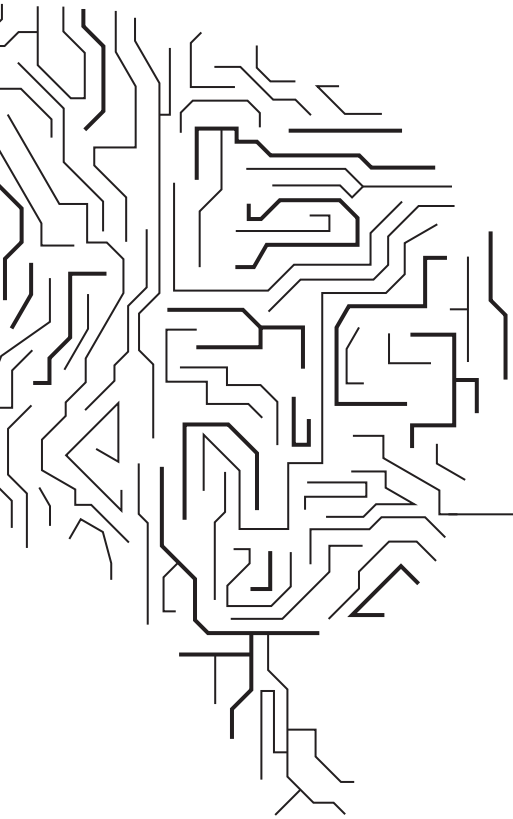
PROFESSORA
UNIVERSITÁRIA
E MEMBRO DO OBAP

CARLOS GOMES

ARQUITETO E DIRIGENTE
DO CLUBE RECREATIVO PIEDENSE
E DA ASSOCIAÇÃO DAS COLETIVIDADES
DO CONCELHO DE ALMADA

PAULO RODRIGUES

PRESIDENTE DA DIREÇÃO
DA FEDERAÇÃO DAS
COLETIVIDADES
DE VILA NOVA DE GAIA



ANA RIBEIRO

GESTORA DE PROJETOS INTERNACIONAIS
NAS ÁREAS DA FORMAÇÃO E INOVAÇÃO
E DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO JOSÉ AFONSO

DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO DE ASSOCIADOS E ATIVISTAS

O caso da Associação José Afonso

Sumário:

1 ¬ **Os desafios da renovação geracional no movimento associativo**

2 ¬ **O caso da Associação José Afonso – atividade crescente mas renovação em risco**

3 ¬ **Breve historial da Associação José Afonso**

4 ¬ **Evolução da estrutura etária dos associados**

5 ¬ **Caracterização etária dos órgãos sociais**

6 ¬ **Períodos de maior dinamismo na adesão de associados**

7 ¬ **Comunicação e angariação de associados e ativistas na AJA**

8 ¬ **Conclusões e recomendações**

9 ¬ **Bibliografia**

1 ¬ Os desafios da renovação geracional no movimento associativo

Um dos principais desafios do movimento associativo popular é o da mobilização de membros, ativistas e dirigentes de camadas mais jovens, fundamentais não só para garantir a sustentabilidade futura dos coletivos, mas também para que tragam novas ideias, ferramentas e até preocupações para o meio associativo. De facto, fenómenos como a fraca adesão de associados, dificuldade em reter membros, motivos da desmotivação, interesse "passageiro" e participação pouco ativa nas associações (Jorge, 2017) carecem de investigação mais aprofundada.

Ao mesmo tempo que sabemos que o envolvimento dos jovens é fundamental para a manutenção e o fortalecimento do movimento associativo, é genericamente reconhecido como um dos seus principais problemas a falta de dirigentes, homens e mulheres, que por diversas razões não se disponibilizam para ocupar cargos diretivos. O nível de participação está associado com a relação benefício/custo que os membros percecionam obter com o seu envolvimento nas organizações (Ornelas et al., 2013, p.171). O facto de os associados mais novos e mais antigos não terem o mesmo conhecimento e grau de compromisso em relação à organização, pode influenciar a sua perceção desta relação benefício/custo. Assim, o grande desafio de assegurar uma nova geração de dirigentes implica mais do que ouvir e integrar as sugestões dos jovens nas atividades das coletividades.

Além destes, o movimento associativo enfrenta outros desafios (Balonas, 2017, p.31)[1]: Aumentar o conhecimento do público sobre o sector; fortalecer o enquadramento legal; melhorar a capacidade da Sociedade Civil; melhorar as relações Governo/organizações não lucrativas; financiamento dos projetos; criar uma identidade una do sector. Neste contexto, a comunicação assume um papel central para as associações enquanto meio de alcançar visibilidade e impacto e, por conseguinte, garantir a sua sustentabilidade (Cerqueira, 2019, p.4). Numa perspetiva de comunicação estratégica como elemento fundamental para as OSC, Balonas (2017, p.6) salienta que a comunicação deve estar imbricada nas práticas e políticas das organizações, e não ser encarada somente no sentido promocional ou informativo.

---

[1] Enumerados no estudo desenvolvido pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa e a Johns Hopkins University.

2 ¬ O caso da Associação José Afonso – atividade crescente mas renovação em risco

A Associação José Afonso (AJA) é uma associação cultural e cívica, não confessional, criada em 1987 em torno da memória e do exemplo de José Afonso. A AJA conheceu, sobretudo na última década, um crescimento e dinamismo assinaláveis, tendo multiplicado o número, alcance e visibilidade das suas iniciativas, fenómenos aos quais não é alheia a criação de vários núcleos locais. No entanto, os associados e os membros dos corpos sociais apresentam uma média etária bastante elevada, numa tendência que constantemente se acentua e que, a manter-se, conduzirá ao definhamento ou mesmo ao desaparecimento da Associação nos próximos anos.

O presente trabalho tem como objetivo identificar medidas passíveis de contribuir para mobilizar mais associados e associados mais jovens para a AJA, incluindo para os seus órgãos sociais, contribuindo para a sustentabilidade da Associação. O trabalho tem como objetivos específicos:

- Identificar os principais desafios do meio associativo, designadamente quanto à renovação dos corpos dirigentes e à comunicação interna e externa.
- Estabelecer um breve historial da AJA, analisar a evolução da média etária dos seus associados e corpos sociais, e explorar outros dados relevantes através da Base de Associados da AJA (BA)[2];
- Caracterizar as estratégias de promoção e de angariação de associados e voluntários;
- Formular conclusões, recomendações e questões para futura análise que contribuam para a continuidade da AJA através da mobilização de associados e voluntários mais jovens.

As metodologias aplicadas na realização do trabalho foram as seguintes:

- Pesquisa bibliográfica, webliográfica e estatística.

---

[2] A base de associados da AJA, doravante designada por BA, foi criada em 2013, reunindo informação que até ao momento se encontrava dispersa. A informação constante da BA apresenta lacunas, fruto de circunstâncias diversas, não sendo totalmente uniforme nos dados disponíveis sobre cada pessoa, embora a qualidade da informação hoje seja manifestamente superior. A análise apresentada deve ser vista à luz das limitações descritas.

- Análise de dados estatísticos nacionais e da base de associados da AJA.
- Análise de documentação da AJA.
- Entrevistas semi-dirigidas com o Vice-presidente da Direção e uma funcionária.
- Análise de resultados, formulação de conclusões e recomendações.

3 ¬ Breve historial da Associação José Afonso

A AJA foi criada a 18 de Novembro de 1987 (10 meses após a morte de José Afonso), em Setúbal, por um grupo de amigos e familiares do cantor, tendo como principal objetivo dar a conhecer, nas suas múltiplas facetas, a personalidade e o papel de José Afonso e promover a difusão da sua obra. Pouco tempo após a sua criação, a AJA torna-se no motor da organização do Festival "Cantigas do Maio" (1989-2003)[3], pioneiro na forma como divulgou artistas de todo o mundo, e profundamente marcante no percurso da Associação, tornando-se na fonte de sustentação para as atividades da AJA, por exemplo o lançamento de sete edições da sua revista[4] e a exposição "José Afonso: andarilho, poeta e cantor". O fim da realização do Cantigas do Maio, em 2003, determinou uma "crise de sobrevivência" da AJA. A extinção dos apoios concedidos pelos municípios onde o mesmo se realizava e o foco da AJA na organização do Festival, deixaram a AJA com uma grave falta de recursos e limitada intervenção noutras áreas.

A partir de 2005, na contingência de encerrar atividade, a AJA procura reinventar-se, num esforço múltiplo, para cujo sucesso foram determinantes: a renovação da presença da AJA na internet, a criação de núcleos locais e a estabilização da sede em Setúbal, condições favorecidas pelas mudanças dos corpos sociais e a produção de novos recursos sobre José Afonso.

Em Maio de 2005 é lançada a página na internet da AJA (www.aja.pt), com um repositório de recursos sobre a vida e obra de José Afonso, informações acerca da associação e outros materiais que se têm vindo a expandir ao longo dos anos.

---

[3] Mais informações sobre este festival em http://www.aja.pt/festival/
[4] Disponíveis em formato digital na página www.aja.pt

Também em 2005 surgiu o primeiro núcleo local/regional, AJANorte, e sobretudo a partir de 2011, surgem vários outros, constando hoje na página da AJA 16 núcleos de norte a sul de Portugal, em Bruxelas e na Galiza. A partir de 2012 a AJA regista um crescimento do número de associados possivelmente relacionado com a criação de novos núcleos.

Também marcante nesta fase foi a mudança da sede nacional da AJA para a Casa da Cultura de Setúbal, espaço gerido pela Câmara Municipal e partilhado com várias outras associações[5].

Ao nível da produção de recursos, foram realizadas edições de livros e lançamento de novas exposições da AJA. Fruto desta abertura e dinamismo, a AJA obteve vários reconhecimentos públicos. Destaca-se ainda a organização de vários concertos de âmbito nacional, para além das dezenas iniciativas dinamizadas pelos vários núcleos.

O relatório de atividades apresentado na Assembleia Geral de Setembro de 2020, apesar do forte impacto da pandemia em 2020, destaca no triénio 2018-2020 várias iniciativas:

- Participação no Observatório da Canção de Protesto, numa parceria liderada pela Câmara Municipal de Grândola;
- Lançamento da maleta pedagógica com um conjunto de atividades dirigidas ao público infantojuvenil sobre a vida e obra de José Afonso.
- Iniciativas conducentes à reedição da obra de José Afonso[6], incluindo o lançamento de uma petição, a realização de uma conferência e contactos institucionais diversos.
- Manutenção do Centro de Documentação José Afonso.

4 ¬ Evolução da estrutura etária dos associados

Para compreender a evolução da distribuição etária dos associados da AJA, consideramos três grandes intervalos de tempo desde a sua formação: de 2010 a

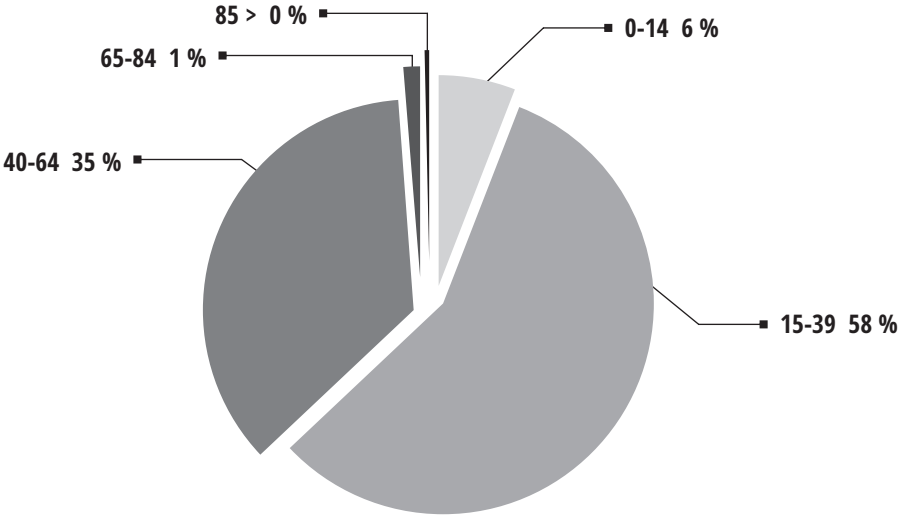
[5] Fruto da participação da AJA no projeto de requalificação urbana promovido pela Câmara Municipal de Setúbal, através do qual foi construída a Casa da Cultura.

[6] Cujos exemplares se encontram esgotados devido a um problema legal associado à falência da editora Movieplay

2020; de 2000 a 2009 e de 1987 a 1999. A informação apresentada de seguida baseia-se na consulta da BA a 4 de Outubro de 2020. À data, a BA incluía um total 2030 entradas, das quais correspondem a 1850 associados ativos, dos quais 1545 têm informação válida sobre a data de nascimento.

Nos primeiros 12 anos da AJA (1987-1999) foram admitidos 623 associados, embora só conheçamos a data de nascimento de 368 deles. Ainda assim, é de notar que a faixa etária mais representativa era a dos 15 aos 39 anos com 58%, seguida da faixa etária 40-64 anos, com 35%.

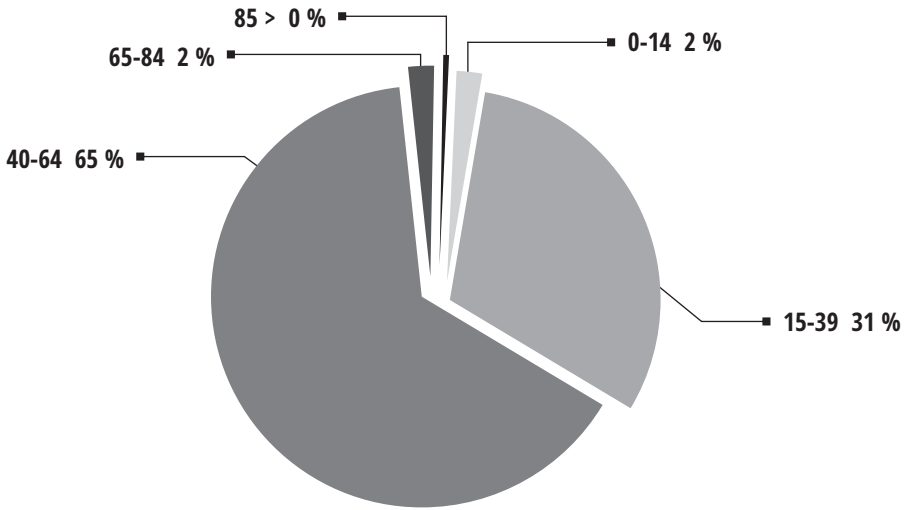
Figura 1: Distribuição etária dos associados admitidos entre 1987 e 1999



Fonte: Base de Associados AJA

Entre 2000 e 2009 foram admitidos 282 associados (253 com data de nascimento válida), sendo o grupo etário maioritário o dos 40 aos 64 anos, ao contrário do que sucedeu entre 1987 e 1999, que registou uma maioria de adesões na faixa etária dos 15 aos 39 anos.

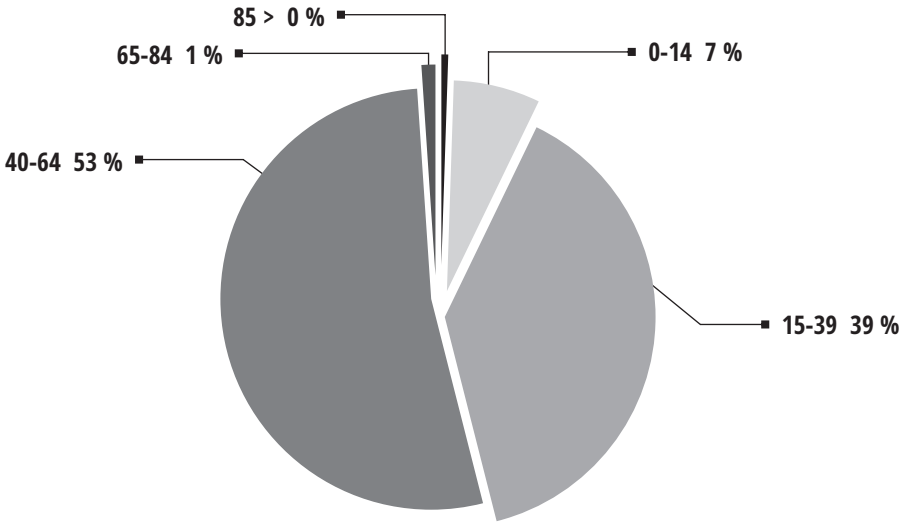
Figura 2: Distribuição etária dos associados admitidos entre 2000 e 2009



Fonte: Base de Associados AJA

Desde 2010, foram admitidos 941 associados (922 com data de nascimento válida), verificando-se que a sua distribuição evidencia um peso maioritário do grupo 65-84 anos (53% do total).

Figura 3: Distribuição etária dos associados admitidos entre 2010 e 2020



Fonte: Base de Associados AJA

Analisando os três períodos, verifica-se uma tendência de envelhecimento do grupo etário maioritário ao longo dos anos. Ainda que se desconheça a data de nascimento de uma parcela importante dos associados admitidos até 1999 (cerca de 40%), a informação disponível permite identificar uma redução gradual do peso dos grupos etários mais jovens, até uma maioria de associados com 65 a 84 anos.

Comparando a evolução etária da população residente em Portugal e dos associados da AJA, verifica-se que a tendência de envelhecimento na AJA é acentuadamente maior do que a da população residente em Portugal. Por exemplo, em 2019 a faixa etária dos 65 ou mais anos representava 22% da população residente e em 2020 representa 56,7% dos associados da AJA.

TABELA 1. População residente em Portugal por grandes grupos etários

ANOS	GRANDES GRUPOS ETÁRIOS						TOTAL
	0-14 anos	%	15-64 anos	%	65 ou > anos	%	
1987	2 258 096	22,5	6 530 461	65,1	1 241 474	12,4	10 030 031
2000	1 685 078	16,4	6 939 317	67,4	1 665 503	16,2	10 289 898
2010	1 606 583	15,2	7 013 108	66,3	1 953 409	18,5	10 573 100
2019	1 402 276	13,6	6 621 663	64,4	2 262 325	22	10 286 263

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente (Fonte: PORDATA)

TABELA 2. Associados da AJA por grandes grupos etários

ANOS	GRANDES GRUPOS ETÁRIOS						TOTAL
	14 anos	%	15-64 anos	%	65 ou > anos	%	
1999	21	5,7	341	92,7	6	1,6	368
2020	5	0,3	664	43	876	56,7	1545

Fontes de Dados: Base de Associados da AJA

5 ¬ Caracterização etária dos órgãos sociais

Acompanhando a tendência verificada entre os associados, a evolução da estrutura etária dos membros dos corpos sociais[7] revela que, em 30 anos, a média passou de 38,9 para 62,7 anos.

TABELA 3. Associados da AJA por grandes grupos etários

ANOS DE ELEIÇÕES	1987[8]	1998	2004	2006	2009	2012	2015	2018
Número de pessoas	11	15	13	13	13	19	22	23
Idade membro mais novo (anos)	27	40	29	31	28	31	27	30
Idade membro mais velho (anos)	60	75	77	79	68	72	77	80
Média de idades dos membros	38,9	49,1	53,2	56,9	52,8	56,3	59,3	62,7
Proporção de mulheres (%)	18,2	33,3	30,8	7,7	23,1	21,1	27,3	26,1

Fontes de Dados: Base de Associados da AJA

Quanto à proporção de mulheres nos órgãos sociais, apesar de ter evoluído ao longo do tempo, não ultrapassa os 30% desde o triénio 2004-2006. Quando o meio associativo enfrenta dificuldades em mobilizar dirigentes, a representação das mulheres é um desafio na construção de coletividades onde todos possam desenvolver os seus talentos e participar de igual modo.

6 ¬ Períodos de maior dinamismo na adesão de associados

Procuramos agora compreender se o dinamismo atestado pela AJA a partir de 2005 e acentuado a partir de 2011 com a criação de novos núcleos teve paralelo no crescimento dos associados.

---

[7] De acordo com os estatutos da AJA, os órgãos sociais são eleitos para mandatos de três anos. No entanto, em alguns períodos, e dadas as circunstâncias da Associação, não se realizaram eleições nos períodos indicados estatutariamente.

[8] Comissão instaladora.

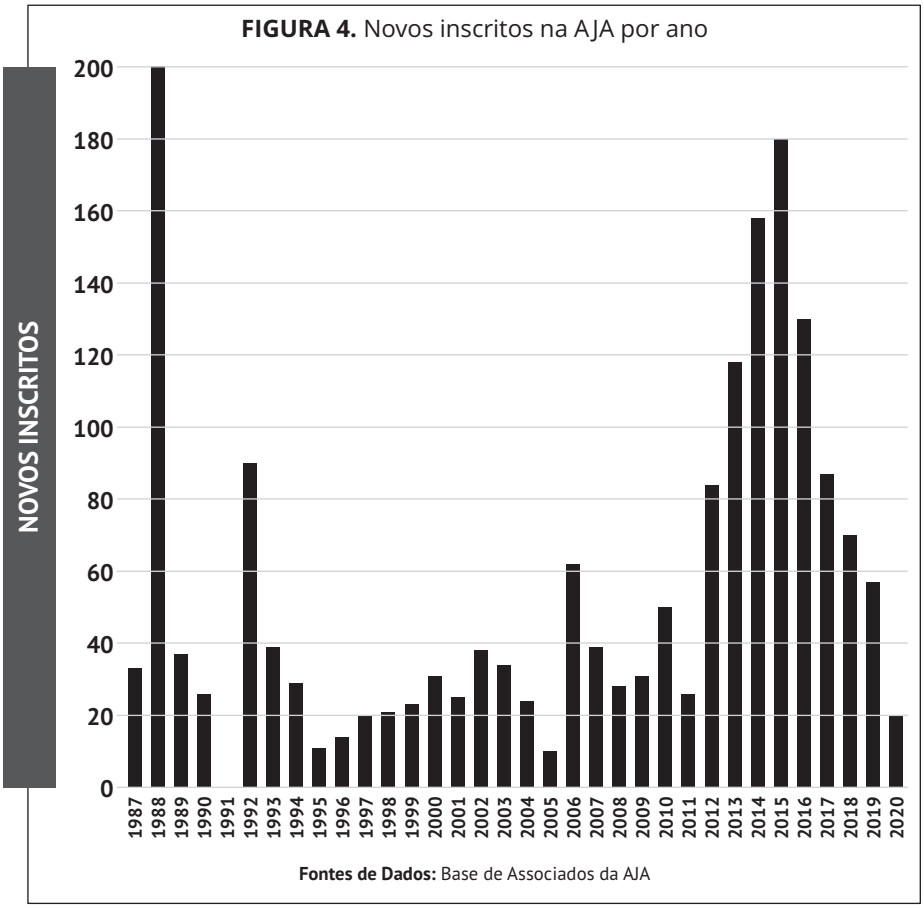


FIGURA 4. Novos inscritos na AJA por ano

Fontes de Dados: Base de Associados da AJA

Em 1988, logo após a criação da AJA (Novembro de 1987) houve um número excecional de novos associados: 373. Tal adesão jamais se repetiu. O ano de 1992 registou um aumento relevante, beneficiando possivelmente de associados não admitidos em 1991[9]. A partir de 2006, fase em que a AJA reforça e multiplica as suas atividades, nota-se um ligeiro aumento do número de adesões, mas é sem dúvida a partir de 2012, aquando da expansão dos núcleos locais e organização de eventos de grande visibilidade, que este número aumenta significativamente, crescendo até 2015 e decrescendo depois até à atualidade.

[9] O que poderá dever-se, por exemplo, à não realização de reuniões de direção, onde são aprovadas as fichas de associado.

7 ¬ Comunicação e angariação de associados e ativistas na AJA

A angariação de associados per si não é uma prioridade da AJA, embora nos últimos anos se denote maior preocupação em disponibilizar fichas de adesão nos eventos e na página internet. Apesar de iniciativas pontuais no passado para a angariação de associados, a experiência indica que são as atividades no terreno e a comunicação de proximidade que mais eficazmente contribuem para este fim. Dado a adesão de novos associados ocorrer sobretudo em iniciativas públicas da AJA, frequentemente com intervenientes e temáticas do tempo de José Afonso, a maioria do público e, por conseguinte, dos novos associados, serão de gerações mais antigas.

A preocupação com a sustentabilidade da AJA prende-se não só com o envelhecimento dos associados no geral, mas sobretudo com a dificuldade em envolver nos trabalhos da Associação pessoas mais jovens. Vários fatores concorrem para esta situação, que de resto não é exclusiva da AJA. Desde logo, sendo a média de idade dos associados elevada, os ativistas da AJA são em média também mais velhos. Por outro lado, as pessoas que de forma mais imediata (e afetiva) se identificam com José Afonso são os que o conheceram diretamente. Denota-se ainda que, no domínio da comunicação interna, a AJA apresenta características que dificultam a participação de voluntários mais jovens, com ferramentas e metodologias de trabalho pouco permeáveis à mudança e a evoluções tecnológicas, organizacionais e comunicacionais.

Os núcleos locais da AJA, pela sua proximidade às comunidades, têm-se revelado um meio eficaz para promover o envolvimento de ativistas de forma mais permanente na Associação.

8 ¬ Conclusões e recomendações

Utilizando uma análise SWOT sumarizamos os fatores internos e externos que influenciam a mobilização de associados e ativistas para a AJA, incluindo os seus órgãos dirigentes.

FORÇAS

- Obra de José Afonso reconhecida de grande valor musical, poético e político.
- Mais de 10 núcleos asseguram múltiplas atividades em vários pontos geográficos.
- Utilização dos meios eletrónicos (website, Facebook, e-mail, Skype) permite promover a atividade da AJA e comunicar à distância.
- Associados incluem pessoas do meio artístico e intelectual que contribuem para visibilidade da AJA.
- Diversidade crescente de atividades, ex.: concertos, exposições, atividades com escolas, centro de documentação.
- Melhoria da situação financeira resultado da diversificação de fontes de receita.
- Número e variedade crescente de parcerias com municípios, instituições de ensino, entidades da área da cultura, etc.

FRAQUEZAS

- Massa associativa e corpos sociais com elevada média etária.
- Fraca participação dos sócios na vida da AJA
- Dificuldade em mobilizar pessoas mais jovens para os órgãos dirigentes e outras tarefas (ex. manutenção de website).
- Pouca abertura da Direção para novas metodologias de trabalho.
- Dificuldade de estar presente em vários canais de comunicação para chegar a associados jovens.
- Dificuldade dos funcionários e voluntários ativos em usar ferramentas informáticas que poderiam agilizar vários processos, diminuir erros e melhorar o contacto com os sócios.
- Pouca proporção de receitas fixas ou regulares, dificultando a manutenção de despesas fixas, como um funcionário.

OPORTUNIDADES

- Interesse de artistas e estudiosos pela obra de José Afonso, suscitando recriações da sua obra e de formas apelativas para as novas gerações.
- Estatuto de interesse público da AJA permite aceder a financiamentos públicos e donativos de IRS, contribuindo para a sustentabilidade financeira e expansão das atividades.
- Algumas iniciativas com grande visibilidade pública, como a petição para o reconhecimento do interesse público da obra de José Afonso e reedição da sua obra.
- Número crescente de ferramentas (manuais, metodologias, recursos), de estruturas e de concursos para projetos financiados destinados a apoiar associações como a AJA.

AMEAÇAS

- Contexto social atual de individualismo, imediatismo e trabalho "por projeto".
- Mobilização jovem para o associativismo mais ligado a temas globais como ecologia.
- Chamada "canção de protesto" hoje mais ligada a estilos como o rap, pode tornar a obra de José Afonso menos apelativa para os jovens, causando simultaneamente resistência do público mais antigo a aderir a estes estilos.
- Desaparecimento de artistas (e outros) que conviveram com José Afonso pode reduzir o interesse e capacidade de mobilização da AJA.
- Problemas jurídicos associados à reedição dos discos e do "songbook" de José Afonso dificultam a promoção da sua obra.

Finalmente, apresentamos um conjunto de sugestões (que poderão ser úteis também para outros coletivos) no sentido de contribuir para aumentar o número de associados da AJA, reduzir a sua média etária, e mobilizar ativistas mais jovens, que garantam a continuidade da Associação.

Sugestões de ações internas/de comunicação e gestão organizacional:

- ✓ Renovação e rejuvenescimento nos órgãos sociais, assente na definição de um projeto para o futuro da AJA, em que cada pessoa é responsável por tarefas específicas, reportando regularmente as evoluções e assinalando obstáculos e necessidade de apoio.
- ✓ Designar elementos da direção responsáveis pela comunicação interna e externa, realizando um diagnóstico das ferramentas e canais atuais e propondo ações de melhoria.
- ✓ Desenvolver um Manual de Acolhimento com os procedimentos internos da AJA e outras informações relevantes e designar uma pessoa responsável pela atualização do Manual.
- ✓ Criar grupos de trabalho para realizar tarefas específicas e com um horizonte temporal delimitado e criar oportunidades para o envolvimento de novos voluntários, ainda que manifestem menor disponibilidade para assumir um compromisso de longo prazo.
- ✓ Promover iniciativas intergeracionais nomeadamente ao nível da direção, constituição de equipas de trabalho mistas e definição de projetos em que pessoas mais experientes possam partilhar os seus conhecimentos com elementos mais novos que, por sua vez, poderão sugerir novas metodologias de trabalho e formas inovadoras de realizar iniciativas.
- ✓ Fomentar a participação dos dirigentes, voluntários e funcionárias em ações formativas e informativas, sensibilizando todos para a utilidade e necessidade de adquirir novos conhecimentos e métodos de trabalho, independentemente da idade ou formação da pessoa.
- ✓ Promover um acompanhamento mais próximo e regular dos núcleos, permitindo uma participação mais ativa destes nos trabalhos da Associação e transmitindo a importância da sua ação no assegurar do futuro da AJA e na mobilização de voluntários.
- ✓ Designar uma ou mais pessoas de cada núcleo, de forma permanente ou rotativa, para assegurar o contacto e promover uma comunicação aberta e dinâmica com a direção.

- ✓ Capitalizar a proximidade dos núcleos das suas comunidades para realizar atividades com maior impacto a nível local e mobilizar para o trabalho associativo pessoas mais jovens, motivadas pelo interesse de contribuir para o desenvolvimento da sua comunidade.

Sugestões de ações ligadas à comunicação estratégica/relações públicas:

- ✓ Rever a mensagem transmitida pela AJA aos seus públicos, destacando a atualidade e valor da Associação, o motivo pelo qual é importante participar na mesma e o amplo espetro de atividades que podem ser realizadas no seu âmbito.
- ✓ Destacar a intemporalidade da obra e mensagem de José Afonso e a sua ligação a valores fundamentais como a liberdade, igualdade, combate ao racismo e intervenção social.
- ✓ Incrementar o trabalho com escolas numa perspetiva de continuidade, assente na promoção da intervenção cívica e articulando, sempre que possível, com atividades letivas como as aulas de cidadania.
- ✓ Incentivar a colaboração dos associados na vida e nos trabalhos da AJA, nomeadamente através de consultas sobre decisões estruturantes, planos de atividades participados, projetos, etc. Assumir o princípio "fazer com os sócios" e não "fazer para os sócios".
- ✓ Abrir espaços de participação informal dos jovens, ainda que de cariz pontual, procurando identificar as suas áreas de interesse e formas de expressão preferidas.
- ✓ Desenvolver ações específicas para o envolvimento de jovens na vida associativa, nomeadamente: dar a conhecer as atividades da AJA e promover novas atividades, procurando ir ao encontro dos seus interesses e sugestões; criar oportunidades para o envolvimento e participação dos jovens nos processos de planeamento, dinamização e gestão da AJA, incluindo a sua integração nos órgãos sociais.

BIBLIOGRAFIA

Associação José Afonso. *Magna Base Sócios* [Base de associados da Associação José Afonso, Ficheiro Google spreadsheets]. Consultado em 2020, Outubro, 4.

Balonas, S. (2017). Não basta fazer o bem, é preciso dizê-lo bem. O fator comunicação na profissionalização do Terceiro Sector. C. Cerqueira & S. Lamy (Eds.). *Vozes plurais: a comunicação das organizações da sociedade civil* (37-48). Lisboa: Documenta.

Cerqueira, C. (2019). Associativismo, participação e comunicação: dilemas e desafios. *Communitas Think Tank – Ideias*. Disponível em http://www.communitas.pt/ideia/ associativismo-participacao-e-comunicacao-dilemas-e-desafios

Conselho Municipal do Associativismo (2019). *Repertório para a Inovação e Boas Práticas Associativas*. Consultado em 2020, Outubro, 10. Disponível em: https://adaloures.pt/wp-content/uploads/2019/03/Repertorio-Boas-Praticas-Associativas.pdf

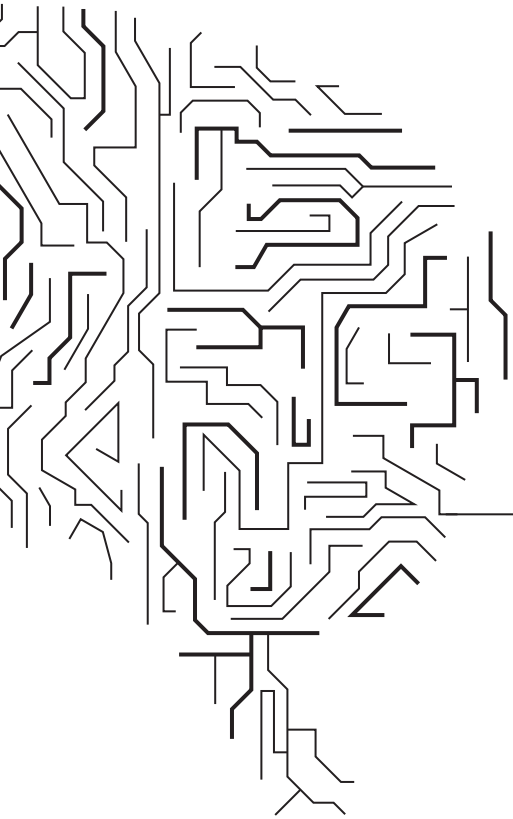
Eiró-Gomes, Mafalda; Neto, César; Silvestre, Cláudia. *A Comunicação em OSC: do conhecimento ao reconhecimento* (2017, Novembro, 03). Comunicação apresentada no Encontro A Comunicação em Organizações da Sociedade civil: Conhecimento e Reconhecimento. Instituto Politécnico - Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2020-06-15). *Estimativas Anuais da População Residente*. Fonte: PORDATA. Consultado em 2020, Outubro, 04. Disponível em: https:www.pordata.pt

Jorge, Angelica (2017) *A importância do associativismo.* Consultado em 2020, Maio, 17. Disponível em: http_Hlt56165554_Hlt56165555:_Hlt56165554_Hlt56165555//www.eventpointinternational.com/pt/item/9-opiniao/2357-a-importancia-do-associativismo

Ornelas, J. H.; Duarte, T.; Seixas, T.; Jerónimo, J.; Martins, A.; Matos, C.; Nunes, D.; Varela, F.; Costa, L. (2013). *Liderança Comunitária: Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos*. Lisboa: CPCCRD.

Website da Associação José Afonso. Consultado em 2020, Outubro, 14. Disponível em www.aja.pt



FERNANDO LOPES

TÉCNICO SUPERIOR NO MUNICÍPIO
DE ODIVELAS E DIRIGENTE DA SOCIEDADE
FILARMÓNICA UNIÃO PINHEIRENSE

PARA UMA VALORIZAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL:
O caso da Sociedade Filarmónica União Pinheirense

Sumário:

1 ¬ Introdução

2 ¬ Definições gerais

2.1 _ Cultura
2.2 _ Organização
2.3 _ Comunicação

3 ¬ Cultura Organizacional (C.O.)

3.1 _ Características
3.2 _ Tipos de Cultura Organizacional
3.3 _ Qual a cultura da minha organização?
3.4 _ Benefícios da Cultura Organizacional

4 ¬ Sociedade Filarmónica União Pinheirense - O caso de estudo

4.1 _ Caracterização
4.2 _ História
4.3 _ A Cultura Organizacional aplicada na SFUP
4.4 _ Identidade, relações, imagem
4.5 _ Estratégias para melhorar a cultura organizacional da SFUP

5 ¬ Conclusões

¬ Referências bibliográficas

1 ¬ Introdução

É impossível alhearmo-nos de qualquer organização e a sociedade está repleta delas, quer sejam empresariais, profissionais, sindicais, escolares, recreativas, desportivas, religiosas, políticas ou outras.

As organizações «são redes de pessoas que comunicam entre si», com um conjunto de regras que disciplinam e organizam esta comunicação.

Na década de 70, do séc. XX, o declínio de algumas empresas americanas, confrontadas com o sucesso de empresas asiáticas e a globalização, provocou alterações profundas no modo de viver das pessoas. No meio empresarial aumentou exponencialmente a competitividade, criando a necessidade de procurar formas de diferenciação entre si. Obrigou à procura de novas formas tecnológicas e métodos para aumentar a produtividade e rentabilidade. Estas questões, aliadas à evolução da forma de comunicar, aprofundaram a necessidade de pensar e agir pela diferenciação.

O estudo da cultura organizacional atinge o seu apogeu em 1980 e reconhece-se em algumas teses esta nova filosofia composta por fenómenos intangíveis, tais como: valores, crenças, normas, pressupostos, artefactos e padrões de comportamento. São estes elementos que influenciam e determinam o comportamento da própria organização.

Desde então, privilegia-se a comunicação interna, é dado aos colaboradores da organização a informação sobre os valores que esta possui, quais as ambições e qual o papel e impacto de cada um na conquista dos objetivos.

Com este artigo pretende-se, numa visão resumida e simplificada, abordar as definições de Cultura Organizacional e estabelecer, no seio desta filosofia, um paralelo de atuação também possível para as associações de carácter popular. Estas organizações, sem fins lucrativos, são compostas por pessoas onde a imagem, comunicação e comportamentos são igualmente importantes.

Através da dimensão e dos vários tipos de cultura, é importante saber reconhecer o tipo de cultura praticado por uma organização, onde a comunicação (interna e/ou externa) é fundamental para o seu funcionamento.

2 ¬ Definições gerais

2.1 _ Cultura

De acordo com a origem, e recorrendo à antropologia, a cultura é uma atividade humana que transcende o plano orgânico. É, também, o estudo e compreensão dos comportamentos sociais.

O conceito de cultura remete-nos para um conjunto de crenças, saberes, hábitos e costumes transversais a uma sociedade, que são adquiridos pelo Homem enquanto membro dessa mesma sociedade. É um processo acumulativo e evolutivo resultante de experiências baseadas nos valores da história, cuja transmissão se faz de geração em geração.

Cultura é tudo aquilo que um grupo de pessoas compartilha, que o constitui como grupo e lhe dá identidade própria. Para além da partilha de experiências, modela e influencia o pensamento, altera ou introduz novos comportamentos e está fortemente ancorada à cultura regional e/ou nacional.

Distinguem-se duas perspetivas no conceito de cultura:

- Elementos visíveis (ou simbólicos) são os comportamentos padronizados (crenças, usos e costumes) percetíveis por todos e, assim, fáceis de copiar;
- Elementos invisíveis (ou cognitivos) são os que orientam o comportamento (regras, planos e instruções), são inimitáveis e, por isso, conferem uma identidade própria e única aos grupos, distinguindo-os simultaneamente uns dos outros.

Uma programação cultural começa com o desenvolvimento humano e continua ao longo da vida, absorvendo padrões e informação que compõem o ambiente social, tanto na cultura da família nuclear, como na da nação.

Algumas das definições sobre a cultura:

- A maneira como um grupo de pessoas resolve os problemas;
- É uma programação mental coletiva, que distingue os grupos uns dos outros;
- A forma como fazemos as coisas numa determinada organização;
- Um conjunto de costumes, manifestações artísticas, comportamentos e crenças de um grupo social;

- É na organização um sistema vivo, com objetivos bem estruturados e claros. Por outras palavras, um conjunto de regras que se adota para lidar com os problemas e reforçar a sua identidade;
- Embora os grupos partilhem um conjunto de regras, crenças, atitudes e valores, que são transmitidos de geração em geração, estes moldam os seus comportamentos diferenciando-se uns dos outros.

Geert Hofstede (1984) descreve da seguinte forma o que considera as 4 dimensões da cultura:

Distância do poder – Forte presença na distância hierárquica. É nesta separação que se verificam os graus de igualdade ou desigualdade. A distância hierárquica está relacionada com o grau de centralização das decisões; maior o distanciamento, maior a centralização do poder.

Individualismo / Coletivismo – Individualismo: tendência para favorecer a mentalidade individualista. As ligações entre indivíduos são fracas e menos importantes. Coletivismo: grupos coesos, que se entreajudam. Na resolução de conflitos, no individualismo, o confronto é encarado como positivo para todos. Numa cultura coletivista, o confronto é evitado.

Masculino vs Feminino – Repartição de papéis em função do sexo. Onde prevalece o índice masculino, há maior competitividade, realização financeira e material, e controlo do poder. Os conflitos são abertos e muito duros. Numa sociedade onde se valorizam os valores femininos, há uma maior preocupação pela qualidade de vida, maior solidariedade e proteção dos mais fracos e os conflitos são resolvidos através da discussão.

Aversão à incerteza – Maior tolerância e preparação para lidar com situações imprevistas. Negação à incerteza e é baixa a propensão para assumir riscos. Quanto maior é o controlo da incerteza, maior é a organização, o formalismo, a especialização de funções e a divisão de tarefas.

2.2 _ Organização

Uma organização poderá ser um conjunto de duas ou mais pessoas que realizam tarefas, seja em grupo ou individualmente, de forma coordenada e controlada, atuando num determinado contexto ou ambiente, com objetivos pré-determinados através da afetação eficaz de diversos meios e recursos disponíveis,

liderados ou não por alguém com as funções de planear, organizar, liderar e controlar.

O termo em si apresenta também duas referências básicas: organizar ou organizar-se; organizar no sentido de planear e realizar, organizar-se no sentido de se preparar com todos os elementos necessários para, eventualmente, organizar.

A característica essencial de qualquer organização é que as pessoas que a integram comuniquem e estejam de acordo em atuar de forma coordenada para atingir os objetivos propostos, de forma a cumprir efetiva e satisfatoriamente a sua missão.

No entanto, para ajudar esta coordenação e comunicação, as organizações devem funcionar através de normas que servirão na prossecução dos seus objetivos.

As organizações podem ser classificadas de acordo com diversas finalidades: com/sem fim lucrativo; micro, pequena, média ou grande; multinacional, regional ou nacional; privada, pública ou mista.

Existem ainda as organizações da sociedade civil constituídas por cidadãos, normalmente criadas para cobrir necessidades sociais, como as associações de moradores, de trabalhadores, ONGs, sindicatos, clubes, partidos políticos, entre outras.

2.3 _ Comunicação

Com origem etimológica no latim *communicare,* é o ato ou efeito de comunicar, é a troca de informação entre indivíduos através da fala, da escrita e de comportamentos. É composta por vários elementos: um emissor e um recetor, depois, uma mensagem, uma ação, um canal e motivada por uma necessidade.

A comunicação é um processo de construção e evolução, que todos sem exceção usamos e que surge do inconsciente. Para além de informação geral, é possível expressar comportamentos, sentimentos, emoções e reações. Comunicar desenvolve o inter-relacionamento, criando relações pessoais que se organizam na concretização de objetivos comuns.

A comunicação é uma poderosa ferramenta que contribui para manter fortes relações de trabalho, aumenta a confiança, cria motivação e melhora a imagem.

3 ¬ Cultura Organizacional (C.O.)

3.1 _ Características

A cultura organizacional é uma técnica com algumas caraterísticas e que podem ser vistas como:

- Uma filosofia de organização;
- Uma ideologia;
- Um paradigma organizacional.

Podemos definir esta técnica em diversos níveis de cultura:

- Artefactos – o que vemos: a linguagem utilizada, as histórias, os mitos, a imagem, etc. No fundo, é o que vemos e é composto por características facilmente percebidas e visíveis. É aqui que está o organigrama e a hierarquia da organização, os símbolos, os produtos, os padrões que identificam a cultura desta.
- Valores – o que eles dizem: os comportamentos e critérios para avaliar situações, ações, pessoas, objetos. São os valores compartilhados e por vezes não totalmente impercetíveis. São os valores herdados dos fundadores e/ou que justificam a dinâmica da organização.
- Pressupostos básicos – o que eles acreditam: as teorias tácitas e as hipóteses partilhadas pelos membros da organização. Aqui, verificam-se as crenças inconscientes e o propósito da organização no geral. No fundo, é o que determinado grupo de pessoas partilha, desde a linguagem, a forma de vestir, os comportamentos, as ações e a rotina. É a essência numa organização, ou seja, a forma como se organiza e como comunica tanto a nível interno como externo. Tudo isto é influenciado pela nossa história (a da organização), pelos costumes e usos herdados de gerações passadas.

3.2 _ Tipos de Cultura Organizacional

Há várias características culturais e, para os gestores ou diretores, é muito importante saber qual é o tipo de cultura em que a sua organização se enquadra.

Assim, temos:

Cultura do poder: organização voltada para o poder em que este é mantido por apenas algumas pessoas ou até mesmo apenas uma pessoa: um líder. Há uma orientação para a conquista de resultados, onde existe por vezes um clima de competição, nem sempre saudável. Praticamente, as únicas regras são ditadas por quem tem o poder de decisão.

Cultura dos papéis: diferente da anterior, a orientação é feita no cumprimento das regras, onde as funções estão bem definidas. O poder, neste tipo de organização, é determinado pela posição de uma pessoa na estrutura organizacional e, por vezes, há falta de flexibilidade na execução de tarefas, já que cada colaborador só realiza o que lhe está distribuído. Existe maior burocracia e há maior respeito pela hierarquia, por hábito não se assumem riscos. Realça-se a falta de interação e comunicação, o que pode dificultar a solução de problemas e criação de novas ideias.

Cultura das tarefas: o foco está nos projetos e a solução para os problemas está nas pessoas. Preocupação de contar com profissionais específicos para realizar determinadas tarefas. Há flexibilidade, maior possibilidade de mudanças e criatividade – mantém a motivação.

Cultura de pessoas: foco nas pessoas e estas estão sempre em primeiro lugar independente do cargo que ocupam, as suas ideias são ouvidas. A organização existe porque as pessoas estão ali, são constantemente incentivadas e valorizadas, crescendo assim no conhecimento, formando-os de forma a que possam vir a ser os futuros gestores/diretores.

3.3 _ Qual a cultura da minha organização?

Pode haver uma, ou um misto de culturas. Após identificar, é fácil avaliar se estão de acordo com os objetivos definidos e o perfil da própria organização.

Havendo necessidade de alterações ou retificações, é fundamental a elaboração de um plano estratégico para definir os caminhos a serem seguidos, até adotar um novo tipo de cultura.

É importante que quem está ligado à organização sinta que faz parte dela, que está a contribuir para o seu sucesso e crescimento, "que vista a camisola". É este o sentimento de uma cultura organizacional forte e consolidada; há uma equipa motivada com uma comunicação sem impercetibilidades. Está a ser cumprida uma das principais funções da C.O.: guiar atitudes.

3.4 _ Benefícios da Cultura Organizacional

A cultura organizacional tem benefícios com impactos bastante positivos, entre os quais:

a) Benefícios financeiros
À medida que a cultura se constrói, a organização cresce, diminuem os custos com aumentos dos respetivos resultados.

b) Recrutamento / Colaboradores
Profissionais altamente credenciados sentem-se atraídos pelos ideais e valores.

c) Serviço para o exterior
O mercado ou o público está em sintonia com a cultura da organização, percebe-se que as coisas funcionam e querem manter a ligação à organização.

d) Motivação
Quando as pessoas são reconhecidas pelo que fazem e entendem o impacto de suas atividades, sentem-se motivadas a fazer cada vez mais e melhor. A motivação aumenta e progride.

e) Liderança
É indispensável o envolvimento dos líderes no desenvolvimento da cultura; estes passam a ter uma visão mais aberta e ampla.

f) Reuniões
Todos estão alinhados com as informações e objetivos, as reuniões tornam-se mais céleres, criativas e objetivas. As pessoas participam mais e contribuem para uma reunião focada na conclusão da tarefa.

g) Relacionamentos
A cultura melhora as relações entre as pessoas e as equipas e melhora a comunicação entre todos, aumentando assim a cooperação e promovendo o trabalho em equipa.

h) Satisfação e felicidade
Quando se trabalha numa organização com cultura organizacional desenvolvida e estruturada, a satisfação dos colaboradores fica evidente no dia a dia em que se está de mãos dadas com o desempenho e o sucesso.

4 ¬ Sociedade Filarmónica União Pinheirense - O caso de estudo

4.1 _ Caracterização

Localizada em Pinheiro de Loures, no concelho e freguesia de Loures, a Sociedade Filarmónica União Pinheirense – SFUP é uma associação centenária, sem fins lucrativos, cujos objetivos são a promoção dos interesses socioculturais e recreativos dos seus associados e população, nos domínios da Música e Educação Musical, do Teatro e Cinema, Exposições, Palestras, Colóquios, Biblioteca, Formação e ainda atividades desportivas, nomeadamente Ginástica de manutenção e Karaté.

É associada-fundadora da Associação das Coletividades do Concelho de Loures, é associada também da CPCCRD e tem assento no Conselho Municipal do Associativismo de Loures. Esteve também na presidência da Assembleia Geral da Federação Distrital de Bandas Filarmónicas de Lisboa e ocupou o lugar de secretário na Confederação Musical Portuguesa.

4.2 _ História

O início do século passado é marcado por uma grande agitação política e social resultante do agravamento das condições de vida.

O concelho de Loures, com área superior a 190 km2, sofreu um aumento populacional significativo fruto das migrações de quem vinha à procura de trabalho numa zona essencialmente agrícola, mas paralela a outra bastante atrativa como era Lisboa e as suas zonas industriais.

O Partido Republicano tinha uma presença nas diversas paróquias/freguesias em Loures, sabemos que existia e, em certos locais, com um trabalho bastante organizado, quer a nível de formação de centros escolares, da criação e animação de coletividades, como ainda no esclarecimento político. Este partido lança várias ações para derrubar a monarquia, com resultados positivos em outubro de 1910.

É neste contexto que um comerciante de Pinheiro de Loures, Francisco Salles Ribeiro, fazendo parte de um grupo de militantes republicanos que contribuíram para a implantação da República na, então, vila de Loures, no dia 4 de outubro de 1910, sensível ao seu papel no partido, funda uma sociedade

filarmónica em Pinheiro de Loures, no dia 5 de março de 1909 - Sociedade Filarmónica União Pinheirense (SFUP).

Em 1927, fica pronta a sede da sociedade, contribuindo assim para dotar o concelho de Loures com a melhor sala de espetáculos.

Com uma banda filarmónica nascida com a sua fundação, surge também um grupo cénico que polarizou o interesse e orgulho da comunidade, com peças cantadas (operetas) de autores, com atores e músicos da pequena localidade. Com o decorrer dos anos no seio da banda filarmónica nasceram outros grupos musicais: "Trupe-Jazz, Os Renovadores", orquestra "Os Morenos" e outros.

Foi ainda pioneira no concelho na exibição de filmes ainda nos tempos do cinema mudo, tendo como marco importante a ante-estreia do filme "Aldeia da Roupa Branca" (31/12/1939), com a presença do realizador Chianca Garcia e da protagonista Beatriz Costa.

Em finais da década de 70, fez-se importantes obras no edifício-sede: novo telhado, construção de alas laterais que permitiram mais salas de reunião e convívio, novo bar, nova bilheteira, etc.

Emerge um novo tipo de espetáculo: o bailarico, animado por agrupamentos contratados para o efeito e nos anos 80, a SFUP volta a ter um grupo de teatro.

Já nos finais do século passado, as soarés e matinés dançantes caem em desuso e a SFUP cai numa letargia que a leva ao encerramento durante 3 anos.

Em outubro de 1999 a coletividade retoma as atividades, com novos corpos sociais cujo lema era devolver o prestígio cultural do passado. Atualmente tem uma escola de música, orquestra ligeira, um grupo coral, teatro com um grupo adulto, juvenil e infantil, espaço museológico, uma classe de dança de hip-hop, jogos tradicionais, ginástica de manutenção e karaté. Realiza ainda ao longo do ano um programa cultural, composto por: um Encontro de Orquestras Ligeiras, Encontro de Coros, Feira Saloia, Mostra de Teatro e outros.

4.3 _ A Cultura Organizacional aplicada na SFUP

A direção renova-se de dois em dois anos (eleições definidas estatutariamente).

No início (de 1999 a 2010), a cultura estava muito centralizada no Presidente da Direção, dir-se-á que era uma cultura de papéis. Porém, na última década houve uma alteração para uma cultura de tarefas.

Os objetivos inicialmente propostos num plano de ação sem um prazo definido, foram na sua essência concretizados. O aumento da dinâmica e das atividades obrigou, de forma natural, à alteração da cultura praticada, em que foi necessário que cada elemento da direção assumisse o seu papel numa determinada área.

A SFUP tem uma estrutura diretiva razoavelmente bem organizada e definida, existe a distribuição de tarefas (pelouros) entre diretores. As atividades ou secções têm secretariados compostos por duas ou três pessoas, com diretrizes bem definidas indicadas pela direção, funcionando com alguma autonomia.

São proporcionadas reuniões ou encontros regulares entre direção, secretariados e colaboradores (professores e monitores) para análise das atividades, definição de objetivos e troca de impressões diversas.

A imagem interna e externa é cuidada e tem responsáveis que analisam os aspetos da apresentação gráfica e dos conteúdos informativos.

No entanto, assinala-se a necessidade urgente do funcionamento de uma secretaria num horário funcional para apoio às atividades, informações, receção, entre outros aspetos.

Perante esta análise, podemos concluir que a SFUP continua a manter uma cultura de tarefas. Reconhecendo-se, também, que há espaço para melhorar.

4.4 _ Identidade, relações, imagem

Com esse objetivo, partindo para definir ações futuras, impera debruçar-nos sobre os seguintes aspetos:

A história e a tradição têm influência na cultura da coletividade?

Os mais de cem anos de existência, a génese da sua fundação, a importância na cultura local e alguns factos históricos pesam numa cultura ligada aos valores, aos usos e costumes de uma zona etnograficamente rica em vestígios.

Os associados identificam-se com a cultura da organização SFUP?

Conhecem a SFUP enquanto entidade formadora de músicos, a sua ligação ao teatro, canto e o seu passado no cinema. Mantêm proximidade através da frequência nas atividades.

Os dirigentes identificam-se e estão conscientes do seu papel na cultura existente?

Identificam-se com a cultura, mas as gerações mais jovens conhecem apenas os anos mais recentes, não conhecem a história, nomeadamente as raízes que motivaram o nascimento desta coletividade.

Os colaboradores identificam-se com a cultura da organização SFUP?

A maioria mantém uma identidade forte, manifesta opiniões quando necessário e toma a iniciativa com o objetivo de melhorar e participam em todas as iniciativas para que são chamados.

A imagem da SFUP espelha a sua cultura ou um clima organizacional?

O comportamento, a imagem, a participação em ocasiões de iniciativa própria ou em parceria projetam uma imagem de organização com uma cultura definida e estruturada. Existe uma filosofia de partilha de conhecimentos com outras instituições, que reflete naturalmente um CLIMA ORGANIZACIONAL transparente e colaborativo.

4.5 _ Estratégias para melhorar a cultura organizacional da SFUP

4.5.1 _ Análise SWOT – SFUP

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Oferta de atividades diversificadas e apelativas; • Qualidade e rigor na realização de iniciativas; • Dinamismo nas atividades; • Presença forte e influente no meio (M.A. e parceiros); • Imagem muito positiva da comunidade e público em geral.	• Organização interna (secretaria); • Adiamento consecutivo de iniciativas (Museu); • Contacto com massa associativa e utentes; • Divulgação de iniciativas; • Cobrança da quotização; • Deficiente divulgação das atividades (publicidade).
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
• Protocolos com entidades privadas; • Divulgação dos grupos culturais e venda de espetáculos; • Criação de programação regular (música, teatro, exposições, etc.); • Exploração do estúdio de gravação.	• Outras escolas de música na proximidade; • Bandas de música e orquestras na proximidade (procura de músicos).

4.5.2 _ Recomendações para Direção e Colaboradores

A base para o conhecimento geral e discussão de uma cultura organizacional, no seio da associação (corpos sociais e colaboradores), será a formação, com base no seguinte programa:

- História; como está a associação organizada; ligações com o exterior; parcerias, patrocínios, protocolos de colaboração, apoios (subsídios, mecenas e entidades donatárias) e objetivos;
- O que é cultura Organizacional e a sua importância no seio da associação e a importância da sua aplicabilidade;
- Discussão das melhorias a introduzir.

Procura-se, dentro do possível, que a distribuição das tarefas seja em função das aptidões de cada um, contribuindo assim para a sua resolução de forma mais célere. Mesmo assim é necessário estabelecer uma linha temporal, com pontos de desenvolvimento e datas para atingir os objetivos.

Embora em todas as reuniões seja feita uma ata, é muito importante que na reunião seguinte, depois de aprovada, se verifique os pontos e decisões tomadas ainda pendentes. Sente-se a necessidade de elaborar um Regulamento de Funcionamento da Direção: metodologia, desenvolvimento dos processos, tarefas, arquivo, definir e analisar os canais para uma comunicação funcional e eficiente.

No seio da SFUP existem colaboradores, voluntários e prestadores de serviços. Reconhece-se que todos têm uma forte motivação, em parte graças a uma preocupação constante por parte da direção na qualidade das instalações, nos equipamentos necessários e sempre disponíveis.

Os objetivos são, na grande maioria, cumpridos, mas há espaço para o aumento do espírito de iniciativa. Procura-se uma maior envolvência nas decisões, ou seja, promover reuniões com todos os colaboradores em ambiente não formal (exemplo: durante um lanche, um passeio ou uma atividade lúdica), proporcionado também a realização de brainstormings específicos sobre determinados aspetos ou atividades a desenvolver. O objetivo é aumentar a comunicação aberta e promover o estímulo para a troca de conhecimentos, novas ideias e aumento da colaboração.

Contribuirá para reforço da identidade dos diretores, colaboradores e associados em relação à SFUP, a inauguração do espaço museológico e um centro de documentação aberto ao publico.

5 ¬ Conclusões

De uma forma simplificada e generalizada, pretende-se demonstrar a importância de adquirir conhecimentos do que é cultura organizacional nos seus vários aspetos: história, identidade, tradições, comunicação, influências na comunidade e missão. Seguidamente, criar uma aptidão para reconhecer, analisar e propor melhorias a uma cultura já existente.

O caso de estudo permitiu, em si, efetuar uma análise à cultura organizacional de uma associação que, com uma cultura já existente, mesmo que desenvolvida de forma inconsciente tem resultados positivos, mas onde ainda é possível melhorar. É fundamental viabilizar estratégias para conduzir os processos de mudança, onde objetivos devem ser alinhados pela valorização dos diretores e colaboradores, no reforço da sua inter-relação, porque são estes que refletem a imagem, os comportamentos e a comunicação de toda a organização / associação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Tânia E. e JUNQUEIRA, Luciano (2006). Mestrados em Gestão de Negócios, Universidade de santos (Brasil). Acedido em 12 de julho de 2020, em https://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/52.pdf

COSTA, Susana (2007). A Importância da Cultura Organizacional na Imagem de uma Instituição Desportiva Centenária: o caso do Clube Fluvial Portuense. Acedido em 12 de Julho de 2020 em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28343/1/Susana%20Emanuela%20da%20Silva%20Pimenta%20Costa.pdf

LARAIA, Roque (2001). Cultura: Um Conceito Antropológico. Acedido em 27 de agosto de 2020 em https://historiacsd.blogspot.com/2011/08/cultura-um-conceito-antropologico.html

SANTANA, D. L.; MENDES, G. A.; MARIANO, A. M.. Estudo das dimensões culturais de Hofstede: análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos e México. Acedido em 29 de setembro em http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev3_artigo1.pdf

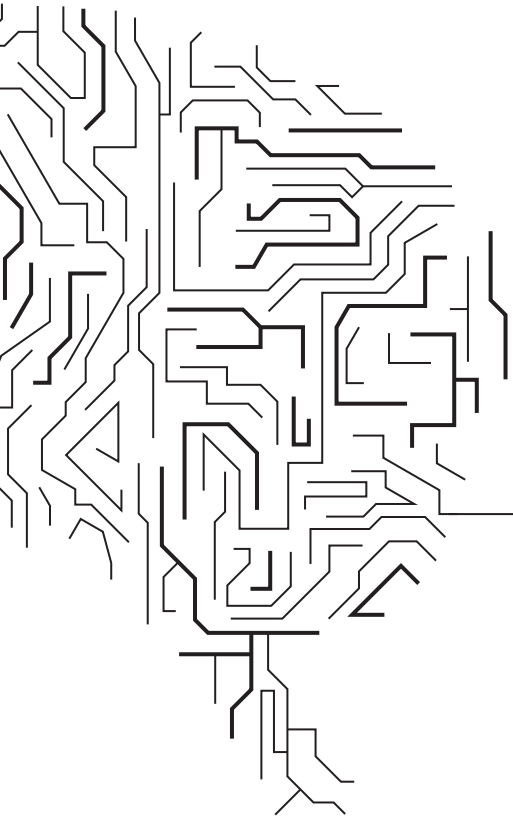
MARQUES, Pedro (2014). O impacto da cultura no comportamento do consumidor. Acedido em 29 de setembro de 2020 em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27344/1/o%20impacto%20da%20cultura%20no%20comportamento%20do%20consumidor.pdf

GOMES, Duarte (2000). Cultura Organizacional: Comunicação e Identidade. (pp. 13 - 52; 58 – 64; 92 – 122). Quarteto Editora.

FONSECA, Paula (2013). Cultura Organizacional e Inovação – Um estudo de caso - Dissertação de Mestrado em Gestão. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

FERREIRA, J. M. C.; NEVES, José; CAETANO, António (2011). Manual de Psicossociologia das Organizações. (pp.517-521). Escolar Editora.

ASSUNÇÃO, Ana. P.; MONTOITO, Eugénio; FREIRE, Maria. G. (1985). Loures na Memória da República. (pp. 11 – 12; 22 – 26; 27- 28; 31 – 32). Edição: Serviços Culturais da C. M. Loures



CARLOS GOMES

ARQUITETO E DIRIGENTE
DO CLUBE RECREATIVO PIEDENSE
E DA ASSOCIAÇÃO DAS COLETIVIDADES
DO CONCELHO DE ALMADA

O PODER ASSOCIATIVO
Uma reflexão sobre o Concelho de Almada

Sumário:

- **Introdução**
- **O Movimento Associativo em Almada**
- **O Poder Associativo em Almada**
- **Conclusões**
- **Bibliografia**

¬ Introdução

O Movimento Associativo Popular tem no presente o reconhecimento das entidades e da sociedade, pelas suas características, história, dimensão e estrutura organizativa. A importância do papel desempenhado pela CPCCRD, como estrutura de nível superior, tem contribuído para a assunção determinante como Poder Associativo. Interessa refletir sobre as limitações ao seu reforço, atendendo à sua expressão nacional. Será que as atuais estruturas de base e intermédias do MAP correspondem às necessidades do presente e estão preparadas para as exigências do futuro (próximo), na perspetiva de expressarem o seu valor e o seu contributo para a formalização dum poder entre os poderes político, económico, religioso e da comunicação social?

Desenvolver esta análise assente em três parâmetros de referência: a organização, a participação e a formação, é a metodologia considerada. A sua aplicação é restrita em número de coletividades e limitada espacialmente ao concelho de Almada. Esta opção decorre do âmbito do trabalho e da limitação individual de atingir outros níveis de abordagem. Assim, pretende-se refletir sobre as condições em que o Movimento Associativo no concelho de Almada exerce a sua ação, assinalando-se limitações, sucessos e potencialidades e sugerindo possibilidades de melhoria no sentido da sua afirmação, sendo um parceiro indispensável na implementação de estratégias culturais, desportivas e recreativas no território concelhio.

ACCA
ASSOCIAÇÃO DE COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE ALMADA

Uma atitude colectiva no apoio ao Movimento Associativo Almadense

A consideração da possibilidade futura de ser desenvolvido um estudo abrangendo todas as coletividades do concelho de Almada, permitindo apresentar de forma estruturada a realidade atual do Movimento Associativo Concelhio (MAC) e desenhar os contornos das necessárias adaptações ao percurso futuro é uma sugestão, uma

necessidade, um objetivo e um sonho. Enquadrar no conhecimento quantitativo e qualitativo do MAC a estrutura intermédia – Associação de Coletividades do Concelho de Almada (ACCA) é fundamental; trata-se de observar a capacidade de relacionamento e intervenção ao nível da definição de estratégias concelhias, da articulação entre as diversas coletividades/associações e da planificação das diferentes práticas.

¬ O movimento Associativo em Almada

O Movimento Associativo em Almada é constituído por associações e coletividades com longo passado, criadas no século XIX, com muitas criadas no século passado, bastantes após abril de 74 e algumas já no século XXI. O contexto de antes ou após 1974 apresenta um enquadramento político novo. A Constituição da República Portuguesa reconhece o movimento associativo e a perspetiva de colaboração, nos artigos 73º e 79º. Pela primeira vez na história do movimento associativo o poder político reconhece-o perante a sociedade e confirma as suas capacidades e potencialidades e a sua experiência ao propor a colaboração nos domínios da cultura e do desporto, para o ajudar a concretizar o objetivo de cultura e desporto para todos os cidadãos.

As mudanças intensas na sociedade do século XXI exigem às coletividades uma adaptação apropriada, para corresponderem ao paradigma que se vem precisando do final do século passado, ou seja, desenvolverem atividades baseadas nas mensalidades de utilizadores que são associados transitórios ou nem o são. Esta transformação do espírito associativo reflete-se na acentuação do individualismo e da concorrência entre coletividades, no lugar da cooperação e da solidariedade.

A necessidade de sobrevivência económica, decorrente de encargos diversos, corrói o movimento associativo e dificulta a sua renovação. A preocupação da subsistência limita os dirigentes na sua atualização, na reestruturação e na perspetivação de objetivos futuros. Quero frisar que a minha observação da realidade é circunscrita e generalizada, reconhecendo a existência de exemplos de resposta equilibrada aos desafios. Assim, a falta de formação, a ausência de espírito de renovação e coletivo dos dirigentes contribuí para a rotina, para a organização burocratizada e pouco dinâmica, para a gestão

desajustada e para a dificuldade de estabelecimento de parcerias e relações. Estes aspetos assumem visibilidade na elaboração dos documentos identificativos da coletividade: plano de atividades e relatório de atividades, são pouco criativos e muito repetitivos e não consideram o futuro. Poucas apresentam planos bienais ou trienais, consoante o mandato e menos ainda um plano estratégico.

Nas conclusões do Congresso Nacional em 1993 é referido que "há absoluta necessidade de reforçar a estrutura associativa", perspetivada no Congresso seguinte em 2001 e concretizada nos anos seguintes através da transformação da Federação das Coletividades em Confederação e da criação das Federações Distritais e Associações Concelhias. Constata-se que o Movimento Associativo só no século XXI atingiu um nível superior de organização, como resposta aos desafios e exigências. A adaptação da nova estrutura à divisão administrativa do território é uma solução que se verifica correta nesta fase inicial, mas que poderá ter de apresentar novos modelos conjugados com a necessidade de agrupar concelhos ou regiões.

Em novembro de 2001 é constituída a Associação das Coletividades do Concelho de Almada (ACCA). É um ponto de viragem no MAC pela importância desta estrutura na dinamização e coordenação de atividade das coletividades, na definição de soluções para problemas comuns, na intensificação da formação, na melhoria das relações entre coletividades, na articulação de projetos comuns. A perceção que tenho nos últimos anos (por contacto direto) é de completa incapacidade para concretização destas intenções e pelos vistos a ação dos anos anteriores não foi suficientemente eficaz para produzir efeitos. Assim, a nova estrutura não foi capaz de reforçar o MAC e de criar as bases do poder associativo concelhio. Esta estrutura manteve-se desligada das coletividades e não propiciou a unidade, foi um tempo perdido. Mas há sempre oportunidade para recuperar.

Mantendo-se a disposição de cada coletividade pensar apenas em si, sem melhorar a sua intervenção, é natural que não se tenha conseguido perspetivar a relação com o poder político municipal, no sentido da definição do tipo de colaboração institucional que concretize os princípios constitucionais. Um dos aspetos que caracterizam o MAC é a limitada capacidade de comunicar e o reduzido relacionamento com a comunicação social. Contudo, a utilização das redes sociais atenua a lacuna no presente, mas

não deixa de ser necessário desenvolver trabalho estruturado nesta área. Temos também presente a situação de algumas coletividades que são constituídas por número reduzido de associados e numa faixa etária elevada, sem atividades significativas e com extremas dificuldades para manter o funcionamento da entidade. Ultimamente têm surgido "falsas coletividades", com sede em casa do próprio e desenvolvendo atividades lucrativas, sem relação com o espírito associativo.

Uma reflexão que igualmente surge, embora não havendo precisão sobre o número de coletividades e associações existentes no concelho, é se a concentração destas instituições em determinadas áreas tem correspondência com os utilizadores possíveis, ou seja, se existe mercado para as suas atividades e se a relação com a população ativa permite diversificar associados. A repetição de atividades iguais ou semelhantes em coletividades relativamente próximas, criando concorrência desenfreada e sem benefícios consideráveis para nenhuma, é um facto que demonstra a ausência de qualquer forma de planificação e de articulação entre si. As alternativas para estas situações exigem ponderação, mas também coragem, sem preconceitos, apoiadas em ampla discussão desenvolvida pela ACCA. A fusão de coletividades, rentabilizando recursos e aumentando a capacidade de resposta ou em última instância o seu encerramento, não pode ser considerada uma limitação do movimento associativo, pelo contrário pode corresponder ao seu reforço.

Pretende-se um MAC consistente, através da dinâmica e da solidez dos seus elementos. Para evitar a intromissão de elementos alheios ao espírito associativo no movimento associativo deve ser definido um quadro de referências e sequente registo. Na verdade, sobre a caracterização do MAC devemos precisar que ele é abrangente, engloba todas as associações e coletividades com sede e atividades no concelho; a diversidade de fins e de estrutura pode justificar a criação de grupos de entidades com especificidade própria, permitindo a reflexão apropriada sobre as suas problemáticas. Por outro lado, são as associações e coletividades que determinam a oportunidade de criarem as suas estruturas representativas de nível superior; mas estas exigem filiação ou seja restringem. Embora na prática a tendência não ser a exclusão, existe formalmente uma diferença no relacionamento entre coletividades associadas ou não na ACCA. É óbvio que todas as coletividades beneficiam de decisões e orientações gerais assumidas pela estrutura intermédia, mas para o MAC ser a expressão global

duma atitude e intervenção não deve apresentar estruturas limitadoras. Em primeiro lugar, tem de se desenvolver um amplo trabalho de demonstração convincente das vantagens do trabalho duma associação concelhia na atividade de cada coletividade. Sendo por inerência todas as associações e coletividades associadas da ACCA é neste universo que se define o seu funcionamento e a sua sustentabilidade.

Estamos perante um MAC caracterizado por limitações e deficiências, mas pleno de potencialidades e de capacidade de renovação, já evidente na intervenção de algumas coletividades. Hoje, algumas já planificam a sua atividade, desenvolvem uma gestão transparente e sustentável, perspetivam o futuro e dialogam com as suas congéneres. Simultaneamente procuram impulsionar a ACCA na dinâmica que contribua para o reforço do MAC. Estas são as entidades que se afirmam como elementos catalisadores da renovação e da atualização.

Não podemos deixar de referir uma questão transversal à democracia portuguesa e de grande preocupação, que logicamente influencia o MAC, o défice de participação. As assembleias gerais, as reuniões temáticas, os debates, têm reduzida presença de associados; a mobilização também não é preparada nem direcionada. Parece aceitar-se o facto como inevitável. Provavelmente têm de se definir processos de motivação e utilizar todos os meios possíveis, que podem estar relacionados com a intensificação do diálogo periódico da direção com os associados, com os utilizadores e com os pais. Esta envolvência cria hábitos de relacionamento.

Enquadra-se neste contexto e em relação a este trabalho a tentativa de auscultação das coletividades sobre a sua organização e funcionamento e sobre o reconhecimento das estruturas de nível superior. Enviámos um inquérito a 40 coletividades do concelho e apenas responderam 4 (10%), o que o torna inexpressivo. Numa breve referência, confirma-se, através dos inquéritos, a presença reduzida de associados nas assembleias gerais e a pouca influência da ACCA. Se soubermos colocar o trabalho das coletividades, em que nos inserimos, num patamar de qualidade e de responsabilidade perante a sociedade é provável que a resposta seja outra. Nesta limitada reflexão sobre os contornos do MAC constatamos as razões objetivas de não ser um verdadeiro poder associativo municipal. Existem capacidades, potencialidades e estruturas, mas falta articular vontades.

O Poder Político Local, Câmara Municipal de Almada e o Poder Associativo Local, Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, colectividade mais antiga do Concelho

¬ O Poder Associativo em Almada

A afirmação do poder associativo tem de ser construída com a intervenção qualificada em cada nível do movimento associativo. Os dois níveis do movimento associativo concelhio correspondem aos elementos da base, associações e coletividades e ao nível intermédio, associação concelhia de coletividades. É através do reforço da intervenção qualificada de cada um deles e da consolidação da interligação entre eles que se cria o suporte do poder local associativo. Em primeiro lugar, é imprescindível reconhecer as características atuais dos outros poderes locais: político, económico, religioso e comunicação social. Não considerar as particularidades dos decisores políticos no momento e no eventual tempo imediato, não sentir as capacidades do tecido económico, não perceber a influência dos lideres das religiões mais representativas e não constatar o alcance da comunicação social é permanecer desligado da realidade.

Neste processo parece ter de existir uma inversão na hierarquia dos elementos que constituem o MAC, para sermos eficientes. Os diversos componentes da base sem interligação entre si e reconhecimento desta necessidade, dificilmente criam um movimento de renovação; os que têm condições para iniciar o seu processo, com muito esforço, influenciam

demoradamente os outros. Assim, terá de ser a partir da intervenção da ACCA, que se reforça o movimento associativo, através da melhoria da ação de cada coletividade e de definição de políticas associativas municipais. Verificamos a importância desta estrutura. Embora o poder associativo tenha uma base sólida e equilibrada, como somatório das partes, só com uma estrutura representativa do conjunto será possível a colaboração e o diálogo com os outros poderes.

Voltamos à reflexão anterior, para verificar a vantagem e necessidade da associação concelhia representar formalmente e por vontade expressa de cada coletividade, todas as coletividades do concelho, de modo a evitar que pequenos grupos se queiram constituir como poderes alternativos; estamos perante um trabalho de enorme responsabilidade para todos os intervenientes. Neste processo, quanto maior for o apoio e a relação das coletividades com a associação concelhia maior é a sua demonstração de autonomia. Exige-se mais a quem, por sua iniciativa, procura a renovação.

Entende-se, assim, que a base do MAC é o conjunto de todas as associações, coletividades e clubes existentes, em determinado momento, no concelho de Almada. É uma base sem exclusões, porque todas apresentam idênticos princípios, funções semelhantes e capacidade interventiva na melhoria da sociedade. É este conjunto diversificado e espalhado pelo território, que mesmo ainda sem coesão, constitui o movimento associativo. A necessidade de articular a ação individual de cada coletividade no conjunto e o reconhecimento da exigência duma estrutura que represente o conjunto no diálogo com entidades, cria a justificação da estrutura representativa do MAC, a Associação de Coletividades.

Na base deste princípio a estrutura concelhia representa todas as coletividades do concelho, sem se expressarem como associadas; trata-se de uma inerência lógica. A unidade do Movimento Associativo é assim expressa por uma única estrutura concelhia que o representa. A constituição formal da ACCA resulta da decisão das próprias, em assembleia constitutiva, sendo as presentes as aderentes iniciais, que se vão alargando consoante a aproximação sucessiva. Aliás, a ACCA deve contactar as que não formalizaram a sua adesão e as novas, para se inscreverem. Esta é também uma forma de se quantificar o MAC. Considera-se que não pode existir limitação a qualquer coletividade de se inscrever na ACCA por ser contraditória com a génese do movimento associativo; pela mesma razão não existe obrigação.

Por outro lado, falar em coletividades filiadas ou associadas na ACCA pode apresentar uma restrição, porque implica decisão da própria e assim não reflete a

base natural do movimento associativo e pode indiciar a possibilidade de estruturas alternativas. A opção de coletividade inscrita implicitamente na sua associação concelhia parece ser mais abrangente. É pela circunstância da ACCA, como imanação do MAC, representar diretamente todas as coletividades do concelho, que o poder político local aceita que as propostas da ACCA sejam extensivas a todas, independente da sua inscrição.

Não se admitir que a ACCA é a única estrutura possível para representar o MAC deixa espaço para grupos de coletividades definirem a sua estrutura representativa a nível concelhio. Estamos, neste caso, perante uma divisão organizada do Movimento Associativo que contraria a sua origem. Considerando a situação atual do movimento associativo no concelho de Almada, a ação da ACCA tem de ser diversificada e simultânea. Este desafio exigindo a multiplicação de intervenções é propício ao envolvimento das coletividades, através da criação de comissões específicas de apoio à direção. De igual modo, pode a ACCA fomentar a aproximação de coletividades com dimensão semelhante e atividades idênticas, constituindo grupos que sintetizam problemas e desenvolvem a unidade.

Podemos refletir sobre diferentes modelos de associações concelhias, adaptadas à dinâmica do movimento associativo no respetivo concelho: associação de tipo tradicional, com sede e estrutura fixa e dirigentes com grande disponibilidade e associação adaptativa, sem sede fixa e com fixação rotativa anual ou bienal em diferentes coletividades, utilizando a estrutura funcional da mesma. Estando perante mais um problema financeiro com o funcionamento tradicional da associação concelhia e a dependência de apoios, é criada uma alternativa. Considerando que a associação concelhia é uma estrutura criada pelas coletividades do concelho devem ser elas próprias a assumirem a responsabilidade do seu funcionamento, enquadrada nas suas capacidades, evitando dependência direta do apoio municipal. Este deve ser solicitado para projetos de âmbito concelhio. Consideramos um paralelismo com a conceção do funcionamento de uma coletividade. Esta é constituída por um conjunto de dirigentes, pessoas com mais consciência do dever e da importância de participar ativamente na melhoria das condições da sociedade e de um número de outras que reconhecem este papel e se dispõem a acompanhá-las no processo, por se identificarem com os princípios (os associados). Como a atitude dos dirigentes é benévola apenas é necessário garantir os custos de funcionamento básico da coletividade através da comparticipação dos associados. Esta é a responsabilidade direta dos dirigentes e associados.

Quando são desenvolvidas atividades em substituição das responsabilidades do poder político central expressas na Constituição da República Portuguesa ou outras com influência direta na comunidade local, deve existir colaboração do poder político local ou central, na sequência da apresentação de projetos e programas de ação. Assim, o suporte das despesas básicas de funcionamento da ACCA deve ser assumido pelo MAC, ou seja, pelas coletividades do concelho; numa primeira fase pelo conjunto de associações que formou a sua estrutura concelhia e na fase seguinte por todas. Consoante o nível em que este processo se encontre e que determina a disponibilidade financeira, assim é possível perspetivar o patamar das despesas básicas possíveis. A colaboração do poder político local ou outro deve ser solicitado na sequência da apresentação de planos concelhios associativos de âmbito cultural, desportivo, recreativo, social, apoiados pelo movimento associativo concelhio.

Então, tem de ser definida uma estratégia de renovação do movimento associativo baseada na planificação e programação de iniciativas que tornem visíveis as políticas municipais associativas. Estas são confrontadas com as políticas municipais do poder autárquico, num processo de definição de consensos e de rentabilização de recursos, para serem atingidos objetivos concelhios com incidência no maior número de munícipes. Podemos falar da política municipal associativa de formação de dirigentes e técnicos, numa demonstração das vantagens para os dois poderes da qualificação destes intervenientes diretos no processo. Mas também devem ser definidas a política cultural e desportiva municipal associativa numa apresentação clara e concisa da orientação que se pretende para a intervenção das coletividades nestas áreas. É definir um rumo consensual com metas programadas.

Concretizando, a ACCA assumindo as suas responsabilidades deverá elaborar um plano concelhio de formação dos dirigentes atuais, apoiado em formadores credenciados de áreas específicas, estruturando a ação por grupos de coletividades diretamente convidadas ou inclusive nas próprias instalações das que têm direções constituídas por elevado número de elementos. Será através do efeito desta formação sistemática que se melhora o funcionamento e intervenção das coletividades e que se ultrapassa o nível restrito das preocupações individuais/coletividade e se passa a sentir os problemas gerais do associativismo, em correspondência direta com as posições da CPCCRD.

A elaboração do plano municipal associativo para a cultura, com a participação direta das coletividades que desenvolvem como atividade principal a música, o canto,

o teatro, a dança, a fotografia, as artes plásticas, torna evidente os objetivos, programados no tempo, para as diferentes faixas etárias e com envolvimento de outras entidades, nomeadamente escolas. Esta ação deve extravasar o espaço limitado da coletividade e surgir como um serviço à comunidade local. A elaboração do plano municipal associativo para o desporto, com a participação direta das coletividades desportivas, permite definir objetivos gerais para o desporto concelhio, ao nível da formação, da competição federada e da alta competição. Esta forma de intervir, com quantificação de custos, cria a oportunidade de diálogo construtivo com o poder político local, por ser a demonstração da capacidade do movimento associativo em contribuir para a concretização das parcerias apontadas na Constituição da República. Isto é a afirmação do poder associativo municipal.

A ACCA deve desenvolver esforços para a criação de duas estruturas concelhias que reforçam o poder associativo, pela abrangência da sua ação: o Observatório do Associativismo com a função de estruturar a receção das opiniões das coletividades, sobre as diversas matérias e problemas, constituído por elementos da sociedade civil de reconhecida competência nos domínios relacionados com o associativismo e o Conselho Municipal do Associativismo, constituído por entidades representativas dos diversos poderes e que promove a reflexão sobre as questões gerais e as políticas municipais associativas e públicas. ACCA deve aproveitar estas novas estruturas e enquanto não forem constituídas, assumir a sua responsabilidade, para refletir sobre a existência da diversidade de coletividades no concelho, da sua capacidade financeira e âmbito de intervenção, propondo a junção de coletividades, com a manutenção das respetivas denominações (não se trata da fusão e formação de nova coletividade, mas de juntar uma ou várias, centradas na que tem melhores condições de trabalho).

Devem ser ultrapassados preconceitos e perspetivar-se o aproveitamento das potencialidades de cada coletividade envolvida e a rentabilização de recursos e práticas. A perpetuação da história do MAC assume relevância para a evolução da comunidade local e protege o património histórico das coletividades, porque faz parte da história do concelho. A ACCA deve constituir um grupo de trabalho com historiadores e personalidades conhecedoras da realidade concelhia que estruture um plano de arquivação destas memórias coletivas, com a potencialidade de se interligar à experiência do poder político municipal neste domínio. O atraso nesta área já tem efeitos irrecuperáveis nalguns casos e simultaneamente estamos a desprezar a transmissão do património cultural a gerações futuras.

O relacionamento do MAC com as escolas, de forma planificada e estruturada, é de enorme importância, porque ao contactar diretamente com os jovens, está a abrir horizontes e a potenciar elementos interventivos. Algumas escolas de ensino médio do concelho têm cursos profissionais com estágios que podem ser exercidos nas coletividades e as escolas de ensino superior apresentam licenciaturas cujos estágios estão na mesma situação. A ACCA, juntamente com outras estruturas, deve articular este plano concelhio de interligação do ensino com a comunidade local.

A situação social provocada pela pandemia evidenciou a vulnerabilidade dos associados mais velhos, no isolamento imposto e na ausência de utilização dos espaços das coletividades. O desconhecimento das características destes grupos de terceira idade, em virtude da absorção pelas atividades programadas, não possibilitou o olhar sobre esta realidade. Em primeiro lugar, cada coletividade deve tentar reconhecer a situação familiar dos associados com mais de 65 anos de idade e equacionar os diferentes tipos de necessidades de apoio. Em seguida e envolvendo outros associados, programar o apoio social aos associados mais idosos. Este trabalho é reforçado com a coordenação da ACCA, criando uma rede de apoio, interligada com outras estruturas com experiência nesta área. A componente social é intrínseca ao MAC e consolida a base do Poder Associativo. Considera-se que estas dinâmicas devem influenciar a melhoria da intervenção de cada coletividade e contribuir para a intensificação da participação, permitindo a criação das bases sólidas do Poder Associativo. Estas diferentes participações no processo global permitirão a afirmação do Poder Associativo no concelho de Almada.

¬ Conclusões

O MAC é constituído por vasto número de diversificadas coletividades e associações (não está quantificado com rigor) e com longo passado, nalguns exemplos. Tem apresentado sempre capacidade de adaptação às novas circunstancias e conjunturas, embora nem em todas da melhor forma. Desenvolve intensa atividade cultural, desportiva e recreativa, talvez de modo descoordenado e sem objetivos concelhios. Os principais constrangimentos derivam da ausência de planeamento estratégico, de gestão ainda pouco organizada, de formação limitada de dirigentes, do conservadorismo nos cargos de direção, da dificuldade de participação interna e externa, da falta de motivação para processar a

renovação, na maioria das coletividades. Isto conduz ao individualismo na intervenção e à redução de solidariedade associativa.

A quantidade de entidades associativas no concelho não corresponde à qualidade de participação nas iniciativas de âmbito concelhio e distrital ou nacional. A constituição da ACCA, em 2001, não contribuiu para uma melhoria significativa da situação e passados 19 anos tem dificuldades de afirmação e reconhecimento. A sua ação não favoreceu a constatação do significado do trabalho desenvolvido nem a sua importância no contexto global do MAC. Esta caracterização atual do MAC não lhe dá a capacidade de ser no momento Poder Associativo, dificultando o reconhecimento pleno pelos outros poderes locais.

As potencialidades existentes e as capacidades de resposta aos desafios permitem desenhar o percurso para afirmação do Poder Local Associativo no concelho de Almada. A ação da ACCA, eventualmente com uma estrutura mais leve e adaptativa às características do movimento associativo concelhio, na definição de planos concelhios de formação, da cultura e do desporto e na intensificação da coordenação da atividade das diversas coletividades, vai acentuar as relações com os diversos poderes locais e sobretudo com o político, na demonstração da validade da constituição das parcerias apoiadas na Constituição da República. Em complemento, a ponderação da junção de coletividades, o envolvimento com as escolas, o trabalho social e a arquivação das memórias consolidam a sua estratégia. A constituição do Observatório Concelhio do Movimento Associativo e do Conselho Municipal do Associativismo completam a organização concelhia.

Esta dinâmica influenciará a atitude das coletividades para a intervenção concertada e para a repercussão das posições públicas assumidas pela CPCCRD. Por outro lado, e sem interferir na autonomia das associações concelhias de coletividades é talvez benéfica a aproximação da Confederação, quando não existem perspetivas. Com este envolvimento diversificado a afirmação do Poder Local Associativo é uma realidade.

Pela necessidade de reflexão no presente, tentamos precisar o conceito de junção de coletividades. Utilizámos "junção" em vez se fusão, por se considerar diferença de conteúdo no procedimento. A fusão de coletividades, algumas concretizadas no concelho, corresponde ao desaparecimento de duas para gerar uma nova; coloca questões ao nível do património imóvel, se existir, e do património histórico e é irreversível. A junção é a união de duas coletividades, num determinado contexto e por um período de tempo, sendo sempre possível em novas

condições voltar à situação anterior. Cada coletividade que se juntou mantém o seu património imóvel e histórico, que passam a ser utilizados em comum. Trata-se de rentabilizar instalações e recursos humanos e perspetivar um programa de ação único. A junção pode até efetuar-se apenas em torno de uma modalidade desportiva ou de uma atividade cultural, para potenciar maior capacidade.

Em síntese, a junção pode considerar-se como um protocolo de colaboração entre as duas. É uma opção que se adapta às constantes variáveis do tecido económico e social e às exigências e dinâmica no presente do MAC. Coletividades em rutura financeira e sem capacidade de recuperação, resultante de envelhecimento dos dirigentes e associados e ou má gestão, coletividades com reduzido número de associados e maioritariamente idosos e sem atividades relacionadas com a comunidade, coletividades com atividades culturais ou desportivas de reduzida expressão e repetidas em relação a outras com maior dinamismo, são exemplos propícios a esta reflexão e à decisão. No primeiro caso, deve ser ponderado se a sede corresponde ao "centro de dia" mais económico para os associados idosos e ser desenhada uma estratégia em rede, para as várias sedes, apoiada em técnicos de animação, de saúde, de assistência social, com apoio municipal.

Devem também ser considerados dois aspetos: a distribuição das coletividades no território da freguesia e a relação com as características dos residentes, através do Censo da População e da informação da Junta de Freguesia, para verificação se as coletividades estão a competir entre si e se respondem às necessidades dos residentes e se estes são suficientes para corresponder às solicitações daquelas. De igual modo, devem ser analisadas as melhores valências de cada coletividade, a atividade ou modalidade preponderante e com melhores resultados, a sua história ou tradição, no sentido de definir um perfil de especialização, evitando concorrência e o melhor aproveitamento de recursos. A junção de coletividades aumenta a qualidade da atividade e possibilita a definição de objetivos de nível superior.

Por último e alargando o âmbito da reflexão (concelhio) admite-se uma observação sobre a estrutura distrital, no sentido de ser pouco flexível e com custos de funcionamento, dificultando a articulação entre as diversas associações concelhias. Ainda apontamos questões gerais para consideração e que podem ser desenvolvidas como objetivos a médio prazo, o reconhecimento do associativismo como Serviço Público, a definição de Serviço Cívico nas coletividades, para os jovens, adaptado ao contexto atual.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Carlos e Francisco Branco (1984), O associativismo: tradição e arte do povo de Almada, Câmara Municipal de Almada, Semear para unir.

Castanheira, Alexandre (1993), O associativismo almadense e o futuro, Outra Banda.

Encontro do Movimento Associativo de Concelho de Almada (1989), que futuro para a tradição associativa almadense: relatório e conclusões.

Flor, Augusto (2019), Grande Entrevista, in Análise Associativa nº 6, CPCCRD.

Leitão, Simão Cardoso, Gustavo Pereira, Joaquim Ramos, Alexandre Silva (2009), Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal, CPCCRD.

Lima, Luísa e António Caetano (1997), Estudo do movimento associativo no concelho de Almada, Lisboa: ISCTE.

Manifesto Associativo, Recomendações Estratégicas (2015), in Congresso Nac. das Coletividades, Associações e Clubes.

Martins, Artur (2016), Grande Entrevista, in Análise Associativa nº 3, CPCCRD.

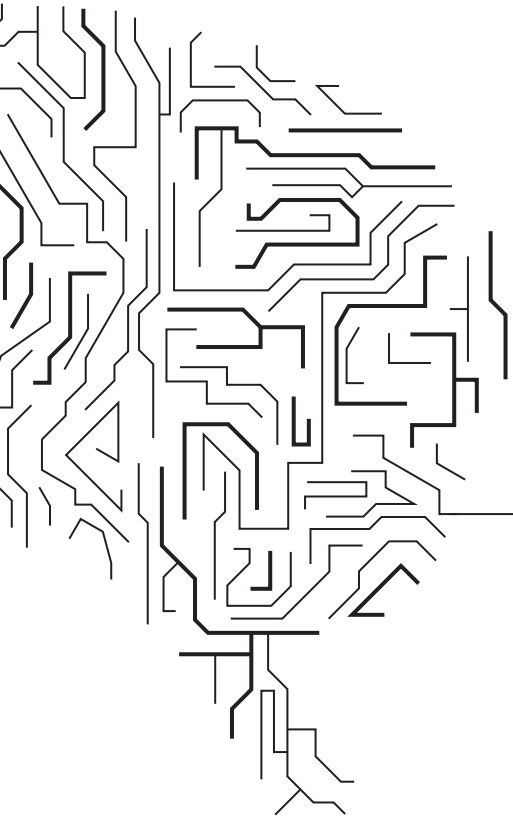
Pratas, Sérgio (2016), Um Outro Olhar sobre o Associativismo Popular, CPCCRD.

Ramos, António Alberto de Carvalho Pereira (1989), Tentativa de Abordagem Histórica às Coletividades de Almada (1890-1919), Jornadas de Estudo sobre o Concelho de Almada, Câmara M. Almada.

Santos, Maria João e Sérgio Pratas (2012), Manual do Dirigente Associativo, Edições Rui Costa Pinto Ldª.

Silva, José Maria da (1993), Intervenção da Comissão Organizadora na sessão plenária, Congresso Nac. das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Telles, Ester (1993), Pelo Reforço do Movimento Associativo, in Congresso Nac. das Coletividades de C.R.D.



EDUARDO FERNANDES

ENGENHEIRO DE SOFTWARE
E DIRIGENTE DO GRUPO FOLCLÓRICO
DE DANÇAS E CANTARES DE MAFAMUDE

O ASSOCIATIVISMO E A PANDEMIA

Sumário:

1 ¬ Introdução

2 ¬ Caracterização das Associações Inquiridas

3 ¬ Pessoas

4 ¬ Efeito da Pandemia nas Associações

5 ¬ Conclusão

1 ¬ Introdução

A 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, na China, surgiu um novo Coronavírus, *SARS-CoV-2*. A sua rápida propagação e contágio obrigaram a que praticamente todo o mundo tivesse de encerrar, deixando apenas em funcionamento os setores essenciais. A 10 de setembro de 2020 estavam contabilizados 27 886 825 casos confirmados e 904 103[1] mortes. A Covid-19 foi declarada pandemia a 11 de março de 2020.

Este artigo tem como base o trabalho "O Associativismo e a Pandemia" que desenvolvi em Outubro de 2020. O objetivo do projeto consistiu em perceber o impacto da pandemia nas associações de Vila Nova de Gaia. Para recolher os dados necessários foi elaborado um inquérito que, com o apoio da Federação das Coletividade de Vila Nova de Gaia, foi enviado para várias associações, tendo sido apuradas 36 respostas.

O Associativismo em Vila Nova de Gaia é um movimento apoiado, em grande medida, pela própria Câmara Municipal e pelas respetivas Juntas de Freguesia. Ao analisar o Relatório de Atividades e Contas de 2019 do Município de Vila Nova de Gaia observa-se que os apoios às Instituições Sem Fins Lucrativos foi de 2 278 000€, dos quais 226 000€ destinaram-se ao apoio de coletividades desportivas/recreativas e 470 000 € auxiliaram coletividades e instituições diversas[2].

Importa referir que este inquérito decorreu entre 21 de agosto de 2020 e 14 setembro do mesmo ano. Todos os dados recolhidos referem-se à perceção e às informações que os dirigentes associativos tinham na altura em que o inquérito se realizou. Deste modo, é possível concluir que estes dados são apenas relativos à primeira vaga de Covid-19.

---

[1] CoronaVirus Resource Center. Johns Hopkins University. https://coronavirus.jhu.edu/map.html. (Acedido em 10/09/2020).

[2] Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Relatório de atividades e contas. https://www.cm-gaia.pt/fotos/editor2/documentos_financeiros/outros/2020_06_29/relat_conta_gerencia.pdf, 2019. (Acedido em 04/10/2020).

2 ¬ Caracterização das Associações Inquiridas

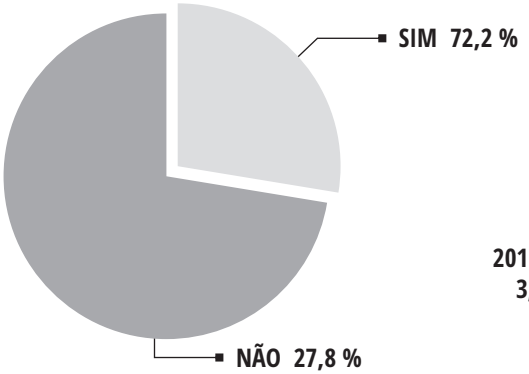


Figura 1: Existência de sede própria por parte das associações

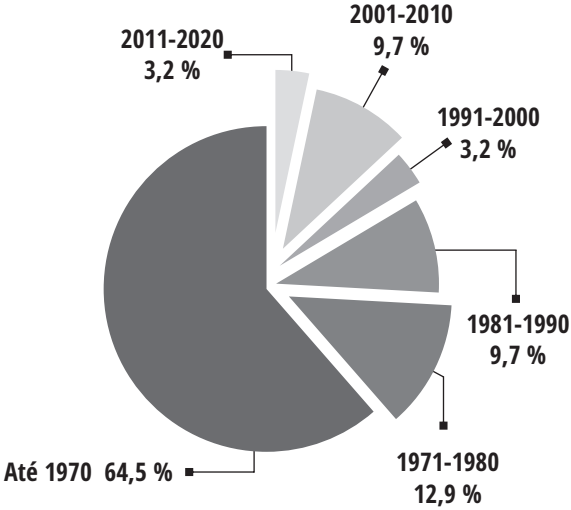


Figura 2: Década de Fundação das associações em Vila Nova de Gaia

As Figuras 1 e 2 permitem caracterizar as associações inquiridas. Na Figura 1 observa-se que pouco mais de 25% das associações não têm sede própria; na figura 2 torna-se interessante visualizar que mais de 64% das associações foram fundadas antes do 25 de Abril, ao contrário do panorama nacional.

Atividades Desenvolvidas

Neste inquérito quis-se averiguar quais as áreas mais desenvolvidas pelas associações de Vila Nova de Gaia, tendo-se concluído que Snooker e Cartas são as atividades com maior peso. No que diz respeito a atividades culturais observou-se que o Teatro e o Folclore lideram com 30.6% e 22.2%, respetivamente.

Fontes de Receita

No presente inquérito quis-se igualmente apurar quais seriam os padrões de receita das associações, o que é visível no gráfico presente na Figura 3.

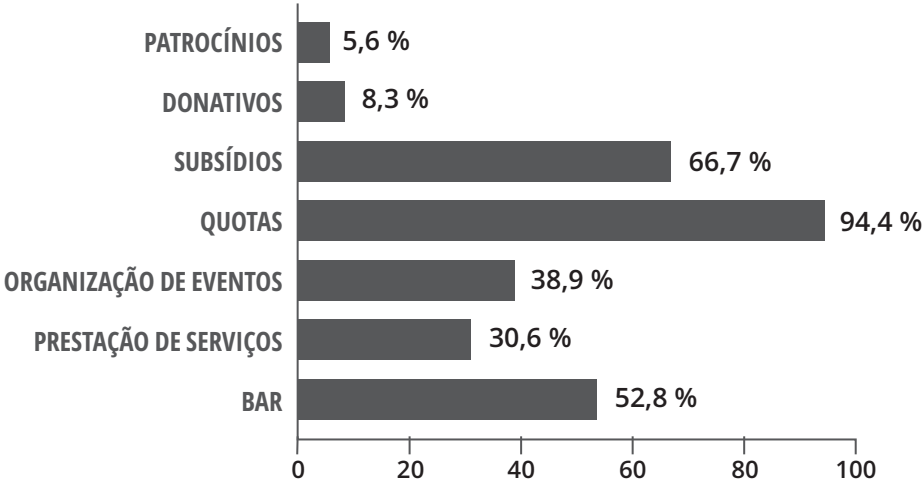


Figura 3: Percentagem de Associações com determinada receita

Constata-se que quase 95% das associações têm como receita as quotas dos seus associados. Acima dos 50% encontram-se os subsídios e o bar, com 66.7% e 52.8%, respetivamente. Torna-se interessante visualizar que apenas 5.6% das associações têm patrocínios como receita.

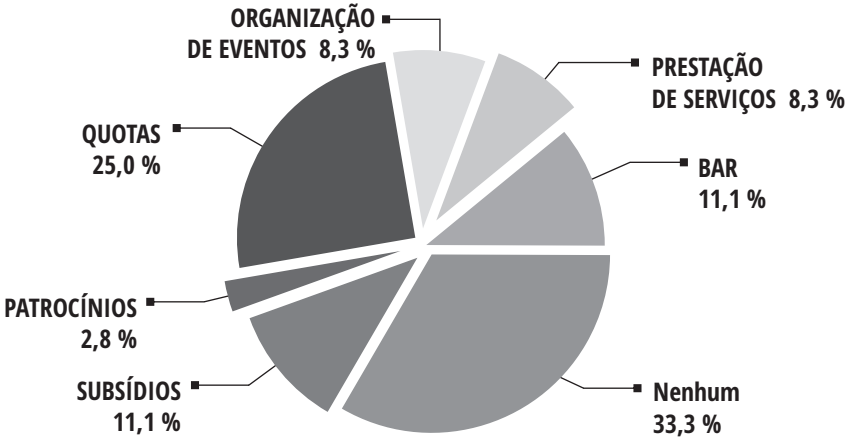


Figura 4: Receita que contempla mais de 50% do orçamento de uma associação

Observa-se na Figura 4 que apenas um terço das associações não têm 50% do seu orçamento a provir de uma só fonte de receita. Assumindo que Bar, Prestação de Serviços, Organização de Eventos, Subsídios e Patrocínios ficaram comprometidos devido à pandemia pelo menos 41.7% das associações não conseguiram obter mais de 50% da sua receita.

3 ¬ Pessoas

Associados

De modo a tentar perceber a dimensão das associações elaborou-se o gráfico presente na Figura 5. Os intervalos de números de associados foram definidos tendo como referência o *Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário* - Lei n.º 20/2004.

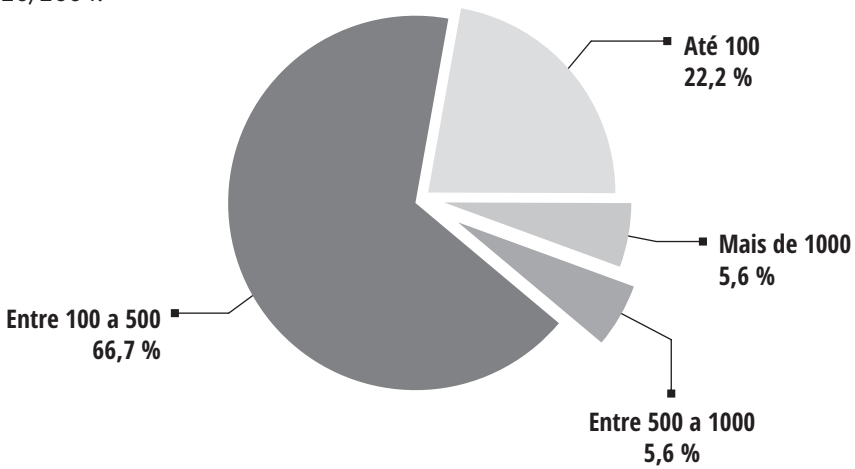


Figura 5: Número de associados de cada associação

Aqui pode-se concluir que a maioria das associações têm entre 100 a 500 associados, representando 66.7% da amostra; apenas 5.6% das associações têm mais de 1000 associados.

Colaboradores

Apenas 19.4% da amostra respondeu que contava com colaboradores, o que corresponde a um total de 7 associações. Assim sendo, as restantes

percentagens presentes nesta secção serão relativamente a estas associações.

Apenas uma associação (14.3%) indicou que colocou os colaboradores em regime de *lay-off*, outras duas (28.6%) tiveram os seus colaboradores em teletrabalho e uma outra optou pela redução de vencimentos. De uma forma muito resumida é possível afirmar que nestas quatro associações (57.1%) a pandemia afetou os colaboradores. Foi possível observar igualmente que não se verificou o despedimento e/ou a demissão de colaboradores.

4 ¬ O Efeito da Pandemia nas associações

Suspensão e Retoma de Atividades

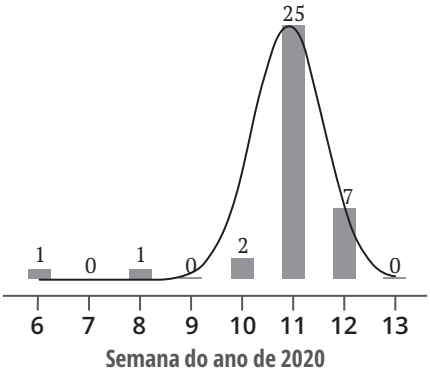


Figura 6: Semana do ano de 2020 em que as associações encerraram as instalações ou suspenderam as suas atividades

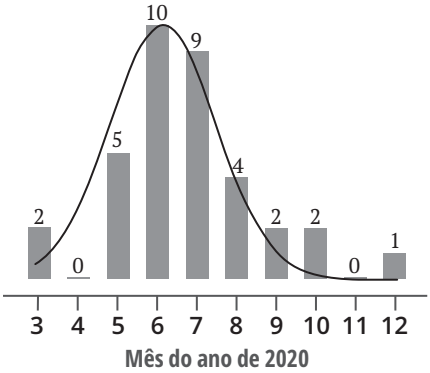


Figura 7: Mês do ano de 2020 em que as associações iniciaram ou preveem iniciar as suas atividades

Nas Figuras 6 e 7 pode-se visualizar a distribuição de encerramento e de reabertura das associações através do tempo.

No gráfico de encerramento constata-se que a maioria das associações encerrou até à semana número 11, corroborando os resultados nacionais, pois de acordo com a CPCCRD, a maioria das associações cessou a sua atividade antes da Declaração do Estado de Emergência.

Previu-se uma abertura mais espaçada no tempo, pois os resultados encontram-se agrupados por mês. No entanto, o mês de junho foi o mês em que um maior número de associações retomou a atividade.

Torna-se importante referir que, quer no encerramento, quer na reabertura, verifica-se que os dados tendem para uma distribuição normal, também conhecida como distribuição Gaussiana, representada por uma curva. As curvas de distribuição normal desenhadas nestes gráficos não estão feitas à escala, servindo apenas para constatar a tendência do gráfico.

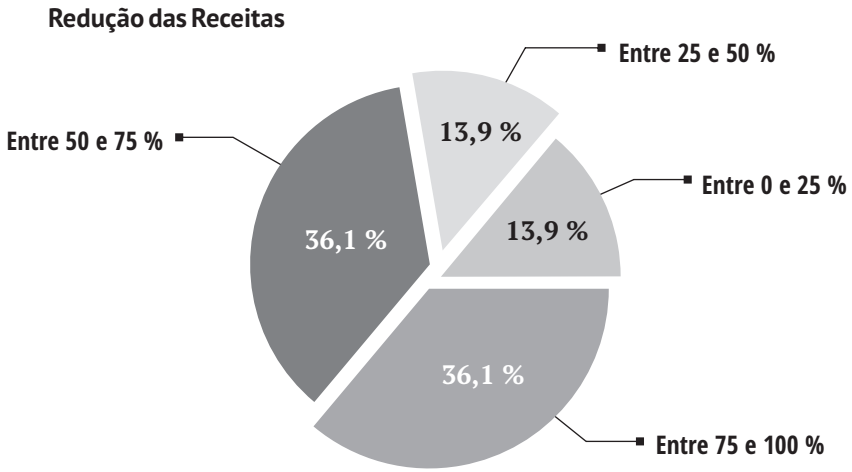


Figura 8: Redução de receitas face ao período homólogo do ano anterior

Ao observar a Figura 8 constata-se que mais de metade das associações tiveram uma redução ao nível da Tesouraria em mais de 50%. Apenas 13.9% das associações sofreram uma redução de receita até 25% e 36.1% tiveram um decréscimo entre os 75% e os 100%. Deste modo, estima-se que as associações em Vila Nova de Gaia tiveram uma quebra acentuada no que diz respeito às receitas.

Cruzando as respostas do gráfico na Figura 1 com o gráfico da Figura 8 obteve-se o gráfico da Figura 9. É possível afirmar que todas as associações sem sede própria sofreram reduções acima de 50%, sendo que 30% das associações teve uma redução entre 50% e 75%; 70% das associações tiveram uma redução entre 75% e 100%.

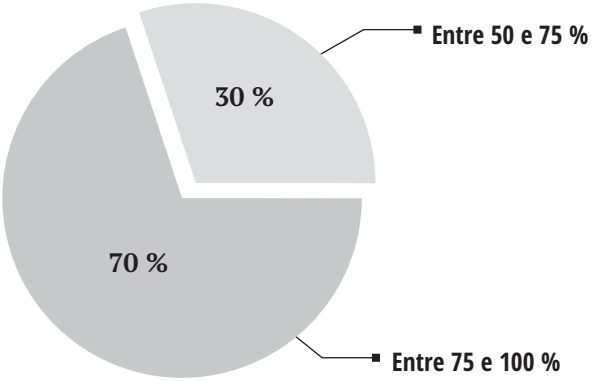


Figura 9: Redução de receitas das associações sem sede própria face ao período homólogo do ano anterior

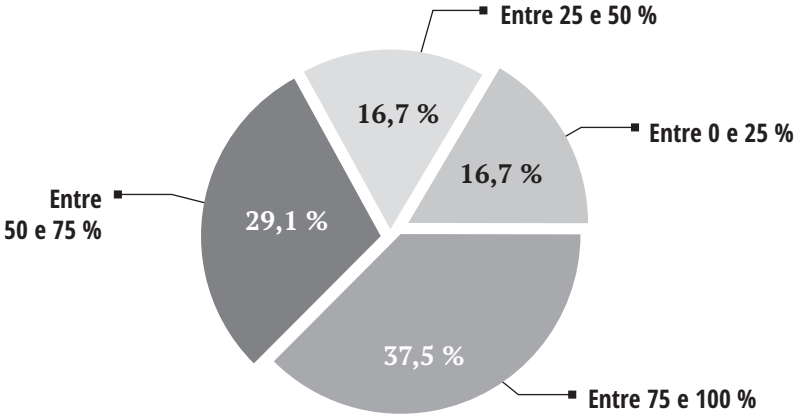


Figura 10: Redução de receitas face ao período homólogo do ano anterior para as associações em que mais de 50% do orçamento depende de uma só fonte de receita.

A construção do gráfico da Figura 10 visou encontrar uma relação entre a redução da receita e o facto de mais de 50% do orçamento depender de uma só fonte de receita. Esta relação não se conseguiu averiguar, dado que o gráfico é bastante semelhante ao que inclui a totalidade das associações. Todavia conclui-

se que 66.6% das associações aqui representadas viram as suas receitas reduzidas em mais de 50%.

Assembleia Ordinária de 2020

O Código Civil Português impõe que até ao final do mês de março de cada ano sejam apresentadas as contas relativamente ao ano civil anterior. Como o período de confinamento começou no início desse mês, várias associações poderiam ainda não ter apresentado as contas do ano 2019. Posto isto, o Governo Português viu-se na necessidade de, no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, artigo 18º, estender a data prevista no Código Civil. Desta forma, tentou-se averiguar se esta medida foi útil para as associações. Na Figura 11 encontram-se ilustradas as repostas.

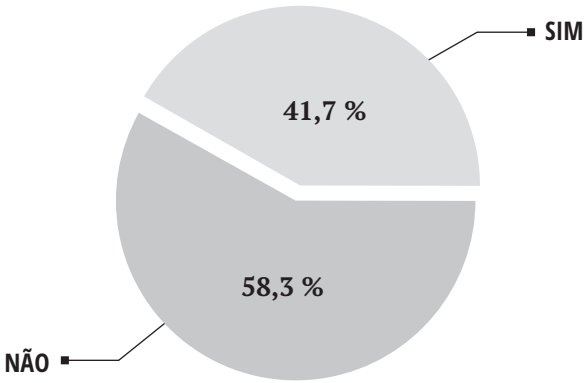


Figura 11: Percentagem de associações que conseguiram realizar a Assembleia Ordinária até março de 2020

Ao analisar o gráfico circular podemos observar que o referido artigo foi particularmente importante para as associações, dado que 58.3% não conseguiram realizar a assembleia em tempo útil.

Atividades durante o Confinamento

Na figura 12 encontram-se representadas as atividades que as associações realizaram durante o confinamento de março/abril de 2020.

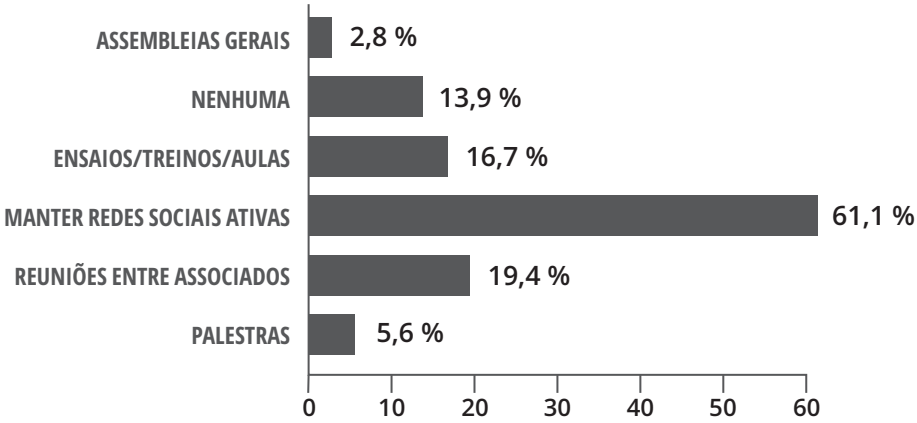


Figura 12: Percentagem de associações que realizaram atividades durante o período de confinamento

Através da análise do gráfico pode-se concluir que apenas 13.9% das associações não realizaram nenhuma atividade e que 61.1% das associações recorreram às redes sociais para dar continuidade ao seu propósito. De notar que 2.8% optou por realizar assembleias gerais de forma virtual.

Reuniões

Tentou-se igualmente perceber se as Direções das associações conseguiram reunir. Conclui-se que dois terços das Direções reuniram e que, consequentemente, um terço não o fez. A Figura 13 ilustra de que forma as Direções levaram a cabo reuniões durante o período de confinamento.

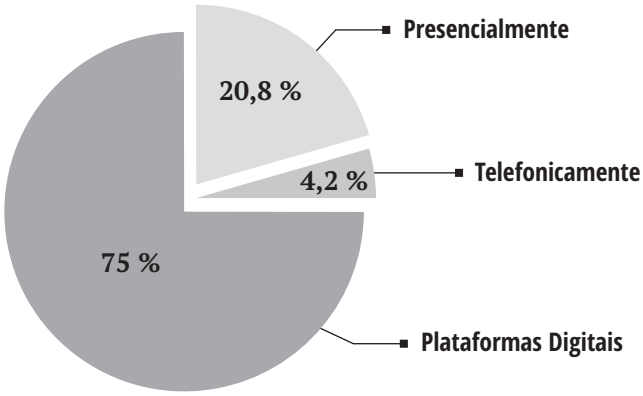


Figura 13: Meio de comunicação utilizado pelas Direções que reuniram durante o período de confinamento

Ao analisar o gráfico pode-se concluir que a opção mais adotada foram as plataformas digitais com 75% das reuniões a serem realizadas dessa forma. Apesar das restrições que foram impostas 20.8% das reuniões ocorreram presencialmente.

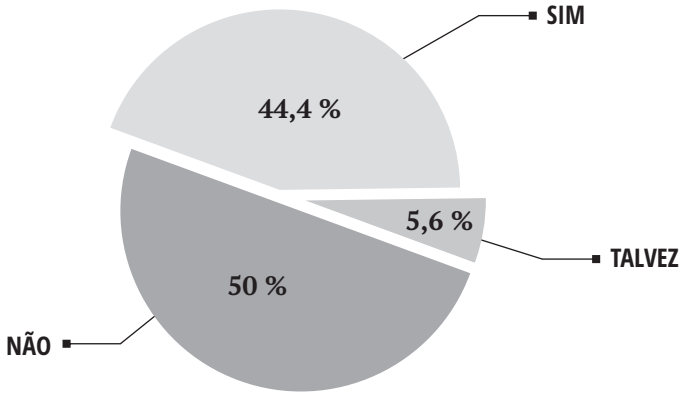


Figura 14: Existência de dificuldades na realização da Reunião através das plataformas digitais

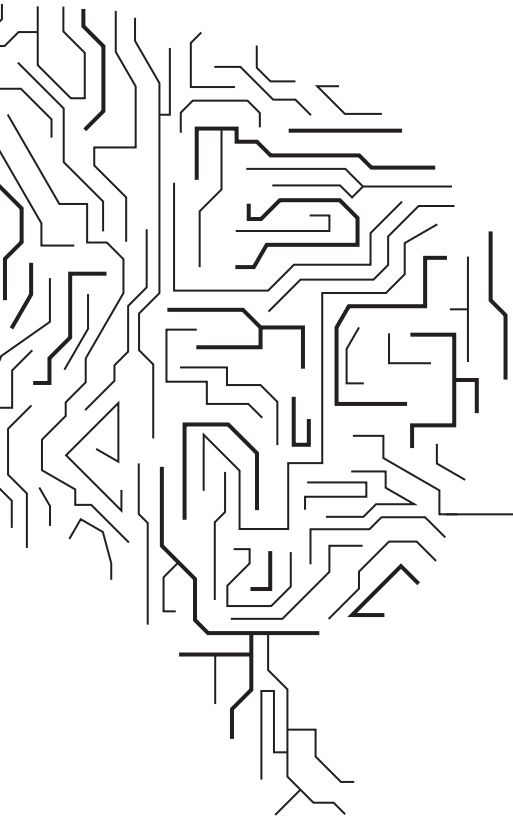
Ao observar o gráfico da Figura 14 é possível averiguar que 50% das Direções não tiveram dificuldade na realização de reuniões através de plataformas digitais. No entanto, 44.4% revelou dificuldades ao executar a tarefa através deste meio.

5 ¬ Conclusão

Através das respostas ao inquérito realizado foi possível obter informações que permitiram averiguar de que forma é que a pandemia afetou as associações de Vila Nova de Gaia.

Para fazer cumprir o intuito deste projeto foram também recolhidos dados de cariz financeiro, bem como sobre a realização de atividades e ainda relacionados com recursos humanos.

Em suma, observa-se que o objetivo do presente trabalho foi cumprido sendo possível concluir, de uma forma generalizada, o impacto que a Covid-19 teve nas associações de Vila Nova de Gaia. Além de outros fatores impactantes, constatou-se que as receitas das associações sofreram uma acentuada redução. No entanto, este estudo não cobriu todas as variáveis passíveis de estudo pelo que existe ainda muito espaço para investigações futuras.



NATÁLIA MARTINS

PROFESSORA UNIVERSITÁRIA
E MEMBRO DO OBAP

PLANO DE COMUNICAÇÃO GERAP
Gerontologia Associativa Preventiva

Sumário:

1 ¬ Introdução

2 ¬ Enquadramento

2.1 _ Envelhecimento da população portuguesa: principais indicadores

2.2 _ As Coletividades/ Associações

3 ¬ GERAP

3.1 _ A "Marca" GERAP

3.2 _ Público alvo do GERAP

4 ¬ Plano de comunicação

4.1 _ Meios de comunicação

4.2 _ Ações de comunicação

5 ¬ Monitorização e Avaliação

¬ Bibliografia

"Envelhecer não é tão mal quando se pensa na alternativa"
Maurice de Chevallier

1 ¬ Introdução

O envelhecimento da população coloca toda a sociedade perante um enorme desafio: quais os ajustamentos fundamentais para responder às diferentes necessidades dos idosos. Segundo o retrato da Pordata 2020, a população idosa aumentou 18%. Em 2019, havia quase mais 350 mil pessoas com 65 ou mais anos em Portugal do que há 10 anos. Portugal é o terceiro país mais envelhecido da Europa e o quinto mais envelhecido do mundo. A esperança média de vida, em Portugal, tem vindo a crescer, enquanto a natalidade enfrenta tempos difíceis – estes dois indicadores conjugados resultam numa maior percentagem de cidadãos mais velhos.

Manuel Teixeira Veríssimo, Coordenador do Ageing@Coimbra, diz-nos que "O envelhecimento da população, representando uma conquista da sociedade e um marcador de desenvolvimento da mesma, encerra, contudo, um desafio, o de haver qualidade de vida na idade mais avançada. A resposta a este desafio, devendo ser dada pelo próprio indivíduo e pela sociedade, assenta nos princípios do envelhecimento ativo e saudável, o qual inclui comportamentos saudáveis ao longo da vida e adaptações aos défices físicos, mentais e sociais no final desta."

Angélica Jorge, membro da Direção da Associação Portuguesa de Estudos de Protocolo, acredita que através das associações / coletividades poderemos intervir e ajudar a transformar o país, estabelecendo relações de parceria e de cooperação entre os diferentes poderes, sejam políticos, económicos ou da comunicação social. Podemos partilhar e manter os princípios de autonomia e independência. "O associativismo é um dos pilares da sociedade".

2 ¬ Enquadramento

A promoção de um envelhecimento ativo e saudável ao longo do ciclo de vida tem sido um caminho apontado como resposta aos desafios relacionados com a longevidade e o envelhecimento da população (Lagiewka, 2012). O termo "ativo" refere-se à participação contínua na vida social, económica, cultural, espiritual e cívica, ou seja, vai muito além da possibilidade de ser física e profissionalmente ativo. O termo "saudável" associado ao envelhecimento, de acordo com a OMS (2015) remete para o setor da saúde, não apenas na assistência e no acompanhamento, como também na prevenção (hábitos de vida saudáveis) e na educação em saúde.

O crescimento da esperança de vida tem consequências na organização e estruturação do ciclo de vida, nas idades da vida, nas relações intergeracionais, de trabalho e de lazer e ao nível das necessidades de suporte familiar e social. Segundo Walker (A, 2006), a questão principal não é a idade avançada da população, mas o estado de saúde e as condições sociais em que decorre o processo de envelhecimento, particularmente no que diz respeito às relações familiares e modos de vida familiar conseguidos na última fase do ciclo de vida.

A participação em atividades sociais continua a ser importante, pela influência da qualidade dos contactos sociais na satisfação com a vida (Bárrios & Fernandes, n.d.). À medida que se avança na idade há evidência de que ocorrem alterações ao nível da manutenção das redes sociais. É importante intervir no sentido de contrariar o isolamento através de dispositivos formais (clubes, associações, centros de convívio) e das redes familiares informais (Boudiny, 2013). Nesta temática são reconhecidas as boas práticas, iniciativas e programas de «envelhecimento ativo e saudável» das organizações não-governamentais (ONG) e de solidariedade social, das associações locais e da sociedade civil.

2.1 _ Envelhecimento da população portuguesa: principais indicadores

Portugal, assim como outros países da Europa, tem vindo a registar nas últimas décadas profundas transformações demográficas caracterizadas, entre outros aspetos, pelo aumento da longevidade e da população idosa e pela

redução da natalidade e da população jovem. E o futuro, em termos de estrutura demográfica, não se avizinha mais jovem. Muito pelo contrário. As projeções mais recentes da Comissão Europeia apontam para uma contração de 22% da população portuguesa até 2060, para os 8,2 milhões de habitantes. E ainda de acordo com as mesmas projeções, em 2060, 11,3% da população terá menos de 14 anos e mais de um terço (34,6%) terá 65 ou mais anos.

O Índice de Envelhecimento Ativo é uma ferramenta para medir e mobilizar a contribuição potencial das pessoas mais velhas, proporcionando evidências abrangentes sobre essa contribuição em todos os países da UE. As evidências referem-se ao emprego e as contribuições familiares e sociais não remuneradas, considerando ainda os estilos de vida independentes, saudáveis e seguros. Revela também as diferenças entre os países europeus no que diz respeito às condições que proporcionam no sentido de estimular e consolidar o desenvolvimento do envelhecimento ativo. Portugal relativamente à EU-28, coloca-se em diferentes posições segundo os domínios específicos do Índice de Envelhecimento Ativo (CommissionEuropean, 2015): 16ª posição quanto ao Emprego, 18ª posição nas condições para o desenvolvimento ativo, 20ª posição na Participação na sociedade, 21ª posição na Vida independente:

A jornalista Andreia Seixas no jornal "Público": "As pessoas que atingiram a idade da reforma nos últimos anos são mais saudáveis do que as das gerações anteriores, têm níveis de educação mais altos e frequentemente gostam demasiado da sua vida profissional para a interromperem completamente" pelo que "três em cada cinco reformados que trabalham têm como motivação principal aspetos que não são monetários".

O envelhecimento tornou-se uma questão social relevante, havendo necessidade de novas oportunidades e sinergias, de forma a dignificar a vida dos mais velhos, tornando-os ativos e integrados na sociedade. Os Programas Intergeracionais apresentam um papel essencial em prol de um ciclo de vida contínuo, com decalque sobre a solidariedade intergeracional, devendo não só ser promovidas iniciativas entre crianças e idosos, mas também entre adultos e jovens, ou jovens e idosos, uma vez que se tratam de dinâmicas que levam ao bem-estar físico e psicológico das gerações envolvidas (Cantinho, 2018). "O envelhecimento da sociedade pode ser positivo se mantivermos uma melhor saúde com a idade. Mas, para isso, devemos livrar-nos dos preconceitos contra

os mais velhos" refere Alana Officer, coordenadora do Departamento de Envelhecimento e Ciclo de Vida da OMS.

2.2 _ As Coletividades / Associações

António Tomás Correia em "Associativismo e bem-estar do sénior": O associativismo tem, por um lado, uma dimensão utilitária e funcional, de natureza económica e, por outro, uma dimensão ética, estética, fraternal e relacional, de natureza cívica e social. A participação cívica, os bens relacionais, a melhoria da qualidade das instituições, o esclarecimento e a informação, o exercício responsável da democracia, a promoção da educação, da saúde e do lazer são, entre outros, fatores que influenciam positivamente a felicidade das pessoas. O associativismo é um exercício da cidadania. A ação que as coletividades de cultura, recreio e desporto têm vindo a desenvolver ao longo do tempo na sociedade portuguesa, junto das populações, constitui um património nacional específico de valor social incalculável. São várias as iniciativas por parte de associações não governamentais que visam informar, integrar e estimular os idosos em Portugal.

A natureza de uma rede social de indivíduos tem um forte impacto na sua qualidade de vida, pois, de acordo com diversos estudos aqueles que possuem um grande número de diferentes tipos de relacionamento vivem mais. As relações sociais fortes tendem também a aliviar a depressão, a aumentar a satisfação com a vida e estimular o interesse em atividades diárias (Monteiro, 2013).

3 ¬ GERAP

GERAP – Gerontologia Associativa Preventiva, surge no Plano de Ação para o triénio 2019-2022 da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, em parceria com a Universidade Lusófona, o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e o Instituto Politécnico de Leiria

O GERAP é um projeto que pretende mapear e divulgar as atividades, os serviços e/ou produtos de inovação social direcionadas a seniores, bem como os padrões de envelhecimento ativo e saudável de todas as coletividades / associações de todos os distritos do país. Na primeira fase do projeto, os trabalhos iniciaram no distrito de Leiria, "Associativismo Popular e Envelhecimento Ativo: o

caso do Distrito de Leira" uma recolha de elementos que caracterizam o associativismo, com especial enfoque nas atividades que conduzam ao envelhecimento ativo da população servida por cada uma das associações.

3.1 _ A "Marca" GERAP

Criação da "imagem marca" é a identidade visual, é a representação gráfica de uma empresa, instituição, produto ou ideia. A criação de um logótipo ou de um símbolo visual capaz de representar a assinatura institucional (Madureira, 2008). O projeto GERAP visa desafiar os parceiros para a criação da sua "imagem de marca" e assim se estabelecer uma correlação estreita entre a imagem e a notoriedade do GERAP e o sentido de missão partilhado por todos os colaboradores que a integram. Ao possuir uma "imagem marca", o Projeto dota-se de um instrumento eficaz de comunicação junto dos seus públicos internos e externos.

3.2 _ Público alvo do GERAP

Para identificação do público-alvo, na definição dos destinatários do plano de Comunicação do GERAP destaca-se, pela sua relevância fundamental: as coletividades / associações, e os seus utilizadores, mas também a comunidade onde está sediada a coletividade.

Assim definimos dois grandes núcleos: "externo" e "interno".

- Público Interno:
  - Todos os órgãos de direção das coletividades/ associações aderentes ao projeto.
  - Todos os órgãos de direção das coletividades/ associações que venham aderir ao projeto.
- Público Externo:
  - Potenciais Beneficiários dos diferentes produtos, serviços disponibilizados pelas coletividades;
  - Beneficiários com iniciativas de investimento, incluindo autarquias, entidades intermunicipais; entidades públicas; escolas do ensino pré-escolar, básico e secundário; entidades formadoras; comunidades científicas e universitárias; micro e pequenas empresas; agentes

culturais; agentes de desenvolvimento local; órgãos de comunicação social.

4 ¬ Plano de Comunicação

Para a definição dos objetivos do plano de comunicação do GERAP contribuem as recomendações da "Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável 2017-2025", mas sobretudo a aspiração do grupo de trabalho do GERAP em fazer do programa um contributo muito significativo para a dinâmica das nossas coletividades / associações. Assim assumimos:

- Promover o GERAP, satisfazendo as necessidades do público-alvo e desenvolvendo uma notoriedade pública local, distrital e nacional do programa, com ênfase no papel mobilizador de cada coletividade participante. Neste sentido, identificam-se objetivos de comunicação mais operacionais, diretamente relacionados com o acesso das coletividades ao GERAP, e outros mais estratégicos, voltados para a ambição de mobilizar mais pessoas a participar mais ativamente na sua localidade / região de forma a acompanhar as diretivas nacionais/europeia da promoção do envelhecimento ativo e saudável.
- Promover o acesso ao GERAP – à sua estrutura, mecanismos de gestão e canais de informação – contribuindo para a satisfação das necessidades do seu público-alvo e cumprimento de obrigações, favorecendo relações de transparência e de good will do associativismo;
- Desenvolver e sustentar uma notoriedade pública regional e nacional diferenciadora e adequada ao conhecimento e ao sucesso do GERAP através da captação de projetos que promovam o envelhecimento ativo;
- Destacar o papel mobilizador das coletividades na execução do GERAP;
- Contribuir ativamente para a coordenação e complementaridade entre as diversas organizações com canais de informação e comunicação sobre a promoção de envelhecimento ativo em Portugal;
- Projetar e sustentar uma identidade afirmativa e promissora do GERAP,

que potencie a compreensão da sua "visão estratégica" e a construção de uma imagem positiva, criativa e de mudança.

4.1 _ Meios de comunicação

O Plano de Comunicação dá primazia às tecnologias de comunicação digital, sem, no entanto, abandonar meios mais tradicionais como eventos, brochuras e materiais informativos em formato papel e outros. A comunicação digital mudou a maneira como as pessoas encontram, partilham e discutem a informação, criam assim modelos novos para o envolvimento e participação. As pessoas esperam agora ser capazes de receber e partilhar informações online instantaneamente, bem como interagir com o conteúdo.

A estratégia de comunicação do GERAP inclui a criação:

- Site do Projeto, com uma arquitetura que permita a consulta em todos os dispositivos eletrónicos. Um site indutivo e de fácil leitura, onde se encontra toda a informação sobre o Projeto, sobre a equipa, sobre os parceiros, as novidades, as partilhas de boas práticas, e informação. Atualizações constantes, com conteúdos partilhados nas redes sociais e associados a *tags* que permitem otimizar os resultados nos motores de busca.
- Newsletter /Flash Informativo nos canais digitais, mas também nos possíveis futuros parceiros de comunicação social.

4.2 _ Ações de Comunicação

AÇÃO	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	MEIO	DATA
Criação da Marca	Criação da identidade visual do GERAP e sua implementação.	Conferir uma identidade uniforme ao Projeto, reconhecível pelo público em geral; ativar a associação imediata do Projeto aos valores que lhe estão inerentes; criar uma imagem institucional credível; maximizar o conhecimento do Projeto pelos cidadãos.	Público interno e externo	Todos os suportes de comunicação (digital, eventos, publicações, correspon-dência, ...)	Janeiro 2021

AÇÃO	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	MEIO	DATA
Criação do Site	Criação do site GERAP, com uma arquitetura que permite ser consultado em todos os dispositivos, onde se encontra toda a informação sobre o Projeto, a equipa, novidades, partilha de boas práticas, informação, os parceiros. Atualizações constantes, conteúdos partilhados nas redes sociais e associados a tags que permitem otimizar os resultados nos motores de busca.	Informar os participantes e público em geral sobre o Projeto, dar a conhecer as iniciativas desenvolvidas (eventos, publicações); aumentar a notoriedade do GERAP.	Público interno e externo	Internet	Janeiro 2021
Presença em Redes Sociais	Criação da página do Facebook , Linkedin e youtube.	Divulgar os serviços /produto / atividades das coletividades; aumentar a procura dos mesmos; aumentar a notoriedade do Projeto, divulgar as principais novidades; cativar e fidelizar utilizadores.	Público interno e externo	Internet	Janeiro / Fevereiro 2021
Grande Sessão de Lançamento	Ação de comunicação do GERAP: "Eventos de lançamento dos Projeto GERAP" Apresentação do programa operacionais do GERAP.	Divulgar a identidade visual GERAP; aumentar a proximidade aos públicos-alvo; divulgar o Projeto e os meios de contacto com o exterior.	Público interno e externo	Email, site e redes sociais, média.	Junho 2021
Newsletter	Lançamento e edição de uma newsletter semanal com conteúdos relevantes para os diferentes públicos-alvo.	Divulgar as novidades / produtos / serviços das coletividades participantes; aumentar a notoriedade do Projeto; cativar e fidelizar utilizadores.	Público interno e externo	Email, site e redes sociais	Março 2021

AÇÃO	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	MEIO	DATA
Lista das coletividades / associações parceiras do GERAP	Publicação da lista das coletividades / associações parceiras do GERAP, com link direto a respetiva coletividade / associações.	Divulgar projetos e resultados, dar visibilidade ao apoio comunitário em cada projeto.	Público interno e externo	Internet	Abril 2021
Conferências e Seminários	Participação em Conferências e Seminários temáticos, com intervenções sobre o Projeto.	Aumentar a notoriedade do Projeto; divulgar os produtos / serviços disponíveis e aumentar a procura qualificada; aumentar a proximidade aos públicos-alvo; contribuir para a mudança de paradigma de economia nacional.	Público interno e externo	Evento	Em contínuo
Visitas e Sessões de Esclarecimento	Organização de visitas do grupo de trabalho GERAP, às entidades parceiras ou candidatas a parceria. Apoiar sessões de esclarecimento. Partilhar a replicabilidade das boas práticas.	Aumentar a notoriedade do GERAP; aumentar a proximidade aos públicos-alvo; contribuir para a mudança de paradigma de economia nacional.	Público externo	Evento	Em contínuo
Brochura Institucional	Elaboração de uma brochura institucional do GERAP contendo toda a informação pertinente em torno dos eixos do mesmo.	Divulgar o GERAP; consolidar a imagem do Projeto; estimular a procura de informação mais detalhada.	Público interno e externo	Material informativo em papel e formato digital.	Abril 2021
Press Release	Contacto frequente com os media, através do envio de *press releases,* quando relevante.	Divulgar, junto da opinião pública, os trabalhos do Projeto e a sua importância na economia nacional; aumentar a notoriedade GERAP.	Público externo	Media	Em contínuo

AÇÃO	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	MEIO	DATA
Ação de Informação Anual	Realização de uma ação de divulgação anual de balanço para apresentação das boas práticas das entidades coletividades / associações parceiras. Em simultâneo com uma área de exposição, aberta à participação dos parceiros, para troca de experiências entre os mesmos. Dar enfoque aos casos de sucessos.	Apresentar resultados sobre o Projeto e dar exemplos; reforçar o trabalho em parceria; aumentar a notoriedade do GERAP; contribuir para a procura qualificada; aumentar a proximidade aos públicos-alvo.	Público interno e externo	Evento	Primeiro trimestre de 2022
Trabalho Editorial	Elaboração de notícias sobre os projetos das coletividades / associações parceiras. Partilha de conteúdos académicos, trabalho de reflexões, etc..	Divulgar junto da opinião pública, os conteúdos e resultados do Projeto e a sua importância na economia nacional; aumentar a notoriedade do GERAP.	Público interno e externo	Email, site e redes sociais	Setembro 2021

Inspirado em:
https://www.compete2020.gov.pt/admin/images/PlanoComunica%C3%A7%C3%A3o_COMPETE_2020_AprovadoCA.pdf

5 ¬ Monitorização e Avaliação

O Plano de Comunicação é um instrumento flexível e dinâmico, pelo que é objeto de contínua monitorização, considerando o cumprimento dos seus objetivos, através da utilização de um conjunto de indicadores: quantitativos e qualitativos (Pereira, 2012). Seria útil desenvolver todos os itens acima referenciados e, no final, medirmos resultados. Essa avaliação dos resultados indicará se estamos a cumprir os objetivos ou se, de outra forma, devemos melhorar ou alterar algumas das ações realizadas para o seu cumprimento. Para além da avaliação através de métodos quantitativos, baseados sobretudo em estatísticas, está previsto o recurso a métodos qualitativos, envolvendo a realização de questionários, designadamente, inquéritos de satisfação aos participantes nos vários momentos.

BIBLIOGRAFIA

A, W. (2006). *Ageing Europe: Challenges for policy and research*.

Bárrios, M. J. ., & Fernandes, A. A. . (n.d.). A promoção do envelhecimento ativo ao nível local: análise de programas de intervenção autárquica. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 188–196. https://doi.org/DOI: 10.1016/j.rpsp.2014.09.002

Boudiny, K. (2013). "Active ageing": from empty rhetoric to effective policy tool. *Ageing and Society*, *33*(6), 1077–1098. https://doi.org/10.1017/S0144686X1200030X

CommissionEuropean. (2015). *"Active Ageing Index 2014: Analytical Report",*. http://www.ienvelhecimento.ics.ulisboa.pt/aai/

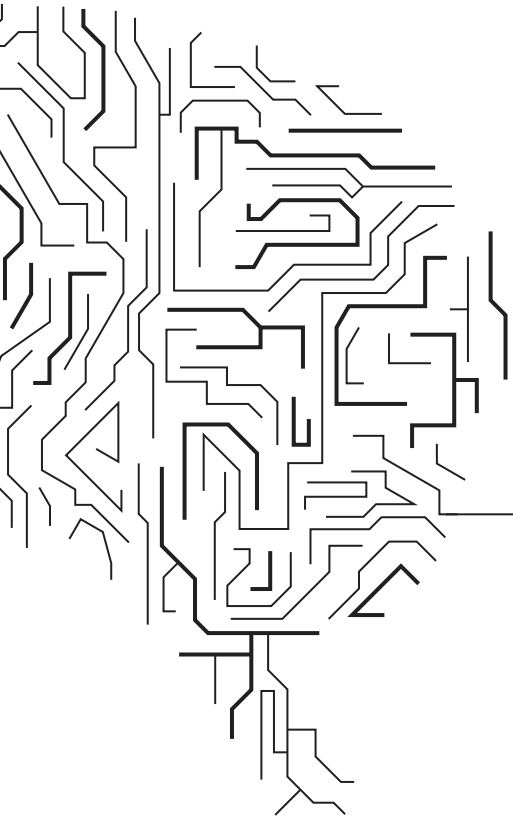
Interministerial, P. do G. de T., & N.°12427/2016), (Despacho. (2017). *ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL 2017-2025*. https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf

Lagiewka, K. (2012). European innovation partnership on active and healthy ageing: triggers of setting the headline target of 2 additional healthy life years at birth at EU average by 2020. *Archives of Public Health*, *70*(1), 23. https://doi.org/10.1186/0778-7367-70-23

Monteiro, R. N. L. M. G. (2013). *O associativismo como veículo da cultura municipal* [UNIVERSIDADE DE COIMBRA]. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35928/1/O Associativismo como veiculo da Cultura Municipal.pdf

Pereira, A. M. (2012). *Plano de Comunicação de marketing integrado para a Quinta de la Rosa*. [Faculdade de Economia , Universidade do Porto]. file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Plano_de_Comunicacao_e_Marketing_Integrado_Para_a_Quinta_de_ (4).pdf

Ramos, C. (2019). Conta satélite da economia social (cses) – como se constrói a conta satélite. *Revista ES n.06*. http://www.revista-es.info/numero_6.html



PAULO RODRIGUES

PRESIDENTE DA DIREÇÃO
DA FEDERAÇÃO DAS COLETIVIDADES
DE VILA NOVA DE GAIA

O VALOR ECONÓMICO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELAS COLETIVIDADES GAIENSES NAS MARCHAS DE SÃO JOÃO

Sumário:

1 ¬ **Introdução**

2 ¬ **O Trabalho Voluntário em Portugal**

3 ¬ **O Trabalho Voluntário na Economia Social**

4 ¬ **O valor económico do trabalho voluntário nas Marchas de São João**

4.1 _ Apresentação das "Marchas de São João"

4.2 _ Retrospetiva 2015-2019

4.3 _ O valor do trabalho voluntário

5 ¬ **Considerações finais**

¬ **Bibliografia**

"Voluntários não são pagos
não porque não tenham valor,
mas porque são impagáveis."
Sherry Anderson

1 ¬ Introdução

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa (2ª Edição Porto – 2019/2020), uma parceria entre a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e a Universidade Lusófona, inserida no Programa de Capacitação Nº PO ISE 288.

Temos por objetivo determinar qual o valor económico do trabalho desenvolvido pelas Associações, seus dirigentes, colaboradores, associados e familiares nas Marchas de S.João em Vila Nova de Gaia.

Estiveram em análise as últimas cinco edições das Marchas de São João em Vila Nova de Gaia, entre 2015 e 2019. Da pesquisa realizada, foi determinado o total de horas dedicadas pelas Associações em cada ano.

As Marchas de S. João promovidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, com a colaboração das Juntas de Freguesia do concelho, e apresentadas nas suas mais valias em documento programático e esclarecedor[1], são um excelente exemplo de cooperação entre as autarquias locais e as Coletividades Gaienses. São centenas de pessoas envolvidas na concretização deste objetivo comum.

Dirigentes associativos voluntários e benévolos, autores, poetas, compositores, coreógrafos, músicos, costureiras, artesãos e marchantes

[1] NORMAS DE PARTICIPAÇÃO - Marchas de S. João - Gaia 2019

associados das coletividades participantes, trabalham arduamente durante meses para representarem dignamente a sua freguesia.

Sem centrar todas as valias desta imensa atividade no quadro financeiro, que obviamente não esgota, nem de perto, nem de longe, o empenho de centenas de cidadãos, o exercício que aqui apresentamos pretende apenas valorizar esse empenho através de um indicador numérico que nos permita uma verdadeira tomada de consciência do empenho em causa.

Horas infindáveis, noites, dias de trabalho generoso, com um valor incomensurável. Sim, qual o valor económico do trabalho desenvolvido?

2 ¬ O Trabalho Voluntário em Portugal

Primeiro, previamente à exposição do caso em estudo, convém apresentar o estado da arte no que diz respeito ao Trabalho Voluntário em Portugal.

Em 19 de julho de 2019 o Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgou os dados da terceira edição da Conta Satélite da Economia Social, e na mesma sessão foram apresentados os resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário. A taxa de voluntariado foi de 7,8%, o equivalente a 695 mil voluntários em 2018.

No que diz respeito à taxa de voluntariado formal de 6,4%, Portugal está bem distante da média da EU-28 (19,3%), alegadamente pela cultura de participação em atividades de trabalho voluntário organizadas coletivamente e o nível de riqueza do país (21º lugar no "ranking" europeu do PIB per capita, segundo Eurostat).

Relativamente às horas trabalhadas e valorização, foi estimado o valor de 263,7 milhões de horas dedicadas a trabalho voluntário, o que corresponde a 2,9% do total de horas trabalhadas na economia Portuguesa, tendo como referência as Contas Nacionais. Também foram divulgados os resultados[2] alusivos à valorização do total de horas de trabalho voluntário.

---

[2] Retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo): 870,2 milhões de euros, o que representou 0,4% do PIB em 2018;
- Salário por "ocupação profissional": 1 366,8 milhões de euros, representando 0,7% do PIB em 2018;
- Salário de "apoio social": 1 555,8 milhões de euros, correspondendo a 0,8% do PIB em 2018.

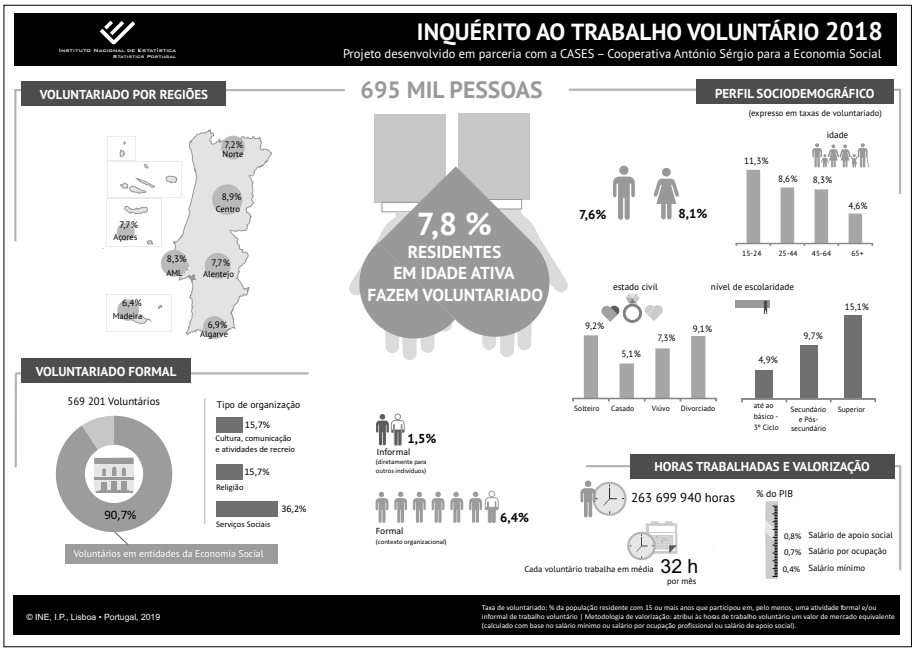


Figura 1: Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018

3 ¬ O trabalho voluntário na Economia Social

No nosso país, as entidades da Economia Social usufruem de um recurso fundamental: o trabalho voluntário.

Os resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário de 2018, asseguram, que tal como em 2012, o voluntariado constitui um recurso de extrema importância nas organizações da economia social.

Desenvolveram ações de voluntariado nestas entidades 516 mil pessoas, o equivalente a 90,7% do total de voluntários formais e a 74,3% do total de voluntários.

Em Associações com Fins Altruísticos (ACFA), participaram em ações voluntárias 502 mil indivíduos. As entidades da cultura, comunicação e atividades de recreio (16,5%), têm um elevado número de voluntários, ocupando o 3º lugar deste ranking, atrás das organizações da religião (17,3%) e das entidades dos serviços sociais (39,8%).

Os voluntários dedicaram 214,5 milhões de horas de trabalho nas entidades da ES em 2018, o que nesse ano, equivale a 2,3% do total de horas trabalhadas a nível nacional. Em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo – ETC, corresponde a 45,9% do emprego da Economia Social.

O ITV apresenta resultados[3] aplicando uma variante da valorização do trabalho voluntário nas entidades da Economia Social, comparando com o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social e não com o PIB.

4 ¬ O valor económico do trabalho voluntário nas Marchas de São João

4.1 _ Apresentação das Marchas de São João

As Marchas de São João constituem uma das atividades culturais mais aglutinadoras da vida coletiva das populações do concelho de Vila Nova de Gaia, concretizadas pelo querer do seu tecido associativo.

O desfile das várias freguesias/marchas transformam a noite gaiense numa noite de cor, de música e de alegria, numa noite mágica que perdura durante muito tempo nos largos milhares de pessoas que, oriundas de toda a região, assistem ao evoluir dos participantes.

Para participarem nas Marchas de São João, depois de devidamente inscritas pela Junta de Freguesia, as Coletividades começam por criar a letra e a música, inéditas, da sua marcha, em consonância com o tema a concurso.

Jovens e adultos, de todas as idades, condições sociais e crenças, unem-se para apresentar um autêntico hino à solidariedade e à entreajuda, quer seja nas construções mais técnicas, quer na criatividade expressa na letra e na música das canções, na expressão plástica dos elementos cenográficos, do guarda-roupa ou da coreografia.

---

[3] Retribuição mínima mensal garantida (vulgo salário mínimo): 707,8 milhões de euros, o que correspondeu a 14,7% do total de VAB da ES estimado pela Conta Satélite da Economia Social (CSES) 2016;
- Salário por "ocupação profissional": 1 152,5 milhões de euros, representando 23,9% do total de VAB da ES estimado pela CSES 2016;
- Salário de "apoio social": 1 265,4 milhões de euros, correspondendo a 26,3% do total de VAB da ES estimado pela CSES 2016.

A tocata inicia os ensaios e produz a gravação do CD, para que os ensaios dos marchantes possam começar. Os mais criativos, concebem a coreografia, guarda roupa, arcos, balões e outros elementos cenográficos.

Os ensaios decorrem ao longo de 10 semanas, no mínimo, duas vezes por semana. Durante este período, depois de tirarem as medidas aos participantes, as costureiras materializam o guarda-roupa com tecidos coloridos e brilhantes.

Artífices produzem os arcos e balões com a rapidez possível, para utilização dos mesmos pelos marchantes, aspeto fundamental nos ensaios da coreografia. É efetuada a descrição do Rider Técnico, com indicação dos instrumentos que integram o instrumental e voz.

4.2 _ Retrospetiva 2015-2019

Marchas de São João – Gaia 2015: participaram no evento 11 Associações, contabilizando-se o número total de 900 pessoas, que dedicaram no mínimo 2 horas por semana à preparação de cada marcha, durante 10 semanas, o que totaliza o valor de 18.000 horas.

Figura 3: Marchas São João - Gaia 2015

Marchas de São João – Gaia 2016: participaram no evento 12 associações, contabilizando-se o número total de 1000 pessoas, que dedicaram no mínimo 2 horas por semana à preparação de cada marcha, durante 10 semanas, o que totaliza o valor de 20.000 horas.

Figura 4: Marchas São João - Gaia 2015

Marchas de São João – Gaia 2017: participaram no evento 11 associações, contabilizando-se o número total de 900 pessoas, que dedicaram no mínimo 2 horas por semana à preparação de cada marcha, durante 10 semanas, o que totaliza o valor de 18.000 horas.

Figura 5: Marchas São João - Gaia 2017

Marchas de São João – Gaia 2018: participaram no evento 12 associações, contabilizando-se o número total de 1000 pessoas, que dedicaram no mínimo 2 horas por semana à preparação de cada marcha, durante 10 semanas, o que totaliza o valor de 20.000 horas.

Figura 6: Marchas São João - Gaia 2018

Marchas de São João – Gaia 2019: participaram no evento 13 associações, contabilizando-se o número total de 1100 pessoas, que dedicaram no mínimo 2 horas por semana à preparação de cada marcha, durante 10 semanas, o que totaliza o valor de 22.000 horas.

Figura 7: Marchas São João - Gaia 2019

4.3 _ O valor do trabalho voluntário

Existem várias análises sobre o valor do trabalho voluntário nas coletividades. A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, já em 2007, divulgou os resultados de um estudo, em que é avaliado o valor do trabalho voluntário dos dirigentes no total de 2.632 coletividades filiadas: superior a 62 milhões de euros por ano.

Posteriormente, na publicação "Manual do Dirigente Associativo" (Santos & Pratas, 2012), efetuada a mesma análise, mas neste caso, para a totalidade das coletividades em Portugal, o valor do trabalho voluntário foi avaliado em 1.000 milhões de euros/ano, ponderada uma média de 7 horas por semana (48 semanas por ano), e uma remuneração de 8,5 euros à hora.

No estudo "QUAL O VALOR ECONÓMICO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO? O caso das coletividades de cultura, recreio e desporto em Portugal" (Santos, J., 2013), foram observadas 189 coletividades, tendo-se verificado, no seu conjunto, a prática de 147.335 horas de voluntariado no ano de 2011, cujo valor foi estimado em €1.589.892.

Conclui também, que em média, cada coletividade beneficia de 780 horas de trabalho voluntário, valorado em €8.412, apesar de diferentes realidades entre as mesmas.

A autora refere que "O trabalho de um voluntário nas coletividades de cultura, recreio e desporto, pelo método do 'custo de reposição', tem o valor médio de €11 por hora"[4].

Para o caso particular do trabalho voluntário nas Marchas de São João, foi considerado o valor de 8,5 euros à hora, estimado na análise referida no Manual do Dirigente Associativo, dada a especificidade do trabalho e a sua duração num período de tempo delimitado.

Tendo por base este estudo, e conforme retrospetiva anual mencionada no ponto 4.2. deste documento, podemos concluir que o valor económico do trabalho voluntário dos participantes nas Marchas de São João em Vila Nova de Gaia foi de:

---

[4] QUAL O VALOR ECONÓMICO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO? - O caso das coletividades de cultura, recreio e desporto em Portugal (Joana Marques de Aguiar Santos - MESTRADO EM ECONOMIA SOCIAL - 2013)

ANO	TOTAL DE HORAS x VALOR HORA	VALOR TOTAL
2015	18.000 horas x €8,50	€153.000,00
2016	20.000 horas x €8,50	€170.000,00
2017	18.000 horas x €8,50	€153.000,00
2018	20.000 horas x €8,50	€170.000,00
2019	22.000 horas x €8,50	€187.000,00

5 ¬ Considerações finais

Enquanto entidade promotora do evento, incumbe à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, designadamente, a comparticipação financeira via protocolo a celebrar por Freguesia / União de Freguesias, o apoio logístico - transporte da marcha desde a origem para o local de exibição e respetivo regresso, a promoção institucional da iniciativa e a nomeação do júri do concurso.

Todo o apoio logístico relacionado com a iniciativa é assegurado pelo Município. O policiamento, a interrupção de trânsito em várias artérias da cidade, a circulação de veículos e pessoas e o acompanhamento das várias marchas com guias, colaboradores da Câmara Municipal.

A Grande Marcha de Gaia é distribuída a todas as marchas participantes, integrando um kit composto pela letra, música em pauta e um CD, com música e letra pré-gravada.

Além do apoio financeiro direto através de protocolo com as Juntas de Freguesia, no valor de 2.500,00€ a cada marcha, o Município assegura o pagamento das despesas com transportes, montagem de bancadas, reportagem fotográfica e de vídeo, gravação do CD com a Marcha de Gaia, recursos humanos, luz e som, iluminação de rua, diversos e divulgação do evento, cujo orçamento é superior a 100.000,00€.

As Juntas de Freguesia também apoiam financeiramente as Coletividades que as representam, com valores que variam consoante o orçamento disponível de cada autarquia.

Porém, o envolvimento das Coletividades Gaienses é imprescindível e relevante para o sucesso das Marchas de São João em Vila Nova de Gaia.

BIBLIOGRAFIA

INE. (2018). Conta Satélite da Economia Social 2016. Lisboa. INE. CASES

INE. (2018). Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018. Lisboa. INE. CASES

Santos, J. (2013). QUAL O VALOR ECONÓMICO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO? O caso das coletividades de cultura, recreio e desporto em Portugal. Porto. Universidade Católica Portuguesa

CPCCRD. (2015). Análise Associativa Nº2. O ASSOCIATIVISMO E O ESTADO SOCIAL. Lisboa. CPCCRD

Santos, M., & Pratas, S. (2012). Manual do Dirigente Associativo. Edições Rui Costa Pinto, Lda.

BIBLIOTECA COSMOS

JÉSSICA PEREIRA
LUANA TABORDA
SÉRGIO PRATAS

DOUTORANDOS EM SOCIOLOGIA
PELO ISCTE-IUL E MEMBROS
DO OBSERVATÓRIO DO ASSOCIATIVISMO
POPULAR (OBAP)

LUÍS ESTEVES

DOUTORANDO EM ARTE DOS MEDIA
E DIRIGENTE DA CASA DO CONCELHO
DE CASTRO DAIRE

JÉSSICA PEREIRA
LUANA TABORDA
SÉRGIO PRATAS

DOUTORANDOS EM SOCIOLOGIA
PELO ISCTE-IUL E MEMBROS
DO OBSERVATÓRIO DO ASSOCIATIVISMO
POPULAR (OBAP)[1]

[1] Os autores agradecem a disponibilização de informação por parte da Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro (ACCB) e da Associação das Coletividades do Concelho de Loures (ACCL); bem como o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil).

IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Os casos de Portugal e Brasil

Sumário:

¬ **Introdução**

1 ¬ **Os efeitos das associações de cultura, recreio e desporto**

2 ¬ **O impacto da Pandemia da COVID-19**

2.1 Portugal

2.2 Brasil

3 ¬ **Os apoios (públicos e privados) em período de pandemia**

3.1 Portugal

3.2 Brasil

¬ **Conclusão**

¬ **Referências bibliográficas**

¬ Introdução

As nações portuguesa e brasileira compartilham, historicamente, importantes simetrias. Estes enlaces históricos são salutares para compreendermos semelhanças que ainda se reproduzem em tempos atuais, como é o caso do contexto associativo. Em casos de países como Brasil e Portugal, o período de transição democrática (marcado pela instituição das Constituições de 1976 em Portugal e 1988 no Brasil) estabeleceu-se enquanto período de grande florescimento de movimentos da sociedade civil, principalmente daquelas associações que já possuíam maior enraizamento no tecido social. No caso das associações de cultura, recreio e desporto, os dados dos institutos nacionais de pesquisa demonstram que estas constituem, nos dois países, um tipo associativo muito expressivo (em número de unidades), sendo ao mesmo tempo dos mais antigos e com maior longevidade.

Embora se apresentem enquanto protagonistas da sociedade civil, com grande capital social e capacidades de adaptação e envolvimento coletivo, este tipo associativo não está imune às crises advindas de diferentes direções. É o caso da pandemia da COVID-19, que trouxe devastadores impactos no plano global, e que veio a agravar, no contexto das associações de cultura, recreio e desporto portuguesas e brasileiras, problemas e dificuldades pré-existentes.

O presente artigo pretende identificar os principais impactos da Pandemia da COVID-19 nas associações de cultura, recreio e desporto, considerando os casos de Portugal e Brasil. Para isso, foram utilizadas diferentes estratégias metodológicas: no caso de Portugal, foram utilizados dados de fontes primárias recolhidos pela Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro e pela Associação das Coletividades do Concelho de Loures; em relação ao Brasil, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório de âmbito nacional, com agregação de dados recolhidos em buscas de verbetes no google, em plataformas de pesquisa, em sites de organizações da sociedade civil, institutos de pesquisas e órgãos governamentais.

O estudo é assim composto por três partes principais, além da Introdução, Conclusão e Referências. A primeira apresenta os efeitos das associações de cultura, recreio e desporto, através de discussão da literatura especializada, marcos legais e depoimentos de dirigentes associativos. A segunda (e principal), subdivide-se em duas, e apresenta os dados recolhidos quanto ao impacto da

pandemia da COVID-19 nas associações de cultura, recreio e desporto portuguesas e brasileiras. Já a terceira sessão identifica os apoios públicos e privados que foram alocados a este tipo associativo, durante o período da pandemia.

1 ¬ Os efeitos das associações de cultura, recreio e desporto

Quais os efeitos (no plano social, económico, cultural, para a democracia) das associações de cultura, recreio e desporto? Com o presente ponto procurar-se-á responder a esta questão. Nele se cruzarão dados de fontes secundárias – nomeadamente, publicações estatísticas e outros estudos sobre a realidade portuguesa e brasileira – e dados das entrevistas semi-diretivas realizadas aos membros do CNAP (Conselho Nacional do Associativismo Popular) e a presidentes das estruturas da CPCCRD (Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto).

As associações de cultura, recreio e desporto exercem um papel importante no processo de socialização dos indivíduos. Papel que foi destacado por vários dirigentes entrevistados. Para além desse efeito, os dirigentes do CNAP e estruturas da CPCCRD identificaram, ainda, seis outros efeitos deste tipo associativo: reforço da coesão social e da coesão territorial; promoção da saúde e bem-estar das populações; democratização da cultura e desporto; outros efeitos democráticos; e efeitos no plano económico.

No âmbito da coesão social, referem quatro dimensões fundamentais:

a) As associações de cultura, recreio e desporto são agregadoras;
   A densificação urbana e metropolitana veio acentuar a heterogeneidade social e dos estilos de vida, a generalização do anonimato e da individualização. E veio destruir as relações de solidariedade de cariz comunitário. As associações de cultura, recreio e desporto contrariam esse efeito.
b) Favorecem a integração inter-geracional;
   Veja-se o que acontece, por exemplo, com as bandas filarmónicas – que integram homens e mulheres de várias idades, profissões e classes (Lourosa, 2012: 108).
c) São essências para a integração dos idosos;
d) E promovem o sentimento de pertença.

Vários dos entrevistados referiram, também, a importância das associações de cultura, recreio e desporto para a coesão territorial:

> "Em zonas de baixa densidade populacional, por vezes são a única instituição social que existe. Recebe-se o correio, vende-se pão, funciona como centro de convívio. Há até situações em que é lá que se vai cortar o cabelo" (Bernardo).

Outro efeito muito referido diz respeito às implicações para a saúde física e mental dos indivíduos: os dirigentes entrevistados sublinham a importância da participação nas associações para a saúde e felicidade.

Lima (2018: 69-70) explica esse efeito: "Neste último capítulo, quero ir um pouco mais longe e partilhar convosco investigação que mostra, de forma cada vez mais sólida, que a interação social não nos traz «apenas» felicidade (ou desespero): a relação com os outros afeta a nossa saúde. Sim, é mesmo verdade: ter boas relações com os outros contribui para estarmos menos suscetíveis a doenças e para uma maior esperança de vida".

Outro efeito relevante diz respeito à promoção do acesso por todos à cultura e ao desporto. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, "todos têm direito à cultura" (n.º 1 do artigo 73.º), bem como à "cultura física e ao desporto" (n.º 1 do artigo 79.º). A Constituição explica como é que devem ser concretizados tais direitos:

> "O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais" (n.º 3 do artigo 73.º).
>
> "Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto" (n.º 2 do artigo 79.º).

Já a Constituição Brasileira, de 1988, determina no seu artigo 215.º que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes

da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". E acrescenta que o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras; disporá sobre datas comemorativas significativas para segmentos éticos; e estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país.

A Constituição Brasileira aprofunda, ainda, os termos da cooperação entre os agentes culturais públicos e privados, com destaque para a presença e atuação das instituições da sociedade civil no campo cultural:

"§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I diversidade das expressões culturais;
II universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
III fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
IV cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
V integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
VI complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
VII transversalidade das políticas culturais;
VIII autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
IX transparência e compartilhamento das informações;
X democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
XI descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
XII ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura".

Para além do impacto na democratização da cultura e do desporto, os dirigentes auscultados referiram, ainda, outros efeitos democráticos das associações de cultura, recreio e desporto:

a) Referem que este tipo associativo promove a cooperação e a participação cidadã – são uma "escola de cidadania";
b) Ao nível institucional, são referidas ainda duas outras implicações: as parcerias com os poderes públicos; e a representação de interesses (das comunidades e do movimento associativo popular).

Os entrevistados destacaram, igualmente, os efeitos económicos das associações de cultura, recreio e desporto: "criam emprego, fundamentalmente as grandes coletividades" (Alberto); "enquadram muitas horas de trabalho voluntário, sobretudo por parte de dirigentes" (Joaquim); "pagam impostos" (Pedro); "são contribuintes líquidos do orçamento do Estado" (Alfredo); "são essenciais na dinamização da economia local" (Bernardo).

2 ¬ O impacto da Pandemia da COVID-19

2.1 _ Portugal[2]

BARREIRO

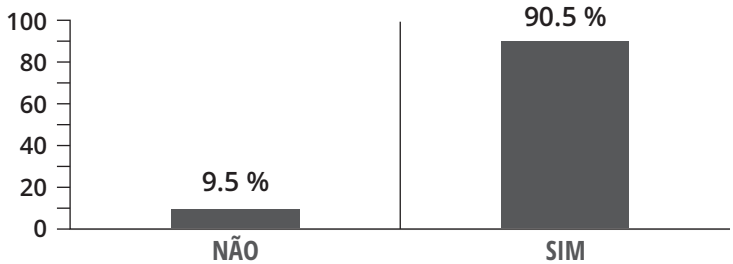
No inquérito por questionário aplicado pela Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro (ACCB) nos meses iniciais de pandemia, 100% das

[2] Este ponto 2.1 terá por base dados de fontes primárias recolhidos:
- Pela Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro
Um inquérito por questionário aplicado online, entre abril e maio de 2020, às associações sediadas no Concelho do Barreiro, com um total de 22 respostas. No último trimestre de 2020, a partir de 15 conversas informais enquadradas no projeto "Vamos Conversar, Vamos Construir", recolheram-se novas informações sobre a situação de reabertura e a vivência do dia-a-dia associativo.
- E pela Associação das Coletividades do Concelho de Loures
Um inquérito por questionário aplicado online e de forma presencial, em janeiro de 2021, às associações sediadas no concelho. Responderam 29 associações, mais de metade das associações filiadas na ACCL.
Os instrumentos de recolha de informação utilizados por estas duas estruturas da CPCCRD não foram os mesmos. Existem, no entanto, pontos comuns que permitem alavancar uma análise comparativa entre concelhos.

associações[3] referiram ter encerrado as suas instalações, sendo que em 85% a suspensão de atividades foi determinada antes da aprovação do primeiro Estado de Emergência, a 18 de março de 2020.

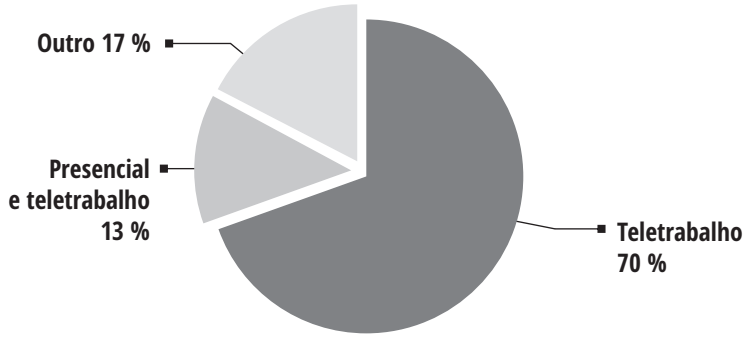
Não obstante, o fecho de instalações e o cancelamento de atividades não se concretizou na paralisação integral do movimento associativo barreirense: 90,5% das coletividades mantiveram a atividade dos seus órgãos sociais e 83% funcionaram em regime exclusivo de teletrabalho ou em regime misto (teletrabalho e presencial) (70% e 13%, respetivamente) (gráficos 1 e 2).

Gráfico 1: Manutenção da atividade dos órgãos sociais (%), (n=21)



Fonte: ACCB (2020)

Gráfico 2: Regime de trabalho dos órgãos sociais (%), (n=21)



Fonte: ACCB (2020)

[3] No conjunto dos dois instrumentos (inquérito por questionário e entrevistas/conversas informais) utilizados pela ACCB, a tipologia das associações inquiridas divide-se em: 39,4% associações culturais/recreativas; 33,3% associações desportivas; 9,1% associações de solidariedade social; 6,1% associações de migrantes; 9,1% associações profissionais e/ou de reformados e 3% associações de moradores.

Volvidos seis meses da primeira inquirição, a ACCB desenvolveu um projeto de auscultação qualitativo, através de conversas informais com base num guião de perguntas, do qual fazia parte uma questão sobre o balanço das atividades canceladas. Deste exercício depreende-se que a totalidade de associações, auscultadas até dezembro de 2020, cancelou algum tipo de iniciativa e/ou atividade, com maior preponderância para as culturais, recreativas e desportivas, seguidas de festas tradicionais/populares e eventos a si afetos, bem como de iniciativas relacionadas com os aniversários e/ou outros dias festivos.

Entre as principais dificuldades a enfrentar perante a reabertura das instalações e das atividades, os dirigentes das coletividades barreirenses indicaram a perda de associados, frequentadores e praticantes, situação que pode conduzir ao encerramento de diversas modalidades (10 respostas), assim como alguma apreensão face à situação financeira da coletividade (6 respostas). Surgiram também preocupações ligadas à possibilidade de novos confinamentos gerais; a incapacidade de garantir as condições de higiene e segurança para o desenvolvimento da vida associativa e a falta de materiais (2

Gráfico 3: Principais dificuldades para a reabertura da associação, por categoria

Fonte: ACCB (2020)

respostas, cada). Por fim, duas associações referiram não ter nenhuma apreensão com a reabertura.

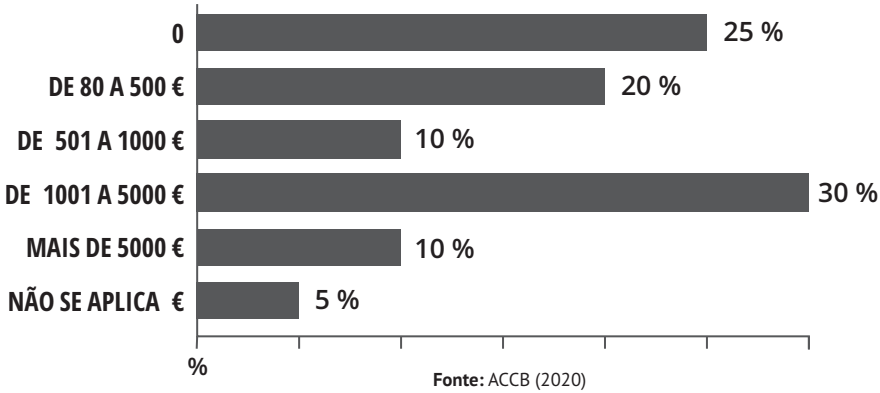
Neste seguimento e tendo por base as informações obtidas no último trimestre de 2020, evidencia-se que grande parte das associações reabriu as suas instalações e retomou as atividades no mês de junho. Todavia, essa retoma ficou muito aquém do funcionamento habitual: as coletividades reportaram uma atividade que rondava os 25%, comparativamente ao período pré-pandemia. Houve ainda duas associações que referiram ainda não ter retomado atividade, no final do ano.

Apurou-se, ainda, que mais de metade das associações auscultadas obtiveram apoio da Câmara Municipal do Barreiro, existindo também organizações associativas apoiadas pela Câmara Municipal da Moita, nomeadamente para pagamento de contas correntes, em decorrência da importância da sua ação também neste concelho; pela sua União/Junta de Freguesia e por outras associações locais. Houve, ainda assim, coletividades que referiram não ter recebido qualquer auxílio durante o mesmo período.

Em último lugar, considerando os dados sobre o impacto financeiro das restrições impostas no âmbito da pandemia da COVID-19, observam-se diferenças significativas entre a situação reportada no início e no final do ano.

Entre valores realizados antes e depois dos primeiros meses de confinamento evidencia-se, primeiramente, que ¼ das associações inquiridas reportou não ter existido divergência de valores (0€); 30% refere ter uma diferença entre 80€ a 1000€ no cálculo entre períodos e outros 30% entre 1001€ a 5000€. Entre valores mais avultados, 10% das associações afirmaram registar diferenças de mais de 5000€, face ao período anterior à pandemia e ao encerramento das suas instalações e atividades (gráfico 9). Por sua vez, entre outubro e dezembro de 2020, todas as associações reportaram ter prejuízos de elevado valor, sendo que a proporção de coletividades com perdas acima dos 10 000€ aumentou consideravelmente. A referência ao encerramento de instalações específicas como bares e atividades surge frequentemente como justificação para uma situação em que as despesas continuam elevadas face às receitas. Encontram-se também dirigentes associativos que referem continuar a cumprir os compromissos com os funcionários, com alguma autossustentabilidade, mas não assegurando a continuidade da mesma. Falamos, pois, de coletividades que no fim do ano aludiam a prejuízos entre os 50% e os 75%.

Gráfico 4: Diferença entre valor realizado antes e depois do primeiro confinamento (%), (n=21)

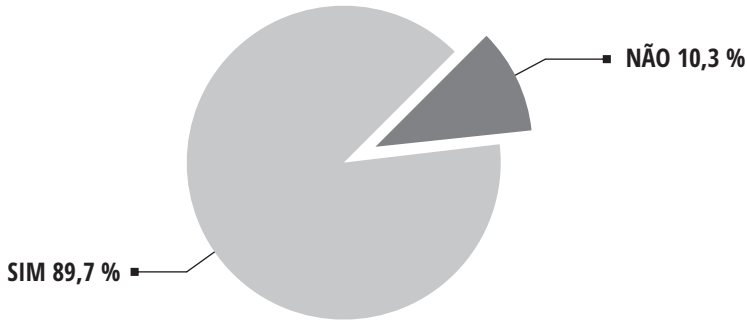


Fonte: ACCB (2020)

LOURES

No concelho de Loures, aproximadamente 90% das associações inquiridas pela Associação das Coletividades do Concelho de Loures[4] declararam ter fechado portas em decorrência do segundo confinamento (janeiro de 2021) (gráfico 5). As associações que responderam não ter encerrado as instalações (10%) correspondem especificamente a organizações associativas sem sede e que mantinham já parte da sua atividade online; associações vinculadas aos trabalhadores da autarquia, de empresas municipais e/ou entidades criadas/participadas pelo Município; e associações com atividades de ação social.

Gráfico 5: Encerramento após a renovação do Estado de Emergência (janeiro de 2021) (%)

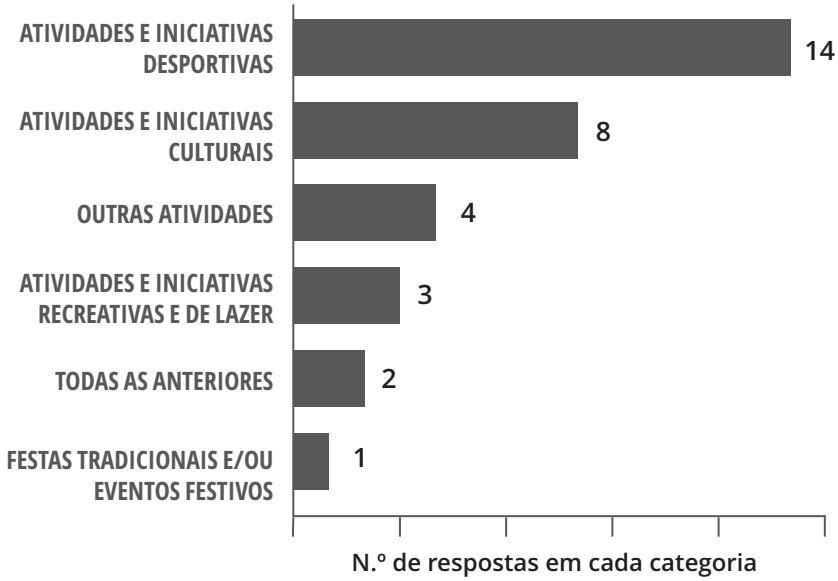


Fonte: ACCL, (2021)

[4] A tipologia de associações inquiridas pela ACCL distribui-se em: 52% associações culturais/recreativas, 40% desportivas, 4% associações de ambiente e 4% associações de bombeiros.

Quando se considera o tipo de atividades e iniciativas canceladas destacam-se particularmente as desportivas e as culturais, surgindo depois atividades e iniciativas de lazer e recreio, mas também eventos festivos (como aniversários das associações) e outras iniciativas de âmbito variado (gráfico 6), situação que encontra paralelo com as informações analisadas para o movimento associativo popular do concelho do Barreiro.

Gráfico 6: Atividades canceladas, por categoria



Fonte: ACCL, (2021)

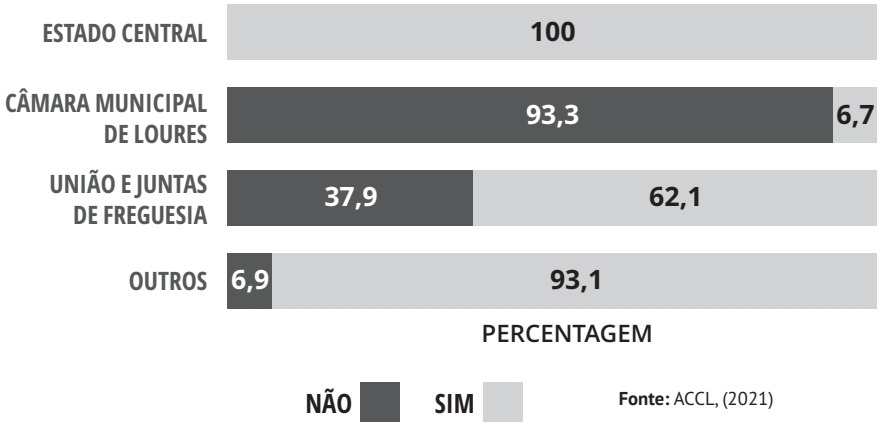
As medidas adotadas para a contenção da infeção por COVID-19 tiveram, desde o início, um forte impacto na vida das coletividades de cultura, recreio e desporto. Esse efeito foi agravado pelo prolongamento da pandemia e, consequentemente, pela prorrogação do Estado de Emergência. A parcial ou quase total inatividade levou as associações populares a uma situação difícil, em que os apoios centrais, locais e ou de outras entidades ganharam maior preponderância para a subsistência do MAP.

No concelho de Loures, desde março de 2020, os apoios para o movimento associativo advieram sobretudo da Câmara Municipal de Loures

(93,3%) e da União/Junta de Freguesia (37,9%), evidenciando-se uma preponderância destacada para a primeira entidade (gráfico 7). Somente 6,9% das associações referiram ter usufruído de apoio de outras entidades, sem referirem a quais. Nenhuma coletividade reportou ter recebido apoio por parte do Estado Central, similarmente ao demonstrado pelos dados do MAP do Barreiro.

Questionados sobre as principais dificuldades que enfrentarão na retoma da sua atividade, os dirigentes destacam principalmente a falta de apoio financeiro, numa situação de ausência de receitas e permanência das despesas, bem como a dificuldade em recuperar e aumentar o número de membros e de participantes nas iniciativas (gráfico 8). Algumas coletividades reportaram ainda a desmotivação dos órgãos sociais e dos seus recursos humanos, face à situação vivida, tendo consequência não somente no desenrolar do quotidiano associativo, mas também na composição de direções, mesas de assembleia geral e conselho fiscal. São também apontadas dificuldades em relação à ausência de diretrizes governamentais e à possibilidade de prolongamento dos Estados de Emergência.

Gráfico 7: Existência de apoio às associações desde março de 2020, por entidade (%)



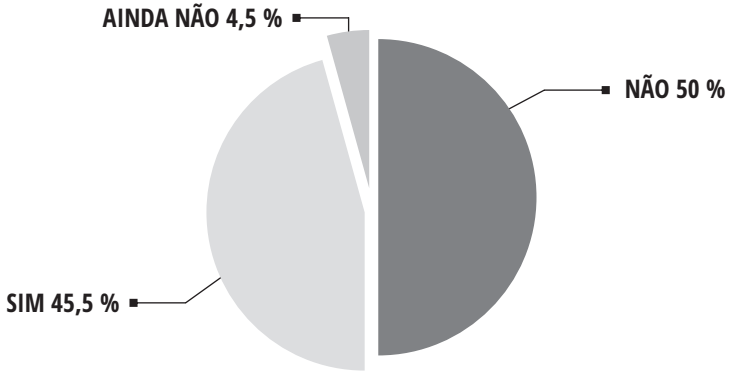
Fonte: ACCL, (2021)

Gráfico 8: Principais dificuldades para a retoma de atividades, por categoria

Fonte: ACCL, (2021)

Estas questões adquirem uma relevância distinta decorrido um ano de crise pandémica, pautado por restrições, encerramentos e retomas parciais. Para além da diminuição ou inexistência de receita, a situação financeira das coletividades é agravada pela quebra da cobrança de cotização. A este bolo somam-se as despesas dos compromissos assumidos e assegurados com fornecedores, funcionários e prestadores de serviço. As dificuldades do presente e as incertezas quanto ao futuro conduzem a que 45,3% das coletividades assuma estar em risco de extinção e 4,5% considere que ainda não, não descartando, no entanto, essa possibilidade (gráfico 9). Ainda assim, é relevante ressaltar que 50% das organizações associativas refere não estar sob esse risco.

Gráfico 9: Encerramento após a renovação do Estado de Emergência (janeiro de 2021) (%)



Fonte: ACCL, (2021)

2.2 _ Brasil

Considerando o contexto de atuação das associações de cultura, recreio e desporto no Brasil, pode dizer-se que se verifica uma forte dependência quanto à transferência de recursos públicos. O cenário de crescimento e fortalecimento mais acelerado deste tipo associativo, nas décadas de 1990 e 2000, esteve associado a um contexto de combinação de incentivos disponíveis de natureza política, legal e financeira (parcerias público-privadas). Mas o cenário atual, vivenciado por estas associações, assim como as de outras áreas, é de crise, relacionada à menor porosidade política e, consequentemente, económica. Este panorama surge ainda agravado na conjuntura crítica que vivemos com a COVID-19, como veremos adiante.

Procurando compreender os impactos da pandemia nas associações culturais, recreativas e desportivas brasileiras foi realizada uma pesquisa exploratória, através de dados disponíveis em sites, relatórios e a partir de verbetes no google e em plataformas de pesquisa académicas. Os principais dados recolhidos são adiante apresentados.

Para compreender os efeitos da pandemia, o portal ARTE!Brasileiros, Plataforma Digital, Simpósios e Revista Trimestral de Arte, entrevistou cinco gestores de importantes instituições culturais brasileiras. Esses gestores ressaltaram que a pandemia veio alimentar uma crise preexistente, de ordem

financeira e política, que teve a sua origem nas políticas do governo federal, desde a posse de Jair Bolsonaro. O Ministério da Cultura passou a ser uma secretaria do Ministério do Turismo e as transferências governamentais foram fortemente diminuídas[5].

Frente a isto, as organizações atuaram de forma a cooperar com as comunidades e públicos-alvo, ninguém soltando da mão de ninguém, com práticas de auto cooperação aliadas a apoios exógenos, mobilizando parcerias com outras organizações da sociedade civil. Verificaram-se, ainda, mudanças ao nível dos repertórios de atuação: "com efeito, a ampliação do repertório organizativo das comunidades no período abrange ainda a utilização das redes sociais como "WhatsApp" e "Facebook" na mobilização das comunidades, agilizando a comunicação entre os grupos e possibilitando o debate mesmo durante a pandemia" (Alfonsin et al, 2021: 25). As principais conclusões do artigo referem-se à ausência do poder público junto das comunidade periféricas, contraposto pela presença e articulação das organizações culturais e comunitárias. Compreende assim que "essas comunidades estão atravessando, e têm consciência disso, um período de brutal retrocesso em termos de efetivação de direitos, diminuição dos espaços institucionais, fechamento de equipamentos públicos importantes nos territórios e perda de facilidades, infra-estruturas e direitos" (Alfonsin et al, 2021: 23).

De entre as pesquisas mais relevantes mapeadas para o contexto brasileiro, situa-se ainda a pesquisa do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), realizada entre março e julho de 2020, sendo obtidas 2.692 respostas (1.695 de indivíduos e 996 de organizações culturais)[6]. Tendo pretensões iniciais de mapear o contexto do estado da Bahia, diante da visualização da necessidade de compreender o contexto nacional, o OBEC fez parcerias com universidades e pesquisadores de diferentes regiões do país, para expandir o escopo para o âmbito brasileiro.

Os principais dados recolhidos pela pesquisa foram agrupados no quadro seguinte:

---

[5] Disponível em: https://artebrasileiros.com.br/arte/instituicoes-a-gestao-cultural-no-brasil-em-tempos-de-pandemia-e-de-ataque-a-cultura/

[6] Disponível no Boletim Observatório da Diversidade Cultural V. 89, N. 03.2020 Julho. Agosto. Setembro/2020 ISSN 2526-7442.: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Boletim-V89-N-89-Agosto_2020.pdf

VULNERABILIDADE E ASSOCIATIVISMO NO SETOR CULTURAL	• Apenas 36,8% dos respondentes participam em associações, sindicatos ou outros organismos representativos na área cultural.
MERCADO DE TRABALHO	• A maioria dos profissionais da cultura não possui vínculo de emprego; recebe até três Salários Mínimos (SM) e apresenta uma carga horária de trabalho alta (31,5% trabalham mais de 45h semanais). • As respostas indicam um esforço das organizações para manter seu quadro de trabalhadores. Apesar disso, quase dois terços das respondentes (65,8%) tiveram que fazer algum tipo de redução de contratos e um pouco mais da metade (50,2%) teve que despedir trabalhadores.
DESAFIOS FINANCEIROS	• A pandemia provocou um impacto "alto" ou "muito alto" na redução da receita de 57% das organizações. • 77,8% das organizações só tinham reservas financeiras para garantir sua subsistência por um período máximo de três meses. • 65,8% das organizações tiveram que fazer algum tipo de redução de contratos.
CANCELAMENTO DE ATIVIDADES	• 79,3% dos respondentes cancelaram entre 50% e 100% das suas atividades em abril. Em maio, essa percentagem foi de 77,4%. • 83,7% das organizações e indivíduos alegam terem sido muito impactados pela suspensão de atividades e indicam maior dificuldade de captação de recursos junto a entidades privadas e públicas.
ESTRATÉGIAS FRENTE A CRISE	• Apesar dos cancelamentos de atividades, o setor criativo não ficou paralisado: tanto indivíduos (45,1%) como organizações (42%) estão a desenvolver novos projetos e produtos. • 12% dos indivíduos e 18,8% das organizações investiram na captação de novas fontes de receita (como a antecipação de venda de ingressos e campanhas de doação e/ou financiamento coletivo).

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados presentes no relatório final da pesquisa, páginas 13 e 14, disponível em: https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa_covid19/RELAT%C3%93RIO_FINAL_Impactos_da_Covid-19_na_Economia_Criativa_-_OBEC-BA.pdf

No artigo intitulado "E-participação social, pandemia e a lei de emergência cultural", José Márcio Barros (2020) reflete sobre a E-participação e sobre como as ferramentas tecnológicas se tornaram ainda mais indispensáveis para a atuação associativa com a pandemia da COVID-19. O pesquisador ressalta que "a participação social na área da cultura, por meio de dispositivos digitais sempre foi um grande desafio no Brasil. Impulsionada pelo processo de construção do Plano Nacional de Cultura, a chamada e-participação sempre apresentou resultados frágeis, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo." Refere, ainda, que "com o processo da Lei de Emergência Cultural e mobilizada pela sociedade civil, o país parece viver uma nova experiência de engajamento e construção coletiva, que pode apontar para avanços significativos" (Barros, 2020: 58).

Cabe ainda agregar a esta discussão um exemplo relevante, que nos ajuda a compreender aos impactos da pandemia nas organizações culturais a nível estadual – no estado mais populoso e com a maior concentração de organizações culturais do país (São Paulo). Neste Estado foi criada, em 2021, a Frente Cultural Ampla Permanente em Defesa da Cultura, agregando em pouco espaço de tempo mais de 400 organizações culturais de São Paulo. A Frente escreveu uma "Carta em defesa da cultura e da economia criativa do estado de SP: pelo emprego e a saúde da população paulista e brasileira", que foi encaminhada a lideranças e órgãos governamentais responsáveis. O texto critica a falta de diálogo com a sociedade civil, quanto às medidas tomadas durante o período pandémico e lista três passos fundamentais e emergenciais em prol de uma pauta construtiva mínima em comum neste início de 2021:

1. Renovação de um canal de diálogo, participação e colaboração efetiva entre o poder público e o setor cultural e criativo paulista;
2. Elaboração de um plano de emergência cultural estadual para o próximo biênio (2021-2022), visando amparar o setor mais atingido pela pandemia - e que será o último a voltar;
3. Afirmação da cultura e da economia criativa como um dos eixos centrais de propostas e políticas transversais para recuperação e desenvolvimento pós-pandemia[7].

---

[7] Disponível em: https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/governo_do_estado_de_sp_carta_em_defesa_da_cultura_e_da_economia_criativa_do_estado_de_sao_paulo_janeiro2021/

A carta e os esforços de pressão governamental da Frente resultaram no estabelecimento de um diálogo com a Secretaria de Cultura estadual, tendo já sido realizada uma primeira reunião e firmados alguns compromissos iniciais.

Por fim, cabe salientar a posição defendida pelo professor e investigador Miguel Jost, que afirma que "durante e após a pandemia a cultura poderia ser parte da solução"[8]. O autor critica a circunscrição do valor da cultura aos número de empregos, de PIB e de impostos, que tem dominado o debate público da sociedade civil e política brasileira nos últimos anos, dizendo que esta perspectiva é estratégica, mas que a importância da cultura no Brasil não pode ficar limitada a uma ou duas dimensões: para além do seu papel económico e social, importa considerar ainda o seu impacto no desenvolvimento e no plano simbólico: "o potencial das políticas de cultura para o desenvolvimento do país (...) passam a ser também um instrumento poderoso para a solução de muitos dos problemas que o país enfrenta" ou seja, "do potencial da cultura para contribuir na construção de soluções frente à maior crise de saúde que enfrentamos em quase cem anos". E "em relação à dimensão simbólica da cultura, ela contribui de forma efetiva ao investir na enorme pluralidade de manifestações marginalizadas por lógicas de mercado".

No cenário de crise vivenciado, o autor destaca que muitas pesquisas demonstram que territórios com forte presença de equipamentos e organizações culturais criam melhores condições de segurança e índices económicos. Na ausência do Estado, as organizações culturais alocam-se enquanto elemento de mediação social fundamental.

3 ¬ Os apoios (públicos e privados) em período de pandemia

3.1 _ Portugal

Em Portugal, e apesar das várias iniciativas e propostas apresentadas pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, o Estado tardou a reagir: só em fevereiro de 2021 é que foi publicitada a primeira

[8] Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/durante-apos-pandemia-cultura-poderia-ser-parte-da-solucao-24404952

iniciativa de apoio ao setor da cultura "no contexto de resposta à pandemia da doença COVID-19" (a Portaria n.º 37-A/2021, de 15 de fevereiro)[9].

Esta Portaria vem aprovar o Regulamento das Medidas de Apoio à Cultura, que integra vários programas específicos. De entre esses programas, há dois que visam o apoio a entidades artísticas singulares e coletivas que prossigam atividades de natureza não comercial (incluindo as associações de cultura, recreio e desporto):

a) Garantir Cultura
   Apoio a fundo perdido para criação e programação culturais (12 milhões de euros). Depende da publicação de aviso do Ministério da Cultura (ainda por publicar).
b) Apoios no âmbito das Direções Regionais de Cultura
   Apoio às entidades artísticas não profissionais, no montante de 407.000 euros.
   Depende da abertura de candidaturas, ainda por abrir.

Foi, ainda, aprovado, em Conselho de Ministros, um Fundo de Apoio para a Recuperação da Atividade Física e Desportiva, dirigido aos clubes desportivos, num montante de 35 milhões de euros.

Para além desses apoios (ainda por concretizar), houve muitos municípios e freguesias que criaram linhas para apoio extraordinário às associações de cultura, recreio e desporto – e que chegaram às associações logo em 2020. Tais apoios autárquicos foram essenciais para mitigar os impactos da pandemia[10]. No entanto, sendo apoios locais, não chegaram a todas as associações – há zonas do país e coletividades às quais ainda não chegou qualquer tipo de apoio.

Para além desses apoios públicos, merece ainda referência o apoio prestado pela CPCCRD, ao longo de todo este período: foram elaboradas e

---

[9] Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/157397604.

[10] Dois exemplos:
- O Município de Loures transferiu, em 2020, para apoio às associações de cultura, recreio e desporto, cerca de 707.000 euros (mais 130.000 euros do que em 2019). E prevê transferir em 2021 uma verba de 906.000 euros.
- O Município do Barreiro implementou, em 2020, programas de apoio para o MAP, cujo valor e tipo não estão disponíveis para consulta pública. No início do presente ano, a autarquia anunciou um programa de *Apoio Extraordinário à Tesouraria*, aberto às candidaturas em fevereiro, e que se concretiza num apoio de 122.000 euros.

divulgadas 16 notas informativas; foi prestado apoio jurídico a todas as associações que o solicitaram; e foi elaborado um Código de Conduta (juntamente com a Direção-Geral de Saúde) para ajudar as associações no regresso à atividade. Verificou-se, por outro lado, um decréscimo acentuado dos apoios das empresas locais, também elas confrontadas com os efeitos da pandemia da doença da COVID-19.

3.2 _ Brasil

Em terras brasileiras, a captação de recursos federais para o setor cultural dá-se através do Sistema de Apresentação das Leis de Incentivo à Cultura (Salic) – Ministério da Cultura. Sistema similar é o da Lei de Incentivo ao Esporte (SLIE), do Ministério do Esporte: realiza cadastro de propostas relacionadas ao incentivo fiscal a pessoas físicas e jurídicas que realizam doações ou patrocinam projetos desportivos e paradesportivos. De entre a principal legislação existente para a área cultural/associativa figuram ainda: A Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como lei Rouanet, principal ferramenta de apoio à cultura (Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991); e O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC, Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014).

Face ao estado de calamidade pública e de crise do setor cultural , o governo federal foi pressionado pela classe artística para disponibilizar um montante destinado a apoiar artistas e associações de cultura e recreio prejudicadas. Através de uma iniciativa do Congresso nacional foram disponibilizados 3 biliões de reais através da Lei Aldir Blanc[11] (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, com alteração pela medida provisória nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020): trabalhadores da cultura inscritos poderiam receber 600 reais mensais; e micro e pequenas empresas, associações e organizações culturais poderiam ser cadastradas para receber entre 3 e 10 mil reais de auxilio emergencial.

Acrescentar que os recursos da Lei Aldir Blanc foram disponibilizados a Estados, Distrito Federal e Municípios em parcela única para serem aplicados pelos poderes executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultura.

---

[11] Em referência a um dos mais importantes letristas, compositores e cronistas brasileiros, que faleceu em 2020, vítima da COVID-19.

De acordo com o artigo 2° da Lei Aldir Blanc, os recursos devem ser aplicados nas seguintes ações:

a) Renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;
b) Subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social;
c) Editais, chamadas públicas, prémios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como para a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

Estados e municípios organizaram-se para distribuição destes apoios, através de Conselhos estaduais e municipais de cultura, abrindo candidaturas e plataformas de cadastro e seleção de artistas e trabalhadores culturais e associações/empresas.

Além da iniciativa federal, alguns estados e municípios ofereceram auxílios financeiros ao setor cultural. No Brasil, um dos setores severamente afetados foi a economia do Carnaval, que movimenta cerca de 8 biliões de reais anuais[12]. O que originou várias iniciativas de apoio público (regional ou local): Rio de Janeiro (3 milhões em prémios para 125 projetos de blocos, bandas, bailes, turmas, fanfarras, cordões e outras manifestações culturais); São Paulo optou por organizar eventos maioritariamente virtuais para ajudar os blocos; o estado de Pernambuco sancionou a Lei n.º 17.165/2021, que institui "o Auxílio Emergencial Ciclo Carnavalesco de Pernambuco aos artistas e agremiações impedidos de promover suas atividades durante o período momescos, por conta da pandemia da COVID-19"; a Câmara de São Luís, capital do estado do Maranhão, implementou um plano

[12] Disponível em: https://www.poder360.com.br/economia/brasil-deixa-de-movimentar-r-81-bilhoes-com-cancelamento-do-carnaval/ Último acesso em março de 2021.

de "Auxílio Municipal Emergencial – Carnaval de São Luís"; e a prefeitura do Recife prevê apoios de 4 milhões[13].

¬ Conclusão

A crise pandémica da COVID-19, que emergiu no início do ano de 2020, veio exacerbar a já difícil situação financeira das associações de cultura, recreio e desporto, em Portugal e no Brasil. A par com outros setores, o Movimento Associativo Popular (MAP), pelas suas características e âmbito de atuação, foi fortemente afetado pelas restrições impostas de distanciamento social, confinamento da população e encerramento de instalações. Se em território português as restrições se materializaram no fecho de portas, no cancelamento da grande maioria das atividades e iniciativas e no afastamento de associados, membros e participantes; em território brasileiro não foi diferente, sendo que a pandemia expôs a alta fragmentação do setor cultural e obrigou mesmo ao cancelamento de um dos maiores eventos nacionais: o carnaval brasileiro.

Este encerramento não foi, porém, total. Muitas associações readaptaram as suas atividades para a via online, outras procuraram responder a necessidades da população, reforçando os seus valores de solidariedade e entreajuda que pautam o MAP. Esta resposta foi mais ou menos promovida em articulação com as políticas sociais de cada território e entidade administrativa local[14].

Apesar disso, de inúmeros estudos (nacionais e internacionais) e evidências económicas, políticas e sociais do valor e contributo das organizações associativas, as políticas estatais têm ficado aquém do

---

[13] Fontes utilizadas no parágrafo: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/12/O-preju%C3%ADzo-do-ano-sem-carnaval.-E-o-esfor%C3%A7o-para-reduzi-lo
https://economia.ig.com.br/2021-02-24/alerj-aprova-auxilio-de-r-300-saiba-quem-recebe.html
https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2021/02/27/estado-sanciona-lei-que-institui-auxilio-emergencial-para-artistas-e-grupos-carnavalescos/
https://www.saoluis.ma.gov.br/sadem/noticia/33689

[14] Note-se que se assistiu a uma maior mobilização "assistencialista" nos primeiros meses de pandemia, quando as políticas sociais de resposta à crise ainda não tinham sido definidas.

reconhecimento e apoio necessário. Em Portugal isso é visível na dotação consecutiva de valores insignificantes para o setor cultural, no qual o MAP está incluído. Os apoios públicos dirigidos às associações populares partem grandemente das autarquias e juntas de freguesia, variando, ainda assim, consoante a atenção e reconhecimento que o poder local atribui ao MAP. No Brasil vários apoios foram elencados, ficando, todavia, também, muito aquém do que seria necessário.

A CPCCRD alertava, em fevereiro do corrente ano[15], para o risco efetivo de encerramento de cerca de 10 mil associações em Portugal. Os reais impactos de um ano de pandemia nas estruturas associativas e na sociedade estão ainda por apurar: além das consequências financeiras e do desemprego de milhares de funcionários das coletividades, o cancelamento das atividades e o fecho de bares e salas de convívio teve um efeito ainda pouco investigado sobre o aumento do sentimento de solidão e de desintegração social. Importa, por isso, criar urgentemente uma política que corporalize o disposto nas Constituições e que reconheça efetivamente o papel das associações populares na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Seja Caminhando e Cantando, seja entre Grândolas e em terra da fraternidade, o movimento associativo popular enfrenta dos dois lados do Atlântico sérias dificuldades, mas segue tendo no horizonte verdes anos, pois quem sabe faz a hora e não espera acontecer.

---

[15] Disponível em: https://www.jn.pt/nacional/dez-mil-coletividades-em-risco-de-fechar-portas-13322206.html

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfonsin, B. de M., Pereira, P. P. F., Berni, P. E., Oliveira, P. A. ., Guimarães, F. M., Segat, F. ., Segat, F. ., Lopes, D. C., e Montanari, V. A. . (2021), "Ninguém solta a mão de ninguém: a ampliação do repertório de práticas organizativas de comunidades de baixa renda de Porto Alegre na resistência aos ataques ao direito à cidade e à COVID-19", *SURgência: Revista De Direitos E Movimentos Sociais*, *7*(1), 23-50. https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/35658/28897/94930.

Barros, José Márcio (2020), "E-participação social, pandemia e a lei de emergência cultural. Cultura e pandemia", *Boletim Observatório da Diversidade Cultural*, V. 89, N. 03.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), *As Fundações Privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2016*. Estudos e Pesquisas Informação econômica n° 20. Rio de Janeiro.

INE - Instituto Nacional de Estatística & CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2018), *Inquérito ao Trabalho Voluntário. Edição de 2019*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE - Instituto Nacional de Estatística & CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2019), *Conta Satélite da Economia Social 2016. Edição de 2019*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Lima, Maria Luísa Pedroso de (2018), Nós e os outros. O poder dos laços sociais, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Lüchmann, Ligia, Carla Almeida e Luana Taborda (2019), "Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais", Politica & Sociedade. http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p307/.

Neves, José Soares e Rui Telmo Gomes (2018), "Práticas culturais e acesso à cultura", em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Ornelas, José, Teresa Duarte, Tiago Seixas, José Jerónimo, Artur Martins, Cátia Matos, Deolinda Nunes, Faustino Varela e Luís Costa (2013), *Liderança Comunitária. Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Pereira, Jéssica, Inês Rafael, João Rodrigues, Nuno Nunes, Luís Capucha e Patrícia Ávila (2020), "Os Presidentes de Direção: caracterização social", em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures.

Taborda, Luana do Rocio (2020), "Configurações associativas e Interações entre Organizações da Sociedade Civil e Estado: Brasil e Portugal em perspectiva comparada", *Revista Análise Associativa*, n.º 7.

Investigação inserida no Doutoramento em Arte dos Media, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

LUÍS ESTEVES

DOUTORANDO EM ARTE DOS MEDIA
E DIRIGENTE DA CASA DO CONCELHO
DE CASTRO DAIRE

CASAS REGIONAIS EM LISBOA
Repositórios rurais em espaços culturais urbanos

Sumário:

¬ **Introdução**

1 ¬ **Método**

2 ¬ **Enquadramento**

3 ¬ **Fluxos migratórios**

4 ¬ **Estado de arte**

5 ¬ **Associações sem fins lucrativos**

6 ¬ **O país na capital**

7 ¬ **Cultura Tradicional Popular Portuguesa**

8 ¬ **Promotores das tradições**

¬ **Conclusão**

¬ **Referências bibliográficas**

¬ Introdução

Um dos efeitos mais importantes da evolução demográfica, económica e social do país, no século passado e que se estende até aos nossos dias, deve-se à dimensão das correntes migratórias, não só externas, quanto internas, da população portuguesa. No que se refere às migrações inter-regionais, que atingiram maioritariamente as classes pobres, a mudança de residência do local de nascimento para a área metropolitana de Lisboa progrediu para o processo de urbanização e acentuou o fenómeno da litoralização do povoamento. Consequência disto o aparecimento das dezenas de Casas Regionais em Lisboa, um fenómeno do século XX, como lugares de convívio para estes migrantes e a fermentação do sentido regional. Com origem na constituição dos Grémios, organizações fundamentalmente cooperativas de índole económica, estas agremiações são hoje, associações sem fins lucrativas, juridicamente consagradas. Massa voluntária multigeracional ligada à rede associativa e entidades público e privadas. Nos seus objetivos sempre o interesse para o benefício coletivo e a preocupação em reunir melhores condições para seus associados.

A ausência de uma consciência coletiva da sociedade civil contribui, notoriamente, ao longos dos anos para a desvalorização das Casas Regionais e cumpre o seu desaparecimento em larga escala. Problemática que implica vários conflitos entre interesses coletivos e individuais, interesses científicos, políticos e sociais. Um tema de grande complexidade, invisível, remoto, incerto, irrelevante e aparentemente mínimo no seu impacto social.

As Casas Regionais em Lisboa apresentam-se como verdadeiros repositórios rurais em espaços culturais urbanos, inestimável legado dinâmico e proficiente, registo de salvaguarda, defesa, promoção, dignificação e divulgação cultural, das tradições, ritos e rituais: festivos, folclóricos e religiosos, levantamentos etnográficos dos usos e costumes dos antepassados. De facto, há um alheamento social no sentido de apoiar e legitimar estes contributos voluntários, uma equação para adensar as informações à planificação urbana a partir de estratégias e táticas da cidade de cultura e da cultura de cidade, lugares comuns, ilegíveis, descentralizados, públicos com identidades, voltadas para o Popular.

1 ¬ Método

O estudo segue uma metodologia de estágios qualitativos que se inicia pela validação e generalização do conhecimento adequado por via da recolha de informação secundária, seguindo-se o estudo exploratório por aquisição de análise e produção de informação primária, através do método etnográfico e da combinação de técnicas junto ao *stakeholders* do setor.

Recolha de dados a partir da investigação-ação, análise do plano de atividades organizado pelas direções de cada associação, na aplicação de entrevistas semiestruturadas aos seus principais dirigentes e observação participante na visita presencial às diversas instalações. Para o caso são consideradas as Casas Regionais que se encontrem no ativo, com sede na cidade de Lisboa e juridicamente consagradas. Os índices oficiais são obtidos em instituições como a CML – Câmara Municipal de Lisboa, CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, Fundação INATEL, ACCL – Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa e ACRL – Associação das Casas Regionais em Lisboa, bem como, fotografias, sons e imagens presentes nos arquivos da CML, RTP – Rádio Televisão Portuguesa e nos acervos das Casas Regionais e dados científicos em outras visões literárias e factos estatísticos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, CPCCRD e CRUE - Comité das Regiões da União Europeia.

2 ¬ Enquadramento

As Casas Regionais em Lisboa são um fenómeno do século XX, resultante dos fluxos migratórios internos das aldeias para a capital, que atingiu milhares de portugueses de diferentes estratos sociais e intentam, por variadas formas, promover e divulgar as diferentes regiões de Portugal.

Pelo ano corrente de 2018, em Lisboa, foram apuradas um total de 30 residências de Casas Regionais no ativo, sendo que são 22 Casas do Concelho, 4 Casas de Província, 2 Casas de Comarca e 2 Casa da Região.

O início das Casas Regionais está no século XX, em 1933, decretado (*Diário do Governo* n.º 217/1933, Série I de 1933-09-23. Decreto-lei nº 23:049) pelo Governo.

Coordenação económica criada pelo Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura com ajustes no final do ano seguinte, em 1934, pela Presidência do Conselho (*Diário do Governo* n.º 283/1934, Série I de 1934-12-03. Presidência do Conselho. Decreto-lei nº 24:714). Os Grémios ganham, pelos resultados satisfatórios obtidos, disposições estatutárias e regime jurídico para estas organizações facultativas das atividades comerciais e industriais. Doravante a constituição usa a denominação de Grémio distrital dos (ramo de comércio) de (nome do distrito), ou então, caso se justifique a denominação de Grémio concelhio dos (ramo de comércio) de (nome do concelho). Em 1935, o Ministério das Finanças conclui com novo decreto (*Diário do Governo* n.º 57/1935, Série I de 1935-03-12. Ministério das Finanças. Direção Geral das Contribuições e Impostos. Decreto nº 25:118), direcionado apenas para a regulamentação das contribuições e impostos inerentes. Sem esquecer, o fomento do espírito de cooperação e ação de todos ao serviço do interesse comum e a obrigação em prestar aos associados maneira de melhorar as suas condições económicas e sociais.

Por fim, em 1938, a Presidência do Conselho decreta (*Diário do Governo* n.º 284/1938, Série I de 1938-12-08. Presidência do Conselho. Decreto-lei nº 29:232) a forma de se integrarem na organização corporativa as associações patronais constituídas ao abrigo do decreto de 9 de maio de 1891, ou seja, a regulação das 'associações de classe' (*Legislação Régia*. Direcção geral do commercio e industria. 1ª Repartição. Decreto de 9 maio de 1891) com vista à separação das atividades comerciais e industriais, distritais e concelhias, das demais existências associativas. Desta, obrigando a transação para associações regionalistas, adotando o nome de Casa, sendo o Grémio exclusivo a organizações cooperativas e a lugares de representação da divisão provincial do continente e dos arquipélagos dos Açores e Madeira. Prática que resulta da impossibilidade de adaptação de outras estruturas acentuadamente heterogéneas.

3 ¬ Fluxos migratórios

Desde sempre que as migrações internas, das gentes vindas do interior, norte e sul do país para a grande metrópole, constituem um marco das sociedades modernas, aliás, bastante evidente na segunda metade do século XIX,

consequência direta da Era do Progresso e da necessidade de mão de obra no melhoramento de materiais inserido no programa de infraestruturas do território. A reconfiguração ideológica do liberalismo português que orientou as políticas da segunda metade do século XIX e ganha a designação de fontismo (nome oriundo de Fontes Pereira de Melo, que considerava o atraso económico e social como fator de bloqueio para o progresso do país), mais tarde sugerida por Ramalho Ortigão (Justino, 2016). A mesma diáspora que vem, no século XX, compor o setor terciário do comércio e serviços e fixar-se na capital, principalmente no centro histórico, e mais tarde, na segunda metade do século, a ocupar as áreas periféricas, construindo verdadeiros 'bairros de lata', informais, como foi o caso do 'bairro chinês' (casebres e barracas de madeira e chapas de zinco, implementado na Quinta Marquês de Abrantes e quintas adjacentes), acompanhando aceleradamente o crescimento geográfico da cidade (Rebolo, 2016). Da sua responsabilidade, em grande parte, a (re)construção da 'nova Lisboa' e da extensão da cidade, por outro lado, colocando os meios rurais em regressão progressiva de desenraizamento populacional.

4 ¬ Estado de arte

Estas associações apresentavam nos seus objetivos o convívio e a solidariedade entre os naturais, a divulgação, promoção e valorização do património histórico, artístico, monumental e etnográfico, os melhoramentos e a divulgação da região, o desenvolvimento e apoio à região, organizando festas, piqueniques, excursões, colóquios, conferências, exposições, espetáculos, publicações, congressos, etc.

Num estudo de 1993, contabiliza-se em Lisboa um conjunto de 8 Casas Regionais e 44 Casas Concelhias. O resultado pleno que funde o volume significativo de migrantes internos com o estreitar ao longo da história das delimitações demográficas e administrativas do país até às dimensões das pequenas regiões, que veio a reunir um número cada vez maior de conterrâneos interessados no mesmo projeto associativo. Razão pela qual se considera Lisboa como a verdadeira capital do Regionalismo.

As últimas abordagens estiveram ao cargo de Maria João Figueiredo Forte (1996) que na sua tese de mestrado apurou um conjunto de 261 Casas Regionais,

no entanto, nem todas consagradas administrativamente, por vezes sobrepondo-se regionalmente e até duplicando-se. Este número impressivo, 'revela bem o quanto a extensão e relativa inacessibilidade do fenómeno desafiam o seu questionamento pelas ciências sociais e particularmente pela Etnologia' (*Idem*, p. 50). Sua abordagem na perspetiva de uma antropologia do associativismo popular urbano decorre, 'enquanto contexto instituído de práticas regulares onde se produzem e reproduzem as supostas 'regiões' de referência, seja enquanto jogo de estratégicas sociais, ligadas sobretudo à mobilidade social rural-urbana, mas também ao patrocinato e à gestão de carreiras políticas entre as referências locais, centrais e municipais' (*Idem*, p. 11).

O exame das dinâmicas criativas e sociais das Casas Regionais é quase inexistente, no que respeita à investigação rigorosa que caracteriza a atividade académica. Ainda assim, existe uma tese de doutoramento realizada em 1989, obra nunca citada, talvez pelo fato de ser estudo, à época, numa língua pouco familiar aos portugueses. A investigação tem como título '*Casas Regionais in Lissabon. Regionale Migrantenvereine im Wandel*' e é da autoria do alemão Karlheinz Kröll para a Universidade de Colónia. Perspetiva filosófica sobre a promoção e preservação dos hábitos culturais desta rede de associativismo migrante regional. Na sua visão, as Casas Regionais são como institutos do '*internen Kolonialismus*' (Kröll, 1989, p. 20) que definem culturalmente as características de uma determinada região. Micro símbolos de identidade regional criados para assumir uma diferenciação entre as demais regiões e as grandes metrópoles. Motes de ligação ao patriotismo e ao controle do Estado Novo e fortes desmistificadores de combate aos complexos de inferioridade dos rurais relativamente aos lisboetas, a discriminação dentro das redes sociais citadinas.

5 ¬ Associações sem fins lucrativos

Lisboa não é somente de lisboetas, é sim uma sustentação de identidades plurais. Muitos dos que nela habitam constituem a rede das Casas Regionais que representa concelhos, províncias, comarcas e regiões de Portugal. Consagradas em Diário de República, estas coletividades são autónomas, mas podem estar filiadas a outras organizações associativas como a CPCCRD e suas estruturas

descentralizadas como a ACCL; a ACRL, ou outras instituições apoiantes como a Fundação INATEL e as várias Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

As Casas Regionais em Lisboa apresentam especificidades em relação ao vasto conjunto de associações voluntárias. Para melhor compreender a sua diversidade de composição, num painel aparentemente difuso sob uma mescla de designações que reportam a diversas regiões, é necessário inventariar, localizar, perceber e identificar este ajuntamento de indivíduos em constante relação com a capital. Pontos de encontro que implicam simultaneamente modos de interação na vida quotidiana e suas formas de agrupamento permanente cujos estatutos e funcionamento são núcleos geradores de iniciativas próprias, aglutinadores de vontades, universo de dirigentes e dirigidos, possuidores de organogramas semelhantes desenhados por Assembleias Gerais, Conselhos Fiscais, Direções e massa associativa ao serviço público.

O desdobramento desta rede é complexo, mas extensível a outras Casas Regionais de igual importância espalhadas por outros pontos do país e demais emergentes com princípios muitos aproximados como as 'Casas de Portugal' em diversos países, onde a comunidade portuguesa se estabeleceu, ou que Portugal acolheu como a Casa de Macau, a Casa de Goa e a Casa do Brasil. A par das associações como Liga de Amigos ou Comissão de Melhoramentos e os Grupos Folclóricos que se encontram também na cidade de Lisboa.

6 ¬ O país na capital

Todas as agremiações são elo de ligação a uma determinada região do país. Embora com igual poder estatutário, a maioria das representações é visivelmente de áreas concelhias, seguindo-se as províncias, comarcas e por último a região de Lafões e a Região Autónoma dos Açores. O centro interior do país, conhecido como as Beiras, é quem concentra o maior número de localidades representadas. No entanto, à exceção das grandes metrópoles, no geral, as diversas regiões têm embaixada na capital.

Respondendo necessariamente à fixação da massa migratória, bem como às transições inerentes aos seus contextos sociopolíticos, as Casas Regionais estão espalhadas um pouco por toda a cidade, com maior concentração na zona

central. Distribuídas pelas freguesias de Lisboa, a Baixa Pombalina, ou seja, o centro histórico da cidade é quem mais acolhe Casas Regionais, dispersando-se, depois, em menor número pelas freguesias menos centrais. Do total de 24 freguesias que compõem a cidade de Lisboa em 11 localizam-se Casas Regionais.

O espaço urbano dialoga num contexto específico de dinamismos associativos muito semelhantes que vão até ao estilo arquitetónico. Uma tipologia de associações migrantes, quanto à sua estrutura e vocações, sua dimensão simbólica, com especial destaque para a realização de festas e práticas rituais como elementos fundamentais de mobilização e de fortalecimento das relações intra e intergrupais. Estas instalações são união de parcelas abertas ao público, num composto provocatório ou privilegiado de articulação do rural com o urbano. Algumas destas agremiações mudaram as suas instalações diversas vezes. Aquelas que adquiriram o imóvel são as que dão motivo maior para a sua longevidade. As outras que estão sujeitas a ocupar espaço de outrem apresentam maior dependência e insegurança. No total 12 são proprietárias dos seus imóveis. As restantes alugam para as suas sedes prédios particulares ou da CML. A estas últimas em nada garante a fixação duradoura, tanto o particular como a autarquia são senhorios que no decorrer dos variados interesses podem indicar o despejo e a retirada das instalações. Naturalmente, despoletando sentimentos de impotência e desmotivação que podem incorrer consequentemente no abandono do projeto associativo.

7 ¬ Cultura Tradicional Popular Portuguesa

Umas mais que outras usam as novas tecnologias como ferramenta transversal a atingir os diversos públicos-alvo. Na realidade, todas entendem que a presença nas redes sociais é mesmo imprescindível. Na categoria aparece como principais plataformas: o Facebook, vídeos publicados no Youtube e, por último, o site. Boa comunicação para o exterior, como vínculo de difusão de informação, ou como comunicação de intervenção interna, por via dos grupos fechados do Facebook. Chega a ser a única extensão comunicativa para a continuidade da Casa quando esta perdeu as suas instalações e mantem as suas dinâmicas no espaço virtual, rede Facebook, como acontece com a Casa da Madeira (1948) de Lisboa.

As tecnologias atuais estão a determinar as capacidades constituintes de comunicar das Casas Regionais em Lisboa. Se em tempos, o isolamento atrofiou o progresso de muitas regiões e, a longevidade, a distância de suas terras marcavam os principais elos de união destes migrantes, hoje, são também as relações interpessoais, no virtual, que acrescentam fortes interesses regionalistas. 'Com razão se diz que as vias de comunicação estão para uma comunidade assim como as artérias e veias estão para o corpo humano. Umas e outras são indispensáveis à vida e ao crescimento' (Lourenço, 1991, p. 29). Lutas constantes para não cair no esquecimento, implicadas na reificação arcaizante da cultura e das memórias.

Em termos organizativos prefigura um tipo de associação concentrada numa cultura homogénea, cujo modelo se ajusta a outras coletividades. Sua ação não assenta numa dinâmica interna de crescimento, maioritariamente, mas em práticas esporádicas de atuação para o exterior. Polarização entre o arquétipo da reconstituição, representando o mais fiel possível os seus desígnios que reportam à sua região e um paradigma de estilização, objeto/produto sui generis que circula em mercado próprio e cujas coordenadas são condicionadas pela sua inserção, ambos orientando programas de ação característicos do fenómeno em jogo. Discurso que articula noções como cultura, identidade local e memória coletiva, estetização como modo de representação da cultura popular por excelência. Na prática, este exercício é uma variante do trabalho de diferenciação entre o 'popular positivo' e o 'popular negativo' que, de acordo com Bourdieu (1990), ocorre frequentemente em múltiplos campos sociais.

As Casas Regionais são comunidades éticas de valores, obstante à necessidade do indivíduo pertencer a um determinado pedaço de terra, da sua memória mais íntima, de laços eminentemente afetivos. Capital moral de identidade própria onde se agrupam as intervenções políticas e não políticas. Capital social que facilita a interconetividade e a relação entre pessoas, como função integradora numa vertente privada, onde as Casas Regionais são como as famílias alargadas, ou então, como formas mais elaboradas de integração social, de identificação geracional, de afirmação da simbolização e da singularidade, a tentação do espaço globalizado que busca sobretudo o original. *Ethos* do Portugal exótico onde coabitam pautas que nos definem, aparentemente muito distantes ou que já não existem. Realidades que prendem fortemente a atenção de um mundo alheio. A pouco e pouco, o rural sobrepõem-se ao urbano, muito

embora, a civilização moderna tende a destruir o mundo rústico. Acontece que, muitos citadinos, sobretudo os dos países mais evoluídos tecnicamente, apreciam o artesanato e gostam de espetáculos de música e dança populares, conservando o sabor da autenticidade.

8 ¬ Promotores das tradições

A acrescentar, o perfil de promotores culturais de outras atividades distribuídas por:

a) Rituais religiosos católicos como: Páscoa, Pascoela, Procissão de N. Sr.ª da Saúde (Casa da Covilhã), Romaria Minhota em Honra de N. Sr.ª do Minho e Santiago (Casa do Minho em Lisboa); Festa do Divino Espírito Santo (Casa dos Açores em Lisboa) e os Cantares ao Menino no Natal (Casa do Concelho de Arcos de Valdevez).
b) Eventos gastronómicos como a Lampreia (Casa do Minho em Lisboa), cozido à moda das beiras (Casa das Beiras), chícharo (Casa do Concelho de Alvaiázere), serrabulho (Casa do Concelho de Ponte de Lima), arroz de salpicão (Casa do Concelho de Castro Daire), o magusto de S. Martinho, degustação de produtos regionais (Casa do Concelho de Gouveia e Casa do Concelho de Tomar) e piqueniques (Casa do Concelho de Tondela).
c) Bailes festivos dançantes, Santos Populares e o Carnaval.
d) Aniversários que celebrizam a data de fundação da Casa Regional.
e) Festivais Populares como a 'Festa da Amizade' (Casa do Concelho de Arcos de Valdevez), 'Castro Daire Abraça Lisboa' (Casa do Concelho de Castro Daire), 'Romaria Limiana' (Casa do Concelho de Ponte de Lima) e 'Capeia Arraiana' (Casa do Concelho de Sabugal).
f) Demais iniciativas do âmbito cultural, como: teatro, fados, jogos tradicionais, excursões (Casa do Concelho de Penacova, Casa Regional de Ferreira do Zêzere), colónias de férias (Casa do Concelho de Pedrógão Grande), palestras (Casa de Lafões e Casa do Alentejo), recitais de música, exposições, artesanato, academia de ensino de instrumento tradicional – curso de concertina (Casa do Concelho de Castro Daire, em parceria com a Fundação INATEL).

Em suma, 21 grupos constituintes nas Casas Regionais, sendo que há Casas com mais do que um grupo, no caso até desdobrando os seus participantes. Todas estas iniciativa são o trajeto do campo de ação interno, princípio savoir faire segundo o âmbito de atuação local e (inter)nacional para um vasto destinatário.

¬ Considerações finais

O regionalismo é anseio contínuo de ir mais além e desejar melhor, ligado também a uma certa insatisfação, que está implícita na ação permanente em função de uma problemática local, que resulta, evidentemente, no benefício geral, no interesse nacional. Essência das profundezas vitais do localismo abraçado a um instrumento moral do Amor à Terra, à Pátria, a Portugal! Nos que por cá andam e os que partem para outras bandas (Marques, 2002; Cabral, 2000; Padilla & Xavier, 2009).

Agregadas a um número avolumado de associados nativos, as Casas Regionais em Lisboa são embaixadas das suas regiões, outrora com propósitos sociais de desenvolvimento do território e agora contributos para a conservação e divulgação do património histórico e cultural, arquivos de herança rural, aspiração de 'reaportuguesar' Portugal num país idealizado. (Sobre)vivem do trabalho benévolo e do contributo dos seus associados, através de receitas das quotizações e de apoios das autarquias próximas, nomeadamente Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais. Mantêm-se como espaços culturais e recreativos de gestão e programação rudimentar e independente, com características muito semelhantes a outros espaços culturais existentes na capital, uma vez que, até na sua disposição arquitetónica interior consta, de maior relevo, um espaço destinado a espetáculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, António Rodrigues (1992). *Casa dos Tabuenses*. Lisboa. CT.

Antunes, Dina, & Caetano, Zita (Org.) (2012). *Os Primeiros 25 Anos da Embaixada Cultural Pampilhosense*. Lisboa. CCPS.

Bourdieu, Pierre (1990). *Coisas Ditas*. São Paulo. Brasilense.

Brito, Joaquim, & Silva, Natércia (Coord.) (2005). *Casa do Concelho de Arcos de Valdevez. 50 Anos ao Serviço dos Arcuenses e de Lisboa*. Lisboa. CCAV.

Cabral, Alcinda (2000). *Entre a Multiculturalidade e a Interculturalidade: Portugueses em França*. Porto. Universidade Fernando Pessoa.

Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos (1966). Estatutos. Lisboa.

Casa da Madeira (1948). Estatutos. Lisboa.

Casa do Alentejo. Recuperado em 18 de dezembro, 2018 de http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71701

Casa dos Açores em Lisboa. Recuperado em 18 de dezembro, 2018 de http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/imoveis/imoveis/Paginas/Edif%C3%ADcio-da-Casa-dos-Acores.aspx

Casa do Algarve (1986). Associação Regionalista. Instituição de Utilidade Pública desde 25-11-81. Estatutos e Regulamento Geral. Aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária de 25/01/85 e publicados, por extracto, no <Diário da República>, III Série, nº25, de 30/01/86.

Casa do Concelho de Poiares (1944). Estatutos. Lisboa. Minerva.

Clifford, James (2001). *Dilemas de la Cultura. Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna*. Barcelona. Gedisa.

Dias, António Jorge (1986). 'O folclore na era do plástico' *in Reflexões de um Antropólogo*. Barcelos. Museu de Cerâmica Popular Portuguesa (*Cadernos de Etnografia*, 2ª série, 6).

Enes, Carlos (1996). *A Casa dos Açores em Lisboa*. Lisboa. CAL.

Forte, Maria João Figueiredo (1996). *As Casas Regionais em Lisboa. A Casa das Beiras. Regionalidade e Associativismo Urbano*. Prestação à Universidade Nova de Lisboa como requisito parcial para obtenção ao Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa – Culturas Regionais Portuguesas. Lisboa. FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

Justino, David (2016). *Fontismo. Liberalismo numa Sociedade Iliberal*. Alfragide. Dom Quixote.

Kröll, Karlheinz (1989). *Casas Regionais in Lissabon. Regionale Migrantenvereine im Wandel*. Prestação à Universidade de Colónia como requisito para obtenção do grau de Doutor na Faculdade de Filosofia. Colónia. Universidade de Colónia.

Lourenço, António (Coord.) (1991). *A História do Regionalismo Pampilhosense*. Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra. 50º Aniversário. 1941 – 1991. Lisboa. CCPS.

Lourenço, Eduardo (2009). *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa. Gravida.

Maçarico, Luís Filipe (2010). *Associativismo, Património e Cidadania*. Lisboa. Ciência Gráfica.

Marques, José Alexandre Cardoso (2002). *Images de Portugais em France. Immigration et cinéma*. Paris. L'Harmattan.

Martins, Armando dos Santos (2004). *Rancho Folclórico da Casa do Minho*. Lisboa. CML.

Moreira, Humberto, & Maias, André (2017). *Naturalidade versus Residência em Portugal 2011*. *In* Revista de Estudos Demográficos, nº56, artigo nº4, pp.65-93. Recuperado em 28 fevereiro, 2018 de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=297753470&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt

Padilha, Beatriz; Xavier, Maria (Org.) (2009). *Migrações entre Portugal e América Latina*. Lisboa. ACIDI.

Rebolo, João Manuel Teles (2016). *O Realojamento do* Bairro Chinês *em Marvila. Participação e Autoconstrução como processo – o caso da PRODAC (1970-1974)*. Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Arquitectura e Urbanismo Especialidade em Arquitectura. Lisboa. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2015). *Das Migrações às Interculturalidades*. Porto. Edições Afrontamento.

Tomás, Manuela Rodrigues (2017). *A Casa do Concelho de Castanheira de Pera em Lisboa*. Lisboa. CCCP.

UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris.

CONDIÇÕESPARA**SUBMISSÃO**

1 ¬ *"Tema em destaque" e "Estudos"*

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das seguintes secções: *"Tema em destaque"* e *"Estudos"*.
Próximo tema em destaque (*Análise Associativa* n.º 9):
A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO ASSOCIATIVISMO POPULAR

2 ¬ Normas para os autores

1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
2 · A contribuição deve ser original e inédita.
3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
7 · Os autores dos artigos conferem à *Análise Associativa* o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 ¬ Contacto para submissão

geral@cpccrd.pt

Este número da Análise Associativa tem como tema em destaque o associativismo popular e o envelhecimento ativo. Pretende-se compreender o contributo do associativismo popular na promoção de práticas para um envelhecimento ativo, saudável e produtivo. E responder a várias interrogações: as pessoas com mais idade participam nas associações? São praticantes das modalidades desenvolvidas? Que atividades? Envolvem-se no exercício de funções dirigentes? E de que forma é que esse envolvimento contribui para serem mais felizes e terem mais saúde?

Sérgio Pratas

Edição patrocinada por

Fundação Montepio
Valores que nos unem

Cofinanciado por:

PO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu